

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ARTHUR HARDER REIS

REVOLTAS ESCRAVAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: O BRASIL NA  
ERA DAS REVOLUÇÕES

PORTO ALEGRE  
2023

ARTHUR HARDER REIS

REVOLTAS ESCRAVAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: O BRASIL NA  
ERA DAS REVOLUÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado ao Departamento de História do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Célia Lima Xavier

PORTO ALEGRE  
2023

ARTHUR HARDER REIS

REVOLTAS ESCRAVAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: O BRASIL NA  
ERA DAS REVOLUÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado ao Departamento de História do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Célia Lima Xavier

BANCA EXAMINADORA:

Prof<sup>a</sup> Dr. Regina Célia Lima Xavier (orientadora) - UFRGS

Prof<sup>o</sup> Dr. Jaime Rodrigues - UNIFESP

Prof<sup>o</sup> Dr. Jurandir Malerba - UFRGS

PORTO ALEGRE

2023

Reis, Arthur Harder  
Revoltas escravas na primeira metade do século XIX:  
o Brasil na Era das Revoluções / Arthur Harder Reis.  
-- 2023.  
98 f.  
Orientadora: Regina Célia Lima Xavier.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Revoltas escravas. 2. Escravidão . 3. Era das  
Revoluções . 4. História Atlântica . 5. Século XIX. I.  
Xavier, Regina Célia Lima, orient. II. Título.

*Para Enrique Serra Padrós, inspiração de professor e historiador (in memoriam).*  
*Para Helena.*

## **Agradecimentos**

Sempre me chamou atenção, ao ler trabalhos acadêmicos e livros, a seção dos “agradecimentos”. Ali estava a prova de que, apesar de uma única pessoa assinar a autoria do trabalho, ninguém faz nada sozinho. Finalmente entendi isso na prática com essa monografia.

Agradeço à minha família. Especialmente à Helena, minha mãe, a quem já dediquei esse trabalho. Afinal, seus conselhos, incentivos e apoio durante toda a caminhada da graduação foram essenciais para que esse trabalho fosse possível. Sua presença e ajuda foram simplesmente imprescindíveis. Não poderia deixar de dar meu obrigado especial também para a Ana, minha pequena grande irmã, por todas as vezes que invadi seu quarto (ou que o meu foi invadido), ao longo desses anos de graduação, em que aluguei seus ouvidos para falar das coisas mais variadas possíveis, não raras vezes de peripécias e assuntos históricos. Obrigado pela paciência. Certamente a tia Cleusa, Yan e a Fernanda também se fizeram presentes nessa caminhada. Agradeço o apoio nos momentos em que precisei. Aliás, o Yan e a Fernanda agradeço novamente por terem colocado a leveza das crianças em muitos momentos dessa trajetória: Alice e o pequeno Joaquim, que tanto me alegram sem saber. Também aos meus cachorros, é claro, Pitty e Jota, que já não estão mais entre nós, e a Fiona (sempre ligada no 220V, me contagiando com sua animação) e a Lili (companheira dorminhoca quando dos momentos mais solitários de estudo e escrita).

Também aos meus amigos, que me ajudaram não sei quantas vezes quando precisei deles. Ao Luan, agradeço não só pelos momentos de bebedeira (indispensáveis nessa caminhada) mas também pelas conversas necessárias quando necessário. À Débora, a escuta amiga e sempre disponível foi importante nesses momentos - isso para não falar no riso contagiante. À Eduarda, pela parceria intelectual de anos e pela amizade companheira nos mais variados momentos - em especial, agradeço a leitura da versão inicial desse trabalho e por ter pego em empréstimo diversos títulos nas bibliotecas da USP, sempre que precisei.

Agradeço também aos professores Jaime Rodrigues e Jurandir Malerba, pelos apontamentos e críticas que fizeram durante a arguição, sem dúvida suas palavras irão contribuir para a minha formação.

Não poderia deixar de dedicar meus agradecimentos à querida professora e orientadora deste trabalho, Regina Xavier. Todas as disciplinas que cursei sob sua docência ofereceram momentos muito estimulantes e desafiadores. Na verdade, essa monografia foi cozida em um tempo “longo” e um tempo “curto”. Longo porque desde 2020 já vinha discutindo algumas questões que aparecem aqui nas aulas da Regina. Curto porque do definitivo recorte do tema

até a escrita, não se passaram mais de 3 meses entre pesquisa e redação. Aliás, esse trabalho viu muitas “idas e vindas”, com constantes indecisões sobre o tema a ser seguido. Agradeço a toda paciência, compreensão e apoio dedicado nesse tempo. Os possíveis acertos desse trabalho, são fruto de tempos de discussão e debate com ela, já os prováveis erros nasceram da minha teimosia em seguir certos caminhos.

*“Nos meandros da micro-história é preciso não perder de vista o processo histórico e as estruturas significativas que são postas e repostas pelos agentes históricos. Sobretudo porque sem uma compreensão mais abrangente do processo histórico é fácil perder a capacidade de nos situarmos na história do presente e, conseqüentemente, de definirmos um projeto viável”.*

Emília Viotti da Costa

*“A tarefa, verdadeiramente fascinante, do historiador, será procurar as mediações que articulam os processos estruturais com a superfície flutuante dos acontecimentos”.*

Fernando Novais



## RESUMO

O objetivo da presente monografia é investigar por quais razões, ao longo da história da escravidão brasileira, a quase totalidade das revoltas escravas ocorreram na primeira metade do século XIX. Para tanto, sugiro algumas hipóteses a serem testadas. Nesse sentido, a Era das Revoluções aparece como possível variável explicativa desse processo histórico, juntamente às mediações internas de cada localidade. Na tentativa de captar os ecos revolucionários vindos do atlântico, procedeu-se a análise acerca da “comunidade atlântica”, de uma “rede negra de informações”, da “politização do cotidiano” e do “haitianismo” no Brasil na primeira metade do Oitocentos. Como base para esse movimento, buscamos a historiografia sobre escravidão e sobre o século XIX produzida tanto no Brasil quanto noutras partes do mundo Atlântico. A obra de Emília Viotti da Costa serviu de referência enquanto perspectiva histórica, na medida em que permitiu testar um olhar tanto macro quanto micro, no nível das estruturas e da agência, ao cenário brasileiro então analisado. O trabalho está assentado essencialmente em revisão bibliográfica. Os resultados obtidos pela pesquisa, ainda preliminares, sugerem que no começo do XIX certa forma de “ser e estar” no mundo foi conformada a partir da era revolucionária e seus diferentes desdobramentos. Nesse sentido, novas sociabilidades e perspectivas políticas surgiram naquele período histórico, favorecendo a eclosão de movimentos de revolta, tanto livre quanto escrava. Portanto, ainda que as forças históricas não determinem a ação humana, os homens e mulheres daquele tempo beneficiaram-se de certo “espaço de experiência revolucionário”, que se fazia presente em diferentes margens do Atlântico.

**Palavras-chave:** revoltas Escravas; século XIX; era das revoluções.

## ABSTRACT

The objective of the present monograph is to investigate why, throughout the history of Brazilian slavery, almost all slave revolts occurred in the first half of the 19th century. To this end, it suggests some hypotheses to be tested. In this sense, the Age of Revolutions appears as a possible explanatory variable of this historical process, together with the internal mediations of each locality. In an attempt to capture the revolutionary echoes coming from the Atlantic, we proceeded with the analysis of the “Atlantic community”, of a “black information network”, of the “politicization of daily life” and of “Haitianism” in Brazil in the first half of the 19th century. As a basis for this movement, we look to the historiography on slavery and on the nineteenth century produced both in Brazil and in other parts of the Atlantic world. The work of Emília Viotti da Costa served as a reference as a historical perspective, insofar as it allowed us to test both a macro and micro look, at the level of structures and agency, at the Brazilian scenario then under analysis. The work is essentially based on a bibliographical review. The results obtained by the research, still preliminary, suggest that at the beginning of the 19th century a certain way of “being and being” in the world was shaped by the revolutionary era and its different developments. In this sense, new sociabilities and political perspectives emerged in that historical period, favoring the outbreak of revolt movements, both free and slave. Therefore, even if historical forces do not determine human action, the men and women of that time benefited from a certain “space of revolutionary experience” that was present in different shores of the Atlantic.

**Keywords:** slave Revolts; 19th century; age of revolutions.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. REVOLTAS ESCRAVAS</b>	<b>18</b>
2.1 REVOLTAS ESCRAVAS NO SÉCULO XIX: ALGUMAS HIPÓTESES INICIAIS	22
<b>3 REVOLTAS ESCRAVAS, ERA REVOLUCIONÁRIA E O BRASIL (1789-1850)</b>	<b>39</b>
3. 1 NOVAS SOCIABILIDADES, NOVAS FORMAS DE SER E ESTAR NO MUNDO	41
3.1.1 A politização do cotidiano	44
3.1.2 “Comunidade Atlântica”, fronteiras e os caminhos de rumores e notícias	51
3.1.3 “Rede negra de informações”: rumores, boatos, notícias e informações	63
3.1.4 Haiti e haitianismo no Brasil	79
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>89</b>
REFERÊNCIAS	91

## 1. INTRODUÇÃO

A primeira metade do século XIX foi o momento em que mais se registrou revoltas escravas em toda a história da escravidão no Brasil. Surge, portanto, a seguinte indagação: por quê? É dessa problemática que se ocupa a presente monografia. Se por um lado, tema tão vasto no tempo e no espaço para um trabalho como esse pode significar enorme desafio<sup>1</sup>, por outro lado, entendo que nos permite vislumbrar a história a partir de uma lente macro-histórica, importante para o trabalho do historiador. Consciente desse risco, procurei adotar uma perspectiva metodológica que me permitisse, na medida das possibilidades dessa pesquisa, ir das dimensões mais amplas até as mais específicas. Esse movimento é tributário dos trabalhos da historiadora brasileira Emília Viotti da Costa.

Dessa forma, de modo a indicar quais bases metodológicas e teóricas informam a abordagem do tema, pretendo esboçar brevemente os caminhos trilhados por Viotti da Costa, posto ser essa a perspectiva que pretendo seguir aqui.

*Coroas de glória, lágrimas de sangue* pode ser considerada a maior obra da autora<sup>2</sup>. Em certo sentido, o livro de 1994 pode ser visto como o amadurecimento de um método construído ao longo de décadas, constantemente refinado frente a novos desafios. Em 2002, por exemplo, a autora afirmou que não mudaria a sua interpretação da transição do trabalho escravo ao livre, “embora hoje certamente escreveria um livro diferente, que me permitisse descrever a articulação entre as transformações internas e as alterações no quadro internacional como fiz em *Coroas de glória*”<sup>3</sup>. Rafael Marquese assinalou, em 2008, que “a conjugação”, entre o micro/macro e sujeito/estrutura, “encontrou seu melhor desenvolvimento não em *Da senzala à colônia*, publicado quando a autora tinha 38 anos, e sim em seu mais recente *Coroas de glória, lágrimas de sangue*”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> O texto aqui apresentado é recorte de versões anteriores mais longas (aproximadamente de 180 páginas) que incorporou outros pontos à discussão, fundamentalmente: reflexão sobre a pertinência da metodologia aqui proposta, maior demora e detalhes em determinados trechos, a questão do tráfico transatlântico, a crise do Antigo Regime e uma seção sobre a participação de escravos e livres pobres nos movimentos e revoltas políticas na conjuntura da Independência, do Primeiro Reinado e da Regência. Infelizmente, por questões de espaço essas reflexões foram suprimidas. Lacunas sem dúvidas a serem preenchidas em outras reflexões.

<sup>2</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti. **Coroas de glória, lágrimas de sangue**: a rebelião dos escravos de Demarara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>3</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti. Conversa com Emília Viotti da Costa. In: MORAES, J. G.; REGO, J. M. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 82.

<sup>4</sup> Cf. MARQUESE, Rafael. Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, Antonio; BEZERRA, Holien; LUCA, Tania. (orgs.). **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: Ed. UNESP e ANPUH, 2008. p. 68. Consulte ainda: RODRIGUES, Pedro. Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Unicamp, Campinas, 2018.

Logo na “Introdução” do livro, Costa expôs que um dos seus objetivos ali era a junção em único trabalho das perspectivas macro e micro da história. A partir dessas bases explicaria a revolta de escravos ocorrida em 1823 em Demerara.

Ainda nas partes iniciais do livro, a historiadora apontou ambos os planos da realidade em que pensaria a revolta. Quanto à dimensão que podemos chamar de “macro”, vê-se que:

O desenvolvimento desigual, característico do mundo moderno, criava uma contradição profunda entre a colônia e a metrópole. Enquanto uma tornara-se cada vez mais dependente do trabalho escravo, a outra tornara-se cada vez mais uma terra de trabalhadores “livres”. Durante o século XVIII, a redefinição e a expansão do domínio imperial, as transformações no campo que resultaram na expulsão de numerosos trabalhadores rurais, o desenvolvimento do comércio, do tráfego marítimo e das manufaturas na Grã-Bretanha haviam minado a base social tradicional da autoridade dos bem-nascidos e posto à prova a ideologia da deferência e do patronato. O desafio das camadas populares, o facciosismo dos governantes - divididos por razões de interesse, metas e convicção entre os que apoiavam a tradição e os que pregavam as reformas - e as lutas políticas daí decorrentes, agravadas pelos debates em torno da Revolução Francesa e pela guerra contra a França, abriram as portas para noções e políticas novas. Essas tendências não só ameaçariam a autoridade dos senhores em Demerara (e em outros lugares do Caribe britânico), como motivariam o debate sobre o sistema escravista, insuflando nos escravos a esperança de emancipação precisamente num momento em que os senhores intensificavam o ritmo de trabalho nas fazendas. Fora desse contexto mais amplo, seria impossível compreender a sublevação dos escravos, as ações dos missionários e as reações dos colonizadores.<sup>5</sup>

O cenário de crise ideológica visto no final do XVIII, aparece de modo muito concreto nos idos de 1823 em Demerara. As contradições entre a metrópole e a colônia surgiam não em função de leis econômicas abstratas e arbitrariamente definidas pelos historiadores, antes e pelo contrário, pelos próprios interesses que cada vez mais se mostraram conflitantes entre os dois lados do Atlântico. As discussões decorrentes da Revolução Francesa ecoavam não apenas entre os setores livres da sociedade de Demerara: “direitos do homem”, “liberdade”, etc., chegavam aos ouvidos dos escravizados, ali abriam-se “as portas para noções e políticas novas”. Em resumo, e sem pretender esgotar essa dimensão na obra de Viotti da Costa, é possível lembrar que vivia-se um “tempo de crise”. Isto é, “momentos históricos em que as tensões e os conflitos isolados que caracterizam a experiência cotidiana subitamente se aglutinam num fenômeno mais amplo e abrangente, que ameaça a ‘ordem social’”<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 16-17, 1994.

<sup>6</sup> Idem, p. 23.

Não há, no entanto, enfoque exclusivo nessa dimensão. A historiadora adverte que o hábito de “ver a história como um produto de categorias reificadas, a mencionar ‘variáveis’ e ‘fatores’, e a usar abstrações como capitalismo, abolicionismo, evangelização e similares” faz, não raro, que na prática historiadora nos “esquecemos de que a história é feita por homens e mulheres, embora eles a façam sob condições que não escolheram”. De modo que interessa sobretudo “a maneira como as pessoas interagem, como pensam e agem sobre o mundo e como, ao transformar o mundo, transformam a si mesmas”.<sup>7</sup> Portanto,

há um outro lado na história. A sociedade de Demerara estava mudando internamente. Havia um confronto crescente entre senhores e escravos. Arrancados de sociedades organizadas em função do parentesco ou do tributo, com suas regras, normas e convenções, os escravos haviam sido forçados a redefinir suas identidades no regime da escravidão - embora não meramente como escravos. A partir de roteiros trazidos do passado, modificados pelas novas condições e pelo novo ambiente, os escravos teceram narrativas novas sobre o mundo, criaram novas formas de parentesco e inventaram novas utopias. Não tentaram simplesmente recriar o passado, mas controlar o presente e modelar o futuro. Nas interações diárias com senhores e missionários, os escravos se apropriaram de símbolos cujo propósito original era sujeitá-los, e converteram-nos em instrumentos de sua emancipação. Nesse processo, não apenas transformaram a si mesmos como transformaram todos à sua volta e ajudaram a traçar o curso da história.<sup>8</sup>

É, portanto, no interior da configuração histórica e social de Demerara, particular e única - mesmo que parte de um sistema mais amplo que lhe deu sentido - que se pode descobrir os impactos e efeitos das mudanças que, mesmo ocorrendo por vezes longe no espaço e no tempo, afetaram o cotidiano na colônia. Costa aponta ainda que “a colônia não era uma tela em branco”, desprovida de história ou condicionantes próprios:

O impacto dessas mudanças econômicas e ideológicas internacionais nas vidas de colonos e escravos só pode ser avaliado no contexto das condições particulares que predominavam em Demerara. *A colônia não era uma tela em branco na qual a história estivesse sendo escrita de fora.* Ela possuía uma ecologia e uma história próprias. Do passado, herdara um sistema de uso da terra, um padrão peculiar de colonização, um corpo de leis, instituições políticas e administrativas, meios de controle social e códigos de comportamento que definiam a estrutura dentro da qual missionários, senhores e escravos tinham de digladiar-se uns com os outros num mundo em transformação. Senhores e escravos usavam a imagem do passado (como a construíam) para avaliar as mudanças que vinham ocorrendo em suas vidas. Mas as imagens do passado e do presente também se confrontavam com uma visão do futuro, a qual, nesse ponto da história, parecia prometer a

---

<sup>7</sup> Idem, p. 18.

<sup>8</sup> Idem, p. 17.

emancipação para os escravos e a bancarrota para os senhores.<sup>9</sup>

Essa perspectiva implica o reconhecimento da necessidade de articular em uma única análise os planos mais globais (nesse caso, atlânticos) dos processos históricos, ao mesmo tempo que entende as especificidades locais e regionais que interagem e informam reciprocamente essas mudanças. Apenas equivocadamente pode-se pensar que ao falar de dimensões macro, atlânticas ou estruturais, está a se referir a processos estáticos, desprovidos de dinamicidade. O que muda, na verdade, é o grau de observação adotado pelo historiador ou historiadora. Como certa vez disse Eric Hobsbawm, o uso do “microscópio” ou do “macroscópio” resulta da escolha da “técnica adequada”<sup>10</sup>. Emília Viotti adotou ambas.

Marquese, ao analisar Emília Viotti da Costa, ressaltou o quanto ela se preocupou em dar tratamento especial à categoria de “estrutura”, na medida em que fazia-se necessário mostrar (comprovar?) que a micro e a macro história poderiam (e deveriam) caminhar juntas. Em *Coroas de Glória*, estrutura é:

o quadro mais amplo das forças econômicas, sociais, políticas e ideológicas que criavam o campo de possibilidades e estabeleciam os limites para as ações dos sujeitos sociais, mas que estava ele mesmo em processo de rápida alteração nessa época por conta da própria agência dos atores em questão. Essa aceção se traduz de forma igualmente magistral na organização do livro. Se os dois primeiros capítulos apresentam o cenário mais amplo das contradições que polarizavam, no contexto atlântico e imperial inglês da virada do século XVIII para o XIX, senhores contra missionários e senhores contra escravos, os cinco capítulos seguintes partem para a observação dessas contradições nas ações dos agentes diretamente envolvidos na rebelião. Uma leitura rápida poderia dar a entender que a estrutura estaria presente apenas nos primeiros capítulos, ficando reservado à agência os outros cinco. Entretanto, a todo momento Viotti da Costa indica como a estrutura está na ação, no evento, e, inversamente, como a ação social, ou o evento, molda a estrutura.<sup>11</sup>

Ainda com Marquese, podemos entender a dimensão estrutural presente na obra do seguinte modo:

a categoria estrutura funciona como uma chave para se apreender a ideia de totalidade e a dialética liberdade-necessidade. [...] não é apenas uma metáfora heurística empregada para apreender os ritmos específicos de cada “plano da realidade”, mas a própria dimensão dos tempos assimétricos de longa duração em que se inscrevem os sujeitos sociais em suas atividades cotidianas [...] Estrutura é a base produtiva de Demerara, mas também o

<sup>9</sup> Idem, p. 66, grifo meu.

<sup>10</sup> Para Hobsbawm: “na medida em que aceitamos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada”. As considerações de Emília Viotti não são exclusivas. Cf. HOBBSAWM, Eric. A volta da narrativa. In: \_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 266.

<sup>11</sup> Cf. Marquese, op. cit., p. 77-78, 2008.

conjunto dos valores ideológicos e culturais que os africanos trouxeram consigo e redesenharam conforme as condições locais; é o capitalismo industrial em formação na metrópole, mas também as noções de direito, justiça e liberdade que impulsionavam o movimento antiescravista, e que foram lidas de modo particular pelos cativos; é, enfim, o quadro mais amplo das forças econômicas, sociais, políticas e ideológicas que criavam o campo de possibilidades e estabeleciam os limites para as ações dos sujeitos sociais, mas que estava ele mesmo em processo de rápida alteração nessa época por conta da própria “agência” dos atores em questão.<sup>12</sup>

Estrutura, portanto, não é desprovida de “carne e osso”. Como analisado por Marquese, na obra da historiadora a dimensão estrutural não está “fora” dos sujeitos, das mulheres e dos homens de Demerara, não carece de “carne e sangue”. Transformações profundas e aceleradas nos aspectos estruturais (leia-se: forças econômicas, sociais, políticas, ideológicas) exigiam ações contundentes, novas e em certo sentido revolucionárias.

As bases produtivas, as correntes ideológicas, a organização social e política, as representações culturais, as religiões e crenças predominantes em Demerara, na Inglaterra e no Atlântico influenciavam a ação dos sujeitos. Essa mesma ação, acaba por influenciar as bases produtivas, que poderiam ser alteradas, bem como as formas de ver e interpretar o mundo, dando novos contornos às correntes ideológicas, resultando em outras e novas representações culturais. Enfim, a estrutura estava na agência, do mesmo modo em que a agência afetava as estruturas vigentes.

Eis a ideia de “agência escrava” tal como Marquese a entende na obra em questão:

em que pese o limbo a que o trabalho de Emília Viotti foi relegado pelas principais correntes da historiografia da escravidão dos anos 1990, aquilatamos que essa foi e é sua principal contribuição ao debate. Seguindo o velho preceito marxista de que “são os homens (e não as estruturas) que fazem a história, se bem que a façam dentro de condições determinadas”, Emília Viotti propunha uma abordagem histórica que deveria combinar os processos de longa duração, envolvendo mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios. Nesse tipo de abordagem, os episódios apareceriam como ponto de convergência de tais movimentos de longa e média duração, estruturais e conjunturais<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Cf. MARQUESE, Rafael. **Os tempos plurais da escravidão no Brasil**: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Intermeios e PPG – História Social (USP), 2020. p. 100. Ver ainda: BERMAN, Diana. A produção do velho e do novo na historiografia brasileira. Debates sobre a escravidão. Dissertação de Mestrado em História. PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>13</sup> Cf. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 126.



Estrutura e agência, desse modo, não se opunham. Afinal, um constituía o outro, um estava no outro. A dialética proposta por Costa atingia notável capacidade analítica<sup>14</sup>.

Em síntese, convém recordar o título desse sub-capítulo: “os homens e mulheres que fazem a história, embora não a façam em condições por eles escolhidas”. O leitor familiarizado com a produção de Viotti, reconhecerá a importância e a recorrência da frase em suas redações. A referência à frase de Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*<sup>15</sup> é significativa não apenas da afinidade teórica da historiadora, mas também de seu modo de enxergar a história. Não à toa, em 2014 (uma das manifestações e escritos mais recentes da autora antes de sua morte, em 02 de novembro de 2017), ao preparar a “Apresentação” do livro que organizara com seus escritos, *A dialética invertida e outros ensaios*, escreveu:

Reunimos neste livro alguns ensaios de história e historiografia que abordam questões relativas aos degredados, à população escrava e ao proletariado brasileiro. Foram escritos em tempos diversos [...] *apesar da distância que os separa, inegavelmente existe uma constante preocupação em manter vivos a realidade histórica e o reconhecimento de que são os homens e mulheres que fazem a história, embora não a façam em condições por eles escolhidas, pois atuam sobre uma realidade que já encontram definida pelos antepassados - e é a partir dessa realidade, tal como a percebem, que atuam, cabendo ao historiador, portanto, recuperar tanto quanto possível esse processo.*<sup>16</sup>

Cabe, portanto e uma vez realizado esse movimento, tomar as considerações de Viotti da Costa no estudo das revoltas escravas na primeira metade do século XIX. É a partir desse quadro que buscamos investigar e testar certas hipóteses, na articulação entre o macro e o micro, a agência e a estrutura, enfim, na busca de um método dialético para o estudo da história.

Para tanto, no primeiro capítulo busco apresentar o que entendemos por revolta escrava nesta monografia, destacando o papel do escravo enquanto sujeito de sua própria vida. O objetivo é indicar que as revoltas escravas aconteciam, muito concretamente, a partir

---

<sup>14</sup> “Em suas interpretações, encontramos também o ponto exato da confluência entre a história das elites políticas e a história dos dominados, entre as dimensões macro e a micro-história das biografias e do cotidiano. Finalmente entre estrutura, conjuntura e acontecimento. Nesse sentido, é destacável sua capacidade em transformar um episódio - significativo, é claro, como a revolta de Demerara - em lugar privilegiado de observação das dinâmicas do império britânico, do movimento abolicionista, das ações e da ideologia dos missionários, das tensões entre colônia e metrópole, entre senhores e escravos. E finalmente, como acontecimento capaz de revelar aspectos do universo mental, do mundo da oralidade e das redes de sociabilidade forjadas entre os escravos de Demerara”. Cf. WISSENBACH, Cristina. “Nunca tive vocação para turista do passado nem para colecionadora de memórias” - um tributo à Emília Viotti da Costa e aos 40 anos de Da Senzala à Colônia. In: FERREIRA, Antonio; BEZERRA, Holien; LUCA, Tania. (orgs.). **O historiador e seu tempo: encontros com a história**. São Paulo: Ed. UNESP e ANPUH, 2008. p. 92

<sup>15</sup> Cf. MARK, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

<sup>16</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. p. 7.

da posição social ocupada pelos cativos e da interpretação feita por estes do mundo em que viviam. Afinal, optar pela revolta significava o enfrentamento direto. Podia-se, como não raro acontecia, morrer.

No segundo capítulo, formulo quatro hipóteses (posto que não há trabalhos sem hipóteses) que sugiro serem úteis para compreendermos a revoltas escravas vistas em maior escala, como sugerem diferentes autores, na primeira metade do século XIX. Assim, uma nova “politização do cotidiano” pode ser aventada a fim de dar conta desse processo, na medida em que a existência de uma “comunidade atlântica” e de uma “rede negra de informações” tenham ajudado a envolver os cativos no Brasil a todo o cenário, como a Revolução do Haiti exemplifica, de uma “era revolucionária”.

Feito esse percurso, apresento algumas considerações finais, não no sentido de respostas conclusivas. Parece-me mais interessante, nesse momento, formular hipóteses, sugerir novas questões para velhos problemas.

## 2. REVOLTAS ESCRAVAS

Desde os anos 1980 e 1990 a produção historiográfica tem seguido as linhas mestras propostas por aquilo que chamamos “nova história da escravidão” (hoje não tão nova assim)<sup>17</sup>. Um dos aspectos que chamam a atenção nesse conjunto de produções é a diversidade temática. Isto é, os historiadores e historiadoras focando em novos problemas e objetos. Segundo a avaliação de João José Reis e Flávio Gomes, em livro bem recente: “não obstante os esforços de pesquisadores de ofício, o tema da revolta escrava coletiva, ao contrário das fugas e quilombos, não tem sido dos mais frequentados” inclusive “pela chamada nova historiografia da escravidão, exceto as insurreições baianas, que foram estudadas por uma plêiade de interessados brasileiros e estrangeiros”, ainda nesse campo a ausência na primeira metade do XIX é posta, uma vez que “também relativamente representadas, desde a década de 1980, são as revoltas dos últimos tempos da escravidão.”<sup>18</sup>

Trata-se, portanto, de um campo ainda a ser melhor explorado. Assim, este capítulo tem por objetivo apresentar algumas hipóteses quanto às revoltas escravas no Brasil, considerando a primeira metade do século XIX.

Comumente, ao nos debruçarmos sobre a literatura acerca da escravidão, encontramos a afirmação de que “onde houve escravidão, houve resistência” - expressões semelhantes também não são raras<sup>19</sup>. Inclusive, esse tema acumula bibliografia própria e especializada. Chegado os anos 1980 e 1990, a nova história da escravidão passou a encarar esse tema. Para além das imagens cristalizadas do escravo “rebelde” x “submisso”:

é para o espaço que medeia essas duas correntes que se dirigem hoje os esforços de diversos historiadores do tema, com vistas a recuperar o escravo, seu universo mental e ideológico, sua vida cotidiana, no interior do sistema escravista em funcionamento. O que têm demonstrado esses estudos é que numerosas contingências - tais como tamanho da propriedade, número de escravos, tipos de produção, abundância ou carência de mão de obra - condicionaram a existência de uma estrutura flexível, redundando em formas diversas de acomodação e resistência escravas.<sup>20</sup>

<sup>17</sup> Cf. Berman, op. cit., 2003; Rodrigues, op. cit., 2018; Marquese e Salles, op. cit., 2016.

<sup>18</sup> Cf. REIS, João José; GOMES, Flávio. Introdução - um guia para a revolta escrava. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 28.

<sup>19</sup> Nos diz S. Schwartz, por exemplo, quanto à constância do tema: “within these four centuries of change there are certain constant themes and among them is the continuous struggle of African or Brazilian born slaves against the institution of slavery”. Cf. SCHWARTZ, Stuart. Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves’ View of Slavery. **Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 57, n.1, p. 69-81, 1977. p. 69

<sup>20</sup> Cf. MACHADO, Maria Helena. **Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistências nas lavouras paulistas**. 2º ed. São Paulo: Ed. USP, 2018. p. 29-30.

Nessa conjuntura, buscou-se “o espaço que medeia essas duas correntes”, de modo a “recuperar o escravo, seu universo mental e ideológico, sua vida cotidiana, no interior do sistema escravista em funcionamento”. Essa contribuição da nova história social da escravidão é de fundamental importância para este trabalho, pois ofereceu os caminhos para acessar, na medida do possível, esse “universo mental e ideológico dos escravos”. É exatamente disso que se ocupa a presente monografia: buscar como os cativos resistiam no interior da escravidão. Ao meu ver, parece fundamental compreender que o escravo ou a escrava eram pessoas com percepções e sensibilidades, medos e esperanças. Ainda que profundamente influenciados pelas forças históricas, o viver concreto e sensível dos cativos deve ser levado em conta ao pensarmos as diferentes formas de revolta e resistência. Inspirador, neste sentido, é a descrição de Mattoso:

Essa manada humana se apresentava amorfa? Embora o estupor e o medo, a tristeza e o terror diante do desconhecido, do estranho e da sujeição fossem as primeiras reações, os cativos iriam aos poucos, dolorosamente, conhecer um novo mundo, extraordinário e diferente. Habitados a um quadro social organizado que fazia parte de sua própria personalidade, o cativo tornava-se de repente quase um anônimo, uma unidade na multidão na qual somente o sexo, a idade, o aspecto físico e as reações espontâneas, quando as tinham, o distinguiam dos outros. Os novos senhores eram observados, seus gestos espiados. Resistências ativas e passivas se alternavam ou se conjugavam; o cativo aprendia rapidamente que era preciso antes de tudo garantir sua sobrevivência; as tendências suicidas ou os desejos de revolta se atenuavam, aparentemente ao menos, enquadrando-se e submetendo-se conforme uma organização preparada pelos europeus.<sup>21</sup>

Isto é, os escravos e escravas eram pessoas de carne e osso inseridas em um processo histórico concreto que, lhes antecedendo, escapavam em boa medida de seu controle. Nasceram ou chegavam a um país profundamente escravista, cuja propriedade de outrem como escravo era norma e amplamente almejada pelos diferentes grupos sociais. Nessa situação, observando o mundo ao seu redor, a política, formas de protesto e castigo, as possibilidades e os limites, certamente pensavam: que fazer? Essa pergunta tinha chão histórico.

O cativo recém-desembarcado no litoral, no longínquo século XVI, e aquele que desembarcou na cosmopolita cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, encontraram condições diferentes. A escravidão possuía sua própria historicidade. Nesse sentido, Dick Geary, também pensando na resistência escrava no Brasil entre 1780-1850, oferece a formulação do argumento inicial que pretendo expor nesse momento. Para Geary:

---

<sup>21</sup> Cf. MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**: séculos XVI-XIX. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 165-66.

the adoption of one survival strategy rather than another on the part of the slave reflected a realistic assessment of chances of success at a particular point in time rather than a permanent identity or state of mind. In this context, therefore, conjuncture and opportunity were all important [...] and hence my conjecture that the behaviour of slaves was no more fixed and immutable.<sup>22</sup>

Nessa esteira, o papel da “conjuntura” e da “oportunidade” adquire maior importância em relação a supostos estados e identidades permanentes. Trata-se de compreender que o escravo, muito concretamente analisou sua situação e, a partir dela, planejou sua ação<sup>23</sup>. Seja qual for<sup>24</sup>. Nas palavras de João José Reis e Eduardo Silva, que também avançaram o debate nesta direção, “o escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias”<sup>25</sup>.

Nesse sentido, as contribuições da nova história social da escravidão são aqui valiosas. Afinal, permitiram ver o escravo enquanto sujeito e agente de si e, na medida do possível, de seu destino. Esse ponto de partida nos permitiu questionar: por quais razões os escravos se revoltaram com maior intensidade no século XIX? Quais os elementos novos, para lembrar Geary, da conjuntura e de oportunidade, se impuseram para que pudessem arriscar suas vidas na forma mais frontal e violenta de resistências ao escravismo? O que o século XIX trouxe de novo na vida dos cativos? Aqui convém introduzir uma observação de Eduardo Silva a respeito dos riscos de se empreender fugas ou organizar e participar de revoltas: “a escravidão, como sabemos, não terminava nas porteiras de nenhuma fazenda em particular, mas fazia parte da lei geral da propriedade e, em termos amplos, da ordem socialmente aceita”<sup>26</sup>. Cabe ao historiador reconhecer que, a escravidão era uma instituição amplamente disseminada, aceita e, sobretudo, defendida enquanto legítima e correta. Sendo assim, o que levaria o cativo, a se revoltar com maior frequência nesse período da história do que em outros? Talvez e de certo modo, os cativos pensassem que “em termos amplos”, “da

<sup>22</sup> Cf. GEARY, Dick. Accomodation and resistance: slaves in Brazil, 1780-1850. **Studia Historica - Historia Antigua**, Salamanca, v. 25, p. 577-594, 2007. p. 578.

<sup>23</sup> Esse aspecto não supõe racionalidade pragmática ou cálculo extremo no agir humano. Afinal, nem sempre a ação dos homens e mulheres é pautada pelas decisões mais racionais. Não obstante, o próprio conceito de “racional” ou os significados e julgamentos de valor do que seria “pragmaticamente mais acertado” muda de sentido conforme o sujeito. Com isso quero dizer apenas que os cativos agiam, por um lado, para além de identidade étnicas africanas que em tudo os explica, e por outro para além de quaisquer determinismos das estruturas econômicas ou leis históricas.

<sup>24</sup> Emília Viotti da Costa parece reconhecer essa dimensão ao afirmar que: “A ideia de rebelião devia estar sempre latente em Demerara, assim como estava nas sociedades escravistas em toda parte - não uma noção clara e bem delineada, mas mera possibilidade: uma aspiração de liberdade que as circunstâncias poderiam cristalizar numa revolta”. Cf. Costa, op. cit., p. 209, 1998.

<sup>25</sup> Cf. REIS, João José; SILVA, Eduardo. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 7.

<sup>26</sup> Cf. SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: \_\_\_\_\_. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 66.

ordem socialmente aceita”, para além das “porteiras” das fazendas ou engenhos, a nova configuração social, econômica e política estivessem mudando, à seu favor, é claro.

Essas perguntas nos conduzem para dois caminhos: buscar compreender a totalidade<sup>27</sup> histórica-social que envolvia o início do século XIX; e investigar a mentalidade dos cativos nesse cenário específico, dotado de historicidade própria. O foco está na relação entre a mentalidade do cativo e a estrutura que a informa. Trata-se de buscar a seguinte visão do que *é ser escravo no Brasil*:

A personalidade escrava deve ser vista desde uma perspectiva histórica. Muitos estudos sobre a escravidão e sobre os escravos presumiram que categorias como escravidão, opressão, liberdade, resistência e personalidade são constantes a-históricas, quando, na verdade, elas mudam de acordo com as circunstâncias históricas. Qualquer tentativa de compreender a personalidade ou a ação do escravo (assim como as formas de resistência à escravidão) a partir de categorias estáticas, que não considerem as mudanças na sociedade em geral e ignorem a natureza histórica da dialética senhor-escravo, ficará aquém da realidade.<sup>28</sup>

Ainda mais significativo, é ter em mente os diferentes tempos que perpassam a vida de qualquer sujeito e, sendo assim, dos escravos. Reconhecer a historicidade da escravidão e as múltiplas diferenças existentes entre diferentes colônias e no interior das próprias colônias não significa ignorar as estruturas mais amplas - muitas das quais só podem ser percebidas a partir de lentes macrohistóricas - que também são importantes para a particularidade de determinado espaço e tempo. Isto é:

As sociedades escravistas tinham muito em comum. A vida de um escravo em Demerara era sob muitos aspectos semelhante à vida de um escravo em Cuba, no Sul dos Estados Unidos ou no Brasil. Mas havia também diferenças significativas, conforme a natureza da plantação, o grau de desenvolvimento tecnológico, o traçado e as dimensões das fazendas, a porcentagem de escravos e negros livres na população total, o perfil demográfico da população escrava, o lugar de origem e a cultura dos escravos, as características de classe do proprietário (se ausente ou residente, por exemplo), e as instituições religiosas, políticas e administrativas criadas por eles. Todas essas condições mudaram com o tempo E, mais importante, as fazendas em toda parte produziam primordialmente para um mercado

<sup>27</sup> “O conceito de totalidade tem origem em muitas correntes teóricas e metodológicas, comum entre os pensadores influenciados pela *École des Annales* assim como entre os marxistas. Em ambas as correntes, a ideia de totalidade se relaciona a capacidade de se fazer mediações entre as diferentes esferas de realidade, os diferentes tempos históricos e os diferentes determinantes políticos, econômicos, culturais, ideológicos, etc., que possuem influência nos processos históricos. Diz respeito a compreensão entre os interesses em jogo, suas contradições e as correlações de força existentes expressas ao longo do tempo. [...] Um elemento em comum dentro da perspectiva de totalidade é a capacidade de síntese. Esta, por sua vez, se relaciona com a habilidade de indicar os principais determinantes que influenciam o movimento histórico. O sentido da história não pode ser decifrado destacando isoladamente apenas alguns aspectos da realidade. É necessário que se entenda qual o vetor resultante das forças que agem sobre cada processo para não se chegar a conclusões parciais. Esse é o papel da totalidade. Ou seja, é a síntese apreendida através da análise das forças em conjunto e a compreensão de seu sentido”. Cf. Rodrigues, op. cit., p. 15-16, 2018.

<sup>28</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 111-112, p. 2014.

internacional, e isso as expunha a contatos de todo tipo com o mundo exterior. Como nos Estados Unidos, no Brasil ou em quaisquer outras colônias européias, não foram apenas as condições locais que deram forma às vidas dos homens e mulheres que viviam em Demerara: escravos, administradores, senhores, missionários e autoridades reais. O mundo exterior os influenciava diariamente. As lutas políticas na Grã-Bretanha tinham tanto impacto sobre suas vidas quanto as flutuações do mercado, as decisões tomadas pelo governo britânico e as noções sobre religião, riqueza e trabalho, crime e castigo, alfabetização e educação, comércio e império, cidadania e governo. Como indivíduos não são portadores passivos de ideologias, missionários, colonos, escravos e autoridades reais criavam seus próprios roteiros dos discursos disponíveis e do material fornecido por seu passado e pelas experiências do presente. Entretanto, todos eram prisioneiros de um processo que em grande parte escapava a seu controle.<sup>29</sup>

## 2.1 REVOLTAS ESCRAVAS NO SÉCULO XIX: ALGUMAS HIPÓTESES INICIAIS

Ao pesquisarmos revoltas escravas durante a escravidão, nos deparamos com afirmações da seguinte natureza: “as revoltas tornaram-se mais frequentes exatamente a partir do final do século XVIII” ou “até a virada do século XIX, o Brasil não conheceu grandes revoltas escravas, salvo se definirmos a formação de quilombos como revolta”.<sup>30</sup> Resulta claro, então, que no período antecedente ao Oitocentos a forma predominante de resistência não foi aquela comumente entendida por “revolta escrava”. João José Reis oferece um breve panorama das revoltas escravas anteriores ao século XIX, diz-nos o historiador baiano:

Desde que pisaram neste lado do Atlântico como escravos, os africanos conspiraram contra os senhores. A primeira grande rebelião escrava no Novo Mundo parece ter sido feita pelos cativos de Diego Colombo, filho do “descobridor” Cristóvão, no Natal de 1522. No Brasil não se tem notícias de rebelião negra importante durante as primeiras décadas da civilização do açúcar. Em seu estudo sobre os engenhos baianos, Stuart Schwartz declara desconhecer “insurreições escravas organizadas” anteriores ao final do século XVIII, predominando a resistência individual, às fugas e a formação de quilombos. As prósperas Minas Gerais, uma região tão florida de quilombos - o historiador Carlos Magno Guimarães contou mais de cem -, conheceram umas poucas conspirações (em 1711, 1719 e 1756), que não chegaram às vias de fato. As revoltas se tornaram mais frequentes a partir do final do século XVIII [...].<sup>31</sup>

Tais afirmações confrontadas com o banco de dados acerca das revoltas, sedições, conspirações e rebeliões disponível no portal *Impressões Rebeldes*, sob coordenação do

<sup>29</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 16, 1998.

<sup>30</sup> Cf. REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. 2º ed. São Paulo: Ed. SENAC-SP, 2000. p. 245; Reis e Gomes, op. cit., p. 12, 2021.

<sup>31</sup> Cf. REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, 1996. p. 22.

historiador Luciano Figueiredo, encontram respaldo. De fato, entre a lista de revoltas lá elencadas, entre os séculos XVI, XVII e XVIII não há muitos casos referentes às revoltas escravas<sup>32</sup>. Sendo assim, as revoltas escravas parecem ser características do século XIX. Mais precisamente, diz Reis, do “final do século XVIII”. É nesta esteira que Keila Grinberg, Ricardo Salles e Magno Borges apontam que “a resistência escrava na primeira metade do século XIX conheceu, no Brasil, uma dimensão especial: as rebeliões”, prosseguem os autores, “que embora nem sempre tenham ocorrido com o propósito de destruir o regime escravocrata, representaram a principal forma de resistência coletiva, abalando, em muitos casos, a ordem política estabelecida”.<sup>33</sup>

Esse ponto parece consensual. Essa afirmação, contudo, gera diferentes perguntas e problemas a serem postos. Antes, porém, é necessário, delinear aqui o que entendemos por “revolta escrava”. Afinal, como vimos acima, existiram diferentes e variadas formas dos escravizados se rebelarem e oferecerem resistência àquilo que era deles esperado nos quadros de uma sociedade escravista. Uma primeira diferenciação importante é aquela que discute a relação entre quilombos e revolta<sup>34</sup>.

Observamos que, muitas vezes, revoltas e quilombos se confundiam e se mesclavam. Ora a revolta gerando um quilombo, ora o quilombo instigando (ou participando) de revoltas. Nesse caso, talvez a diferença maior esteja na intenção definida de construir mocambos, estabelecendo comunidades mais ou menos estáveis, sendo esse (mais do que assassinar um feitor sádico ou buscar um ataque aos brancos, por exemplo) o objetivo principal. Isto é, construir uma alternativa *fora* (posto que não mais sob o domínio do senhor) e *dentro* (posto que inserida nas redes e na sociedade circudante) da escravidão.<sup>35</sup> Os quilombos poderiam, ademais, conviver “pacificamente” com a sociedade ao seu redor. Já quando da eclosão de revoltas, o “pacífico” é a situação menos provável. Afinal, segundo João José Reis, “se os

---

<sup>32</sup> A lista pode ser encontrada no site *Impressões Rebeldes*, portal mantido pela Universidade Federal Fluminense. Ver: <https://www.historia.uff.br/impressoeresbeldes/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

<sup>33</sup> Cf. GRINBERG, Keila; BORGES, Magno; SALLES, Ricardo. Rebeliões escravas antes da extinção do tráfico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil Imperial - 1808-1831**. Volume I. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 237.

<sup>34</sup> Ou seja: “A revolta se assemelha a ações coletivas comuns na história de outros grupos subalternos, mas o quilombo foi um movimento típico dos escravos. É difícil, porém, em muitos casos, distinguir um do outro. Apesar de muitos quilombos terem se formado aos poucos, através da adesão de fugitivos individuais ou agrupados, outros tantos resultaram de fugas coletivas iniciadas em revoltas. Tal parece ter sido, por exemplo, o caso de Palmares. Ao mesmo tempo, os quilombolas inúmeras vezes saíram de seus esconderijos para sublevar a escravaria de engenhos e fazendas, identificando-se perfeitamente ao que entendemos por revolta. A própria existência do quilombo e sobretudo sua defesa militar e incursões em território inimigo podem ser consideradas revoltas. Se a relação entre quilombo e revolta era complexa, não menos complexas eram as experiências dos escravos, e de seus oponentes, face a cada um desses movimentos. [...] Além dessas questões mais amplas, há outras relativas ao contexto histórico mais favorável ao surgimento de quilombos e revoltas, o perfil de seus participantes e líderes, suas motivações e vocabulário.” Cf. Reis, op. cit., p. 15-16, 1996.

<sup>35</sup> Cf. Gomes, op. cit., 2015; Reis e Gomes, op. cit., 1996.



quilombos representaram uma rebeldia ambígua, as rebeliões escravas constituíram a mais direta e inequívoca forma de resistência coletiva. Quando o escravo conspirava uma revolta, ele raramente contava com a possibilidade de acordo”<sup>36</sup>. À diferença do aquilombamento, o escravo que conspirava, possuía objetivos e perigos diferentes em sua ação.

Buscar uma diferenciação categórica, assertiva ou até mesmo classificatória sobre *o que são revoltas escravas* resulta em um movimento difícil. Afinal, muitas vezes, como vimos, revolta e quilombos se confundiam. Não obstante, dentro daquelas revoltas estudadas pela historiografia percebe-se certa variedade de formas, objetivos e desfechos. Essa limitação prática não pode nos eximir da tentativa de construir definições aproximativas - aliás, como todo conceito - do nosso objeto estudado. Foi dentro desse quadro, quanto à variedade do que podemos chamar de “revoltas”, que alguns historiadores esboçaram suas definições. Vejamos alguns exemplos.

Para Eugene Genovese, em *Da rebelião à revolução*, “a pergunta aparentemente muito simples” (o que é um revolta escrava?), “tem uma resposta que se impõe: trata-se de uma luta pela liberdade”. No entanto, “engloba outras respostas que nos levam à compreensão do caráter especial de determinadas revoltas e do processo histórico em cujo âmbito ocorreram”<sup>37</sup>. Já nas palavras de João José Reis: a” revolta coletiva representou a forma mais radical contestação da escravidão”, ainda que nem “toda revolta almejasse a destruição do regime escravocrata” prossegue o autor: “muitas buscaram apenas corrigir excessos de tirania senhorial, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos - às vezes a reconquista de ganhos perdidos - ou punindo feitores e senhores particularmente tirânicos.”<sup>38</sup> Ainda com Reis e Gomes, ao discutirem o que entendem por *revoltas* no recente livro *Revoltas escravas no Brasil*, os autores nos informam que consideram “como tal apenas aquela manifestação coletiva dos escravos - não importando sua dimensão - com vistas a romper através da força a rotina da produção de bens e serviços senhoriais, muitas vezes, mas nem sempre, em busca da liberdade completa”.<sup>39</sup>

A leitura das definições oferecidas por Genovese, Reis e Gomes indicam, na verdade, delimitações abertas do que se pode entender por *revoltas escravas*. Convergem, porém, ao apontarem que a revolta era uma forma, talvez no limite, de luta do escravo pela liberdade ou, se não fosse o caso, por melhores condições de vida - nem sempre a negociação funcionava

<sup>36</sup> Cf. Reis, op. cit., p. 21-22, 1996.

<sup>37</sup> Cf. GENOVESE, Eugene. **Da Rebelião à Revolução**: as revoltas de escravos negros nas Américas. São Paulo: Global, 1983. p. 25.

<sup>38</sup> Cf. REIS, João José. Revoltas escravas. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 392.

<sup>39</sup> Cf. Reis e Gomes, op. cit., p. 12, 2021.

ou mesmo nem sempre a negociação era uma possibilidade. O que nos interessa aqui é a percepção de que, no emaranhado de diferentes formas de resistir à escravidão, a *revolta* direta, frontalmente combativa também era um recurso a ser acionado. Como discuti na seção anterior, o escravo buscava os melhores caminhos a serem seguidos para um melhor viver. Para tanto, atentava-se ao mundo ao seu redor, na medida das possibilidades do seu tempo, de seu momento histórico e também, é claro, de suas próprias capacidades. Uma vez lembrado isso, podemos novamente colocar a questão chave desta monografia: por quais razões a revolta passou a ser, principalmente durante a primeira metade do século XIX, entre outras formas possíveis, uma prática de resistência mais comum do que nos séculos precedentes? Por quais razões a conspiração contra a ordem, os brancos (e às vezes contra os crioulos), o assassinato de feitores e senhores, as tentativas de eliminar as autoridades locais e outras, passaram a ser mais recorrentes?<sup>40</sup> Essas perguntas, em certo sentido, já foram tema da historiografia. Novamente a referência incontornável é João José Reis. Vejamos então os caminhos propostos pelo historiador baiano.

Os passos dados por Reis, em diferentes trabalhos, no sentido de dar conta das revoltas no século XIX acabam, por vezes, se repetindo. Com efeito, entendo que tal insistência nos mesmos aspectos indica a convicção do historiador na validade de sua explicação. Os pontos principais convergem nos seguintes encadeamentos: a Revolução do Haiti, em 1791, proporcionou o revigoramento de determinadas zonas escravistas, dada a queda da produção da colônia que era então tida como a “Pérola do Caribe”, por sua vultuosa produtividade. Os mercados então supridos pelos escravos de São Domingos abriram-se para os produtos de outras colônias, Brasil inclusive. Esse incremento na demanda, proporcionou um revigoramento do tráfico, afinal *plantation*, monocultura voltada ao mercado externo e trabalho escravo estavam intimamente associados<sup>41</sup>. Sendo assim, um enorme número de africanos foram importados ao Brasil<sup>42</sup>.

<sup>40</sup> Diferentes pistas existem nesse sentido, Emília Viotti menciona um caso significativo: “ao longo do século XIX, o escravo adquirira uma nova consciência de si mesmo e do sistema escravista. Ele podia dizer, como disse um escravo que assassinou seu senhor, que não sabia por que tinha de trabalhar a vida inteira para o benefício exclusivo de um homem de quem era igual”. Cf. Costa, op. cit., p. 110, 2014.

<sup>41</sup> Cf. Reis e Gomes, op. cit., p. 10-11, 2021. Noutro texto, há uma ênfase mais direta ao Haiti: “Durante a maior parte do século XIX, a escravidão no Brasil experimentou uma vigorosa expansão, associada ao incremento da lavoura de exportação, o crescimento das cidades, a intensificação do tráfico de escravos. Nos primeiros anos do século, a economia açucareira já havia se recuperado de um longo período de estagnação, aproveitando um mercado internacional que se tornara menos competitivo com a saída do Haiti, seu maior fornecedor até a revolução escrava que destruiu sua economia exportadora juntamente com o regime escravista. [...]”. Cf. Reis, op. cit., p. 243-244, 2000. Também: Cf. CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). **A construção nacional: 1830-1889**. Vol. II. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 47-49.

<sup>42</sup> Esse quadro também pode ser compreendido a partir das lentes da “segunda escravidão”: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; TOMICH, Dale. A segunda escravidão. In: \_\_\_\_\_. **Pelo Prisma**

Tal crescimento de escravos africanos já em si seria um potencial problema para as autoridades e o controle dos escravos no Brasil, na medida em que implicaria certas reconfigurações internas - uma delas um ritmo mais acelerado de trabalho que afetaria também os ladinos. Afinal, “foi durante o século XIX que, proporcionalmente, o Brasil mais recebeu cativos da África”, prossegue João José Reis e Flávio Gomes, “se contabilizados os três séculos de duração do tráfico transatlântico para a região, os anos entre 1800 e 1850 valeram por 43% do total de africanos desembarcados, ou seja, cerca de 2 milhões”<sup>43</sup>. Boa parte dos recém-chegados, sobretudo os destinados aos engenhos de açúcar na Bahia (haussás, nagôs, muçulmanos...) vieram de um contexto militarizado, de guerras e *jihad* na África, reunindo características em comum (língua, religião, local de procedência...) que em terras americanas resultaram em diferentes combinações identitárias, que se traduziram concretamente no dia a dia dos cativos. Não raro, “uma alta proporção de escravos na população e de africanos natos entre os escravizados reforçou a identidade coletiva e a percepção de força diante das camadas livres, mormente quando os cativos tinham perfis étnicos comuns”.<sup>44</sup>

Para além dessa influência atlântica, Reis também reconhece os “ventos revolucionários” vindos do norte, mais precisamente do Haiti e da França: por um lado, uma bem sucedida rebelião escrava, que logrou conquistar o poder e declarar a emancipação e, por outro, a retórica iluminista materializada na revolução francesa que afirmava a “igualdade entre os homens”. Esses elementos, ademais, combinariam-se ao momento interno de descolonização visto não só no Brasil, mas também em toda a América Espanhola, resultando na divisão e na guerra de “branco contra branco”. O foco aqui parece estar, mais decisivamente, na percepção que os “brancos estavam divididos”, o que significa maior chance de sucesso na forma de rebeldia escolhida pelos cativos<sup>45</sup>.

---

**da Escravidão:** Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Ed. USP, 2011. Também a resenha feita por Ricardo Salles: SALLES, Ricardo. Segunda escravidão. **Tempo**, Niterói, v. 19 n. 35, p. 249-254, dez. 2013.

<sup>43</sup> Cf. Reis e Gomes, op. cit., p. 7-8, 2021. Ver também: Reis, op. cit., p. 244-45, 2000; Ver: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 17 mar. 2023. Também: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-63. Ainda assim, concordando com David Geggus, o tráfico em si e um maior número de cativos não dá conta do problema em si mesmo, ver: GEGGUS, David. Slave rebellion during the Age of Revolution. In: \_\_\_\_\_; KLOOSTER, Wim. (orgs.). **Curaçao in the Age of Revolutions, 1795-1800**. Leiden: Brill, 2011.

<sup>44</sup> Cf. Reis e Gomes, op. cit., p. 13, 2021. No caso da Bahia em especial: REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>45</sup> Cf. Reis, op. cit., p. 97, 1996; Reis e Gomes, op. cit., p. 16, 2021; REIS, João José. O levante dos males: uma interpretação política. In: \_\_\_\_\_; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a. p. 109.

Esse quadro geral, é a linha mestra utilizada por Reis para dar conta do problema posto acima. Os incentivos econômicos decorrentes da Revolução do Haiti abriram novos mercados - antes abastecidos pela colônia francesa - para os produtores brasileiros. A produção monocultora (de açúcar, mas principalmente café) para o mercado externo se avolumou. Os braços que trabalhavam eram escravos, buscados na África, recrudescendo o tráfico atlântico de escravos. Africanos novos que, segundo Reis, traziam de sua terra natal um passado que viria a impactar, ainda que matizado pelas vivências já deste lado do oceano, seu dia a dia no Brasil. Para além desse impulso econômico da queda de São Domingos, o contexto revolucionário atlântico - a chamada Era das Revoluções - também viria a impactar as revoltas escravas, o Haiti mostrava que era “possível”, servia como inspiração. Os problemas decorrentes da descolonização e da construção de um Estado-nação novo, também viriam a ser aproveitados pelos cativos, sobretudo na percepção da divisão dos brancos.

Esses fatores em articulação, encontrando um eco específico conforme o tempo e o espaço ao longo da primeira metade do XIX, ora uns pesando mais do que outros, dariam conta de explicar o aumento das revoltas escravas - e sua quase concentração exclusiva nesses 50, 60 anos da história colonial e depois do Brasil independente.

Ao meu ver, contudo, ainda há chão a ser explorado pela historiografia. Mais no sentido de ir com e além das proposições de João José Reis do que contra aquilo já proposto pelo historiador. É nesse sentido que lembro novamente das contribuições de Emília Viotti da Costa, já expostas na introdução desta monografia. Meu objetivo - e desafio - é buscar na vida dos escravos envolvidos em movimentos de contestação, de rebeldia e de revolta na primeira metade do XIX no Brasil, os momentos em que “pulsam os ritmos da História”, compreendendo “que as suas múltiplas subjetividades são tanto constituídas pela História quanto constitutivas da História”. Trata-se, como hipótese, de buscar sobretudo os elementos que se fizeram presentes na formação desses escravos enquanto seres históricos, isto é, nascidos em determinado tempo e em determinado espaço. Não de modo determinista ou mecânico, desprezando as particularidades e cada contexto em si, mas sim procurando seguir os passos de Emília Viotti da Costa, buscando mostrar os diferentes ritmos e tempos da história que pulsam em nossas vidas.

Buscando seguir essa direção, a explicação que aqui sugerimos como hipótese, sem dúvida a ser debatida posteriormente a partir de pesquisas mais aprofundadas e exaustivas (o que um trabalho de conclusão de curso não pretende), quanto as revoltas escravas no começo do Oitocentos vai no sentido de reavaliar o impacto da chamada Era das Revoluções.

Não estamos propondo algo inédito. Afinal, essa noção já fora incorporada nas leituras feitas sobre esse tema e período. O objetivo é outro, e penso aqui de modo ensaístico. Retomando a discussão do sub-capítulo anterior, que discute a rebeldia e a resistência como questões colocadas de forma bem prática no cotidiano do cativo, isto é, de considerações acerca das oportunidades e da conjuntura, dos riscos de morte e das chances de sucesso, questiono novamente: por quais razões a conjuntura do início até meados do XIX favoreceu a intensificação do número de revoltas? O que havia de novo? Qual o peso do que chamamos de Era das Revoluções, nesse processo? Como vimos, essa questão já recebeu atenção da historiografia. Contudo, minha intenção é chamar atenção novamente para o papel da Era das Revoluções nesse processo<sup>46</sup> - ainda que em alguns pontos tal associação já tenha sido bem criticada. O que interessa dessa crítica é a percepção de que não há simples correlação causal de ordem cronológica entre os eventos, em que as Revoluções (francesa e haitiana) iria por si só influenciar qualquer revolta nas Américas. No entanto, a questão ainda permanece: “violent rebellion punctuated the history of African American slavery from its beginnings, but it was apparently never more prevalent than during the Age of Revolution”<sup>47</sup>.

Por um lado, fica claro que qualquer tentativa automática de responder a essa relação entre o aumento das revoltas escravas e a Era das Revoluções está fadada ao fracasso. Sugiro que existiram desdobramentos sutis da Era das Revoluções que merecem ser levados em conta para explicar as revoltas no início do século XIX brasileiro. Em comparação com a bibliografia do Caribe para o mesmo período, ainda há muito a ser investigado no cenário

---

<sup>46</sup> Para algumas críticas feitas à eventuais associações entre era das revoluções e revoltas escravas, ver: De um modo geral, Reis e Gomes apontam que: “o historiador Eugene Genovese chegou a afirmar que, na era das revoluções burguesas e das independências americanas - tendo a Revolução do Haiti como ponto fulcral -, desapareceriam as revoltas que, por suposto, tiveram por objetivo restaurar uma espécie de África perdida, predominantes anteriormente. Essa tese já foi refutada por vários historiadores, sob o argumento de que nem todas as revoltas daquele primeiro período eram ‘restauracionistas’, sendo algumas até abolicionistas, nem as ideologias africanas recuavam *in totum* diante da marcha inexorável do ideário liberal burguês, no segundo período”. Cf. Reis, op. cit. p. 45, 2021; também: Reis, op. cit., p. 258, 2000; Geggus, op. cit., p. 112, 1989; idem, op. cit., p. 23, 2011.

<sup>47</sup> Cf. Geggus, op. cit., p. 23, 2011.

brasileiro<sup>48</sup>. Ainda mais considerando que essa “era revolucionária” moldou e foi moldada pelos mais diferentes atores sociais.<sup>49</sup>

Com efeito, na virada do XVIII para o século XIX, surgia em paralelo à aceleração dos meios de comunicação ou da maior representatividade (ainda que restrita) nos espaços políticos cada vez mais ocupados pelos, novas formas de vivenciar o mundo e a política. Nesse caso, na leitura de Blackburn, podemos falar em “novas formas de associação e um novo terreno de contestação”. É a partir desse lugar que voltamos ao trabalho de Eugene Genovese. Como vimos acima, seu livro foi alvo de muitas críticas ao propor um sentido inteiramente novo às revoltas escravas na esteira da Era das Revoluções. Críticas corretas. No entanto, seu trabalho ainda pode fornecer problematizações interessantes. O seguinte trecho representa uma dessas possibilidades. Precavendo-se das críticas que viriam, bem como deixando questões em aberto, o historiador estadunidense-se nos diz que:

Em primeiro lugar, não sugiro de modo algum a existência de uma homogeneidade ideológica e muito menos de uma coordenação, antes ou após a Revolução Francesa e nem o desaparecimento de revoltas restauracionistas. Admito, prontamente, que os mecanismos de transmissão ideológica permanecem obscuros e à espera de uma investigação mais profunda. Insisto, sim, que a exigência negra da abolição da escravidão como sistema social era algo novo e que marcou época. Ela não poderia ter emergido como um poder histórico mundial antes da ascensão da ideologia burguesa democrática, a qual estendeu o compromisso liberal revolucionário à propriedade absoluta. As revoltas de escravos, a exemplo de tantos outros fatos, não podem ser compreendidas fora do contexto de uma história mundial em desenvolvimento, no qual a política, a economia e a ideologia da Europa, África, Américas e Ásia tinham-se tornado inseparáveis.

Aqui, além de precaver-se, Genovese também parece indicar uma lacuna a ser preenchida nesse campo: “os mecanismos de transmissão ideológica permanecem obscuros”.

<sup>48</sup> Cf. Costa, op. cit., 1998; KLOOSTER, Wim. The rising expectations of free and enslaved blacks in the Greater Caribbean. In: GEGGUS, David; \_\_\_\_\_ (orgs.). **Curaçao in the Age of Revolutions, 1795-1800**. Leiden: Brill, 2011; BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002; Idem. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; idem. The force of example. In: GEGGUS, David. (org.). **The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001; GEGGUS, David. (org.). **The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.

<sup>49</sup> “Neste período o avanço do capitalismo e o progresso da revolução burguesa tiveram um caráter irregular e contraditório. A autonomia e o poder dos detentores de riqueza foram promovidos pelo desmantelamento do absolutismo, pelo retrocesso do mercantilismo, pela elaboração de códigos legais que consagraram o respeito ao contrato e à propriedade privada, pela maior velocidade das comunicações e pela construção de regimes políticos mais amplamente representativos das classes proprietárias! Mas ao mesmo tempo as populações subjacentes buscaram deter ou controlar o poder das novas ou rejuvenescidas classes dominantes. A dependência crescente à produção e ao consumo de mercadorias agrícolas, a maior facilidade de movimentos, a extensão da cidadania ativa e passiva criaram novas esperanças e novos medos, além de novas formas de associação e um novo terreno de contestação. O avanço da escravidão e da abolição deve ser visto neste contexto - ele foi parte de contradições e tendências semelhantes”. Cf. Blackburn, op. cit., p. 555, 2002.

De fato, compreender quais os caminhos percorridos pela circulação de ideias, sobretudo entre escravos - que só aparecem mais consistentemente nas fontes quando da judicialização de seus atos - é um caminho em aberto. Porém, mais decisivamente, está a afirmação de que as revoltas escravas devem ser compreendidas no interior de uma história mundial (ou atlântica, nesse caso) que conecte Europa, África e América - a Ásia aqui parece, ao meu ver, ter papel menor.

Geggus reconhece certa particularidade da história da escravidão nesse cenário: “one might not be surprised therefore that the Age of Revolution in Europe also saw a wave of violent unrest throughout the slaveowning societies of the Americas” e, muito diretamente, aponta que “the largest revolts in slavery's 350 year history in the New World ail occurred during the half-century following the outbreak fo the French Revolution”<sup>50</sup>. Nesse caso, porém, são particularmente interessantes as perguntas feitas pelo historiador, na medida em que contribuíram para informar algumas das inquietações desse trabalho. Em suas palavras:

If mere awareness of the success of the Saint Domingue rebels were sufficient to spark slave uprisings, then the extent of violent résistance would undoubtedly have been such greater. The example of the British Caribbean seems to demonstrate this, since in the history of the British colonies autonomous slave resistance actually reached a lowpoint in the years 1789-1815, and most particularly the 1790s. Conversely, many slave rebellions of the Age of Revolution appear to have been quite unrelated to either the Haitian or French Revolution. What sort of connections, then, does one find between these epoch-making events and the slave rebellions of the period?<sup>51</sup>

Não há, portanto, simples associação cronológica entre os eventos revolucionários haitianos e franceses. Vai além, inclusive, e afirma que se assim fosse o número de revoltas tenderia a ter sido muito maior. No entanto, ainda permanece a interrogação acerca dessa relação que, sem dúvida, não é aleatória ou puramente uma coincidência. Trata-se, portanto, de questionar como esses eventos desdobraram-se, de múltiplas formas, nas demais sociedades escravistas do Novo Mundo<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> Cf. Geggus, op. cit., p. 108, 1989.

<sup>51</sup> Ibid., p. 112.

<sup>52</sup> Quanto aos impactos do Haiti, Geggus também apresenta questões interessantes: “to assess the international repercussions of this tremendous upheaval, it is helpful to consider five or six broad questions. [1] In what ways did the enslaved, free colored, and white sectors of New World society respond to news of the Haitian Revolution? [2] How did the governments of the colonial powers react? [3] How important was the revolution in stimulating resistance among slaves and free people of color, either by example or by direct intervention? [4] What economic and cultural impact did migrants from revolutionary Saint-Domingue have in the different parts of the Americas they settled? [6] And was the revolution's overall impact on the antislavery movement, and on the debate about race, positive or negative?”. São diferentes, portanto, os efeitos possíveis da maior rebelião escrava em toda a história das Américas. Cf. GEGGUS, David. Preface. In: \_\_\_\_\_. (org.). **The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001. p. X.

As conclusões apontadas por Geggus, sobretudo pensando o cenário do Caribe e dos Estados Unidos, indicam que os efeitos decorrentes das França e do Haiti revolucionários, seriam mais “políticos” do que ideológicos”.<sup>53</sup>

Mais do que falar propriamente a “linguagem da liberdade e igualdade”, os escravos pareciam perceber que o mundo, a política, estava mudando. A partir disso poderiam desenvolver certa expectativa com o futuro, o que influiria, em alguma medida, em suas próprias ações<sup>54</sup>. Ou seja, para Geggus, assim é possível resumir o problema posto face a relação temporal entre Era das Revoluções e o aumento das revoltas escravas:

1) that the French and Haitian Revolutions had more impact on free coloreds than on slaves; 2) that the French Revolution's influence on slave societies was political rather than ideological; it promoted resistance less through the propagation of libertarian ideas, than through affecting the distribution of power; 3) that the Anglo-French antislavery movement was at least as important as the French and Haitian revolutions in generating new forms of slave resistance.<sup>55</sup>

Quanto ao primeiro ponto, esse esclarecimento ajuda a compreender a participação de muitos homens livres (crioulos, africanos forros, pardos...) em diferentes revoltas escravas. Toussaint L'Ouverture, por exemplo, em 1791 já não era escravo - além de outros exemplos. Ademais, apenas aponta para o fato de que houve maior impacto nos livres do que nos escravos, o que não significa que entre esses últimos seus desdobramentos tenham estado ausentes. Já a segunda colocação, como vimos, indica que mais do que influências ideológicas, foram os impactos políticos mais decisivos para a rebeldia escrava. E aqui políticos em *stricto* e *lato sensu*. Isto é: mais diretamente, nos debates parlamentares sobre abolição do tráfico, medidas que visavam “suavizar” a escravidão, tanto na “culture of expectations” dos escravos, de suas expectativas de liberdade. E mais regionalmente, o

---

<sup>53</sup> Idem, *ibid.*, p. 116.

<sup>54</sup> Referindo-se aos “northeastern emancipation acts” dos Estados Unidos logo após a Revolução de 1776, Geggus se refere a “culture of expectative”, conceito de Julius Scott: “Given the strong maritime links between Philadelphia and New England and the West Indies, and the prominence of black sailors in that trade, it would be surprising if news of this first legislative assault on slavery did not reach the ears of Caribbean slaves and help shape what Julius Scott has termed a ‘culture of expectation’”. Cf. Geggus, *op. cit.*, p. 29, 2011.

<sup>55</sup> “Various connections, some solid some speculative, can thus be drawn between the French and Haitian Revolutions and slave resistance in the Americas. An infinitely more difficult task is to uncover what it was in the slaves perception of those events that encouraged them to risk almost certain death in revolt. It seems to me that the impact of the two revolutions was more political than ideological, as Michael Craton has argued with regard to the British colonies. The two revolutions promoted resistance less through the transmission of libertarian ideas than through changing, or appearing to change, the balance of power, bringing the prospect of foreign aid or a change of ruler. The evidence available does not often show rebels speaking the language of liberty and equality. The case of the free mulattoes of Bahia, and the free blacks of Coro, who called for a republic and social equality, along with the abolition of slavery, was quite exceptional. So, too, was that of the Curaçao slaves who in 1795 sang French revolutionary songs”. Cf. Geggus, *op. cit.*, p. 109, 1989.



terceiro ponto enfatiza o impacto do abolicionismo que no Caribe chegaria logo no início do Oitocentos, força essa que viria a ser mais forte no Brasil apenas após 1850. Em resumo, com Geggus, vê-se que os impactos decorrentes das revoluções na França e no Haiti, bem como do incipiente movimento anti-escravidão europeu, mais do que influências ideológicas, resultou na vida dos cativos concretamente em novas experiências políticas, algumas mais imediatas - como a reinvenção de “direitos” - outras mais distantes, mas ainda presentes - como as discussões acerca da legitimidade, dos impactos e do papel da escravidão, posto em discussão de forma e em amplitude até então inédita na história colonial.

Por fim, uma das inspirações mais presentes na elaboração das hipóteses desta monografia, temos as contribuições de Emília Viotti da Costa<sup>56</sup>. Nesse caso, com a vantagem de uma maior aproximação com o cenário brasileiro, indo um pouco além do “Greater Caribbean”. De entrada, cito um longo trecho do artigo de 1977 intitulado *Escravos: imagem e realidade*, em que Costa afirma, com especial ênfase para os acontecimentos brasileiros:

As transformações na ideologia e nas atitudes dos senhores diante da escravidão modificaram as perspectivas de liberdade dos escravos. No final do século XVIII, quando os colonos conspiraram pela independência, muitos negros livres e escravos se uniram ao movimento. Alguns estavam presentes no julgamento da abortada Inconfidência Mineira, em 1789, e também estiveram entre os presos na Bahia em 1798, acusados de apoiar a conspiração contra o Rei e de seguirem “os princípios franceses”. Em 1817, escravos apoiaram a revolução em Pernambuco, a despeito de uma declaração da liderança branca garantindo que a instituição da escravidão seria mantida. Alguém poderia dizer que os escravos que participaram dessas conspirações estavam apenas obedecendo ordens dos senhores. Mas, na verdade, eles estavam fazendo mais do que isso. Seus testemunhos durante os julgamentos revelam que eles tinham visões pessoais sobre os propósitos e as metas das revoluções. Enquanto os brancos ressaltavam a liberdade e tinham por objetivo a emancipação da colônia, os negros sonhavam com a igualdade e tinham esperança, de se libertar do jugo da escravidão. O credo liberal proclamado pelas elites brancas revolucionárias proporcionava aos negros livres e escravos novas formas de expressar seus protestos. [...] A era revolucionária criara novos modos de autopercepção e novas formas de participação e de protesto e, ao mesmo tempo, lhes fornecera uma ideologia que não existia nos séculos anteriores, quando a escravidão fora justificada em nome da Providência Divina.<sup>57</sup>

Essa politização decorrente da “era revolucionária” teria apresentado aos escravos “novas formas de participação e de protesto”, mais decisivamente ainda “lhes fornecera uma ideologia” nova, capaz de se contrapor às justificativas então duradouras que lhe prendiam ao

---

<sup>56</sup> Embora brasileira, as problematizações presentes em *Escravos: imagens e realidade* (1977) e *Coroas de Glória, lágrimas de sangue* (1994) foram ambas publicadas originalmente em inglês. Disso resulta sua posição ao lado dos historiadores anglo-americanos.

<sup>57</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 109-110, 2014.

cativeiro. Agora referindo-se à colônia de Demerara, Costa aponta como essas novas formas se materializam de forma muito concreta no dia-a-dia dos cativos:

O discurso abolicionista altera a experiência da escravidão tanto do ponto de vista do senhor quanto do ponto de vista dos escravos. A condenação da instituição, a denúncia dos abusos cometidos por proprietários de escravos, a promessa de emancipação que essas críticas continham, modificavam as condições objetivas e subjetivas dos escravos. Estas acompanham com grande interesse os debates do Parlamento. Os escravos que sabiam ler e tinham acesso aos jornais se incumbiam de divulgar para os demais as últimas notícias sobre os progressos do movimento abolicionista. Os que não sabiam ler contentavam-se em registrar nas conversas dos senhores qualquer referência que pudesse indicar que a emancipação era iminente. Quando eles se encontravam, nas senzalas ou no serviço, os escravos contavam uns aos outros o que tinham ouvido sobre os avanços da emancipação. Qualquer indício positivo era bem recebido, qualquer história, por mais insignificante, se transformava em evidência de que a liberdade estava próxima.<sup>58</sup>

Na Era das Revoluções, diferentemente das épocas precedentes, influências externas ao mundo mais estritamente colonial passavam a ser cada vez mais constantes, sobretudo aquelas que se referiam à escravidão, tema de especial interesse, por óbvio, aos cativos. Nesse momento, a circulação de informações - principalmente rumores sobre a emancipação - eram comuns. A economia atlântica no início do século XIX, se concordarmos com as cifras de Robin Blackburn, “exigia aproximadamente meio milhão de toneladas em meios de transporte marítimo e empregava mais de cem mil marinheiros e trabalhadores nas docas”<sup>59</sup>. Não surpreende, portanto, que a circulação de informações pelo Atlântico tenha ocorrido de modo dinâmico.

Ademais, o papel dos rumores e boatos sobre Leis decretadas na metrópole que trariam a emancipação soma-se, na verdade, a um histórico de lutas antigas dos escravos, “que datava do momento em que o primeiro barco carregado de escravos chegara à América”. No entanto, nesse contexto surgia algo novo, ainda com Emília Viotti da Costa para os escravos naquele momento histórico “o inesperado era ter brancos a seu lado, brancos que usavam uma linguagem que falava de direitos humanos”, linguagem essa que pode ser utilizada pelos cativos “para atingir seus fins. Isso fazia com que a balança parecesse estar pendendo a favor dos negros”<sup>60</sup>. Assim, Costa oferece hipóteses semelhantes, a partir do estudo da revolta de Demerara, do impacto da “era revolucionária” na vida dos escravizados. Conecta os fios que ligam a origem dos missionários e a experiência da nascente classe

---

<sup>58</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 131, 1998.

<sup>59</sup> Cf. Blackburn, op.cit., p. 18, 2002.

<sup>60</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 147-48, 1998.

operária britânica, decorrente da Revolução Industrial. Nos mostra como as discussões acerca do abolicionismo, até então uma novidade no Império Britânico, impactou as noções de justiça, deveres e limites nas relações entre senhores e escravos. Bem como o cenário econômico atlântico, de queda do preço do açúcar no mercado internacional, afetando o ritmo do trabalho nas fazendas e, às vezes, a retirada dos chamados direitos consuetudinários. Viotti da Costa, portanto, esmiúça parte do mesmo processo vivido noutras regiões do Atlântico. Destacando ora o que é comum, ora o que é particular em Demerara.

Em resumo, *ser escravo* na Era das Revoluções, era viver em um mundo em mudança.

Embora a situação variasse de uma fazenda para outra e, individualmente, de um escravo para outro, e embora essas diferenças possam ter contribuído para dividir os escravos, havia uma experiência compartilhada por todos; a de ser escravo. E ser escravo nesse ponto da história significava não só estar em Demerara, numa fazenda específica, num lugar específico, sob condições específicas de trabalho significava também ser parte de um mundo mais amplo, no qual a escravidão vinha sendo atacada. Era um mundo em mudança, no qual a escravidão, outrora uma necessidade, tornava-se uma contingência; um mundo em que as indústrias gradualmente transformavam o ritmo de vida, e no qual o sistema colonial tradicional, baseado em monopólios e privilégios, entrava em colapso, enquanto novas oportunidades de comércio se abriam no mercado internacional e a Inglaterra incorporava novas áreas a seu império. Era um mundo em que novos grupos de interesse emergiam, o consenso entre os grupos dominantes em relação à escravidão se quebrava e os escravos podiam esperar encontrar aliados poderosos; um mundo em que os processos sociais em curso redefiniam o que era justo, o que era certo e o que era possível, e reescreviam os códigos de honra, as regras de propriedade e as noções de cidadania tradicionais; um mundo em que novas ideologias estavam minando o sistema de sanções e assertivas que há séculos havia mantido a escravidão, transformando o que um dia fora um sonho impossível de liberdade numa possibilidade tangível, fazendo brotar a esperança onde um dia houvera medo e desespero.<sup>61</sup>

Uma maior circulação de informações entre os espaços - muitas vezes motivadas por vínculos comerciais, influenciadas por sua vez pelo momento de abertura dos mercados e crise das noções monopolistas típicas do Antigo Regime - contribuiu para que as discussões emancipacionistas ou antiescravidão, contribuíssem para alimentar expectativas de melhora de vida por parte dos escravos. Esse sentido antiescravista, que soava bem ao ouvido dos escravos, africanos novos, crioulos ou ladinos, também era uma novidade daquela época, pelo menos no grau, amplitude e intensidade. A retórica iluminista, defensora dos *Direitos do Homem e do Cidadão* circulou nas redes de informação. E o Haiti ofereceu aos cativos um

---

<sup>61</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 242-43, 1998.

exemplo de que *era possível*. Como argumentou Blackburn, a “força do exemplo” não poderia ser menosprezada.<sup>62</sup>

Em resumo, surgia naquela quadra histórica uma nova forma de ver e viver o mundo. Certamente não do dia para a noite, não se dormia “restauracionista” em busca da África perdida e acordava-se “revolucionário” proclamando os *Direitos do Homem* em busca dos ideários liberais e burgueses. Não é disso que se trata. O que a história acima posta, nos diz é outra coisa: o mundo estava em mudança, já não estava sendo mais o que era. Aquilo, por exemplo, que servia de justificativa para a escravidão já poderia ser alvo de críticas. O que era dito por poucos e ilustrados sujeitos nos séculos XVI, XVII e XVIII passou para a boca dos pequenos e dos “de baixo” nos grandes portos atlânticos, nos centros comerciais e noutros lugares de modo geral. O desafio, sem dúvida, é bem captar esses fluxos que muitas vezes não precisavam deixar vestígios ou rastros.

Mas ainda mais decisivamente do que as influências e motivações ideológicas - talvez subestimadas pela historiografia, na medida em que as fontes sobre isso nem sempre existem<sup>63</sup> - foi a influência política, como argumenta Geggus. Afinal, essas influências ideológicas sofrem um duplo processo: a um tempo, são fruto de processos históricos concretos, portanto sua existência - longe de qualquer idealismo - não surge apenas no nível das ideias, é produto de disputas e conflitos repletos de carne e osso (e comumente sangue). Por outro lado, longe também de serem simples reflexos das condições materiais e dos eventos, a ideologia, as estruturas mentais, acabam impactando decisivamente na ação humana, portanto no devir histórico, no mundo concreto. Assim, com Geggus, todas essas influências ideológicas estavam também postas no campo da política. Campo, aliás, de disputas *par excellence*. Dividiram-se os homens brancos, novos debates eram propostos, aliados inesperados surgiam - como os missionários, em Demerara -, rumores muito agradáveis aos ouvidos escravos multiplicavam-se, transportados junto com o açúcar ou o café nos navios que cortavam o Atlântico. Isso não significa que a escravidão logo caíria, aliás como não foi o caso em Cuba, no Sul dos Estados Unidos e no vasto Império do Brasil. Mas significa que a relação entre escravidão e política, e os sujeitos, a economia já não mais a

---

<sup>62</sup> Cf. Davis, op. cit., 2001.

<sup>63</sup> Como bem disse Eduardo Silva quanto à mentalidade escrava: O “pouco que temos deve ser adequadamente explorado [...] Qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser apreendidos através das ações. Tantas vezes considerados como simples feixes de músculos, os escravos falam, frequentemente, através deles. Suas atitudes de vida parecem indicar, em cada momento histórico, o que eles consideravam um direito, uma possibilidade ou uma exorbitância inaceitável”. Cf. SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João. In: \_\_\_\_: REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a. p. 15.

mesma. Tudo isso fazia parte de um mundo em mudança, que à época ninguém sabia ao certo para onde iria. Afinal, eram tempos de crise. Como bem explicou Emília Viotti, como vimos na introdução deste trabalho.

O que foi moral torna-se imoral; o que foi certo torna-se errado; o que foi justo torna-se injusto. Novos discursos sobre a sociedade dão consistência e organização a noções “revolucionárias”, reivindicando o status de verdade. Esses são tempos perigosos e estimulantes: tempos de heróis e mártires, heresias e ortodoxias, revolução e repressão. Alguns arriscam suas vidas em nome do mundo nascente, outros, em defesa do mundo que está morrendo. Tempos como esses são tempos de revolução. Mas quando os grupos no poder se apropriam dos discursos radicais, expurgando-os de sua radicalidade, e tentam reduzir as pressões vindas de baixo por meio de reformas, cooptação e repressão - enquanto formam novos blocos de poder ou coalizões, as revoluções sociais são por vezes evitadas. Se há um preço a pagar pelas revoluções, também há um preço a pagar pelas reformas e pela acomodação. Entre os governantes, aqueles que não sabem aceitar as inovações serão deixados para trás; entre os governados, uns poucos serão beneficiados, mas muitos outros não verão nenhuma mudança fundamental.<sup>64</sup>

Nem sempre isso se traduzia explícita ou literalmente nas palavras daqueles sujeitos históricos, afinal, “é raro que a mudança histórica atinja repentinamente as pessoas”. Continua, mais uma vez, Viotti: “na maioria das vezes é difícil, se não impossível, dizer precisamente quando as coisas começaram a mudar. Mas há alguns períodos históricos em que as pessoas de repente se dão conta de que o mundo não é mais o que costumava ser”.<sup>65</sup>

Lembro, então, do problema de pesquisa que subjaz essa historiografia: por quais razões as revoltas escravas surgiram com maior frequência na primeira metade do século XIX? Como isso poderia ser explicado? Em um primeiro momento, apresentei a resposta de João José Reis, que, ao meu ver, abordava com precisão os pontos centrais da pergunta. Mas que, ainda assim, poderia avançar mais alguns passos na compreensão do papel da Era das Revoluções que, não coincidentemente, foi o pano de fundo do começo do XIX e, portanto, dessas revoltas.

A partir disso, tomei a historiografia de língua inglesa como forma de perceber outras abordagens ao tema. A leitura de Emília Viotti - buscando compreender onde a Era das Revoluções aparecia em *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue* - bem como de autores como Geggus e Blackburn, especialmente interessados no mesmo objeto, me permitiram perceber outras nuances e impactos da era revolucionária na revolta escrava. Contudo, a advertência de Seymour Drescher não pode ser menosprezada. Qual seja: “but how much of a turning point

---

<sup>64</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 23, 1998.

<sup>65</sup> Idem, ibid., p. 41.

for Atlantic slavery was the revolution, beyond the boundaries of Hispaniola? Much of the answer to this question depends upon the geographical and temporal scope of one's analysis, as well as upon the variables selected for measurement”<sup>66</sup>. Nesse sentido, ainda que o problema posto por essa monografia, de reconsiderar o impacto da Era das Revoluções, durante o início do XIX, seja em parte semelhante ao de Geggus, Emília Viotti ou Blackburn, nossos espaços são significativamente diferentes em alguns pontos.

Com efeito, no quadro desses autores não há o Império Português em primeiro plano, sim o britânico e o francês e, em menor medida, o espanhol e os Estados Unidos. Não há, também, considerações mais presentes em torno da particularidade da história brasileira, do desenvolvimento da colônia<sup>67</sup> e tampouco a África é considerada.<sup>68</sup>

Portanto, as considerações acima discutidas quanto ao impacto da Era das Revoluções nas revoltas escravas do *Greater Caribbean* devem ser tomadas tendo isso em vista. São, sem dúvida, uma inspiração, mas que precisam ser testadas no cenário específico do Brasil. Aliás, com algumas particularidades importantes. Afinal, foi a colônia e depois país que mais recebeu cativos ao longo da escravidão no Novo Mundo e ainda mais particularmente, o único a receber a sua Coroa metropolitana nos trópicos. Em resumo, cabe indagar como essas formas mais sutis de impacto da era revolucionária perpassa as revoltas escravas no Brasil. Na verdade, o que pretendo é propor algumas hipóteses, sugerir alguns caminhos e pensar novas perguntas. Talvez um momento mais ensaístico, mas também importante. Saber fazer perguntas é parte importante do trabalho do historiador, que se aprende apenas na prática.

Vejamos, então, como a Era das Revoluções impactou as revoltas no Brasil. Sempre lembrando, como vimos na abertura deste capítulo, que “as condições para a acomodação e resistência variavam no tempo e no espaço. [...] Ao longo de todo o período, as chances de

---

<sup>66</sup> Cf. DRESCHER, Seymour. The limits of example. In: GEGGUS, David. (org.). **The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001. p. 10-11.

<sup>67</sup> Com Alencastro podemos lembrar da formação do Brasil no “Atlântico Sul”, cujas dinâmicas, ainda no século XVIII e XIX ligavam a América Portuguesa à África Ocidental e, por óbvio, ao Império Português. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>68</sup> Sobre o papel da África nesse contexto revolucionário europeu e americano, cito o texto de Paul Lovejoy, o qual argumenta a necessidade de incorporar os acontecimentos da África Ocidental, como a formação do Califado de Sokoto, para uma compreensão mais completa desse atlântico revolucionário. Segundo Lovejoy, a África estaria ausente nos trabalhos de Eugene Genovese e Eric Hobsbawm o que acabou por influenciar toda a historiografia baseada nesses autores. Se por um lado essa tese nos parece convincente, teve suas fragilidades apontadas em artigo de resposta de autoria de João José Reis. Na minha análise, de fato, pouco espaço dou à África, lacuna a ser melhor preenchida nas próximas pesquisas. Para essas discussões, ver as páginas da *Topoi*: LOVEJOY, Paul. Jihad na África Ocidental durante a “Era das Revoluções”: em direção a um diálogo com Eric Hobsbawm e Eugene Genovese. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 22-67, jan.jun. 2014; REIS, João José. Resposta a Paulo Lovejoy. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 374-389, jan.-jun. 2015; LOVEJOY, Paul. Jihad, “Era das Revoluções” e história atlântica: desafiando a interpretação de Reis da história brasileira. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 390-395, jan.jun. 2015.

sobrevivência desses escravos não foram sempre as mesmas e seus atos tiveram sentidos diversos em épocas distintas<sup>69</sup>. Vamos ao segundo capítulo.

---

<sup>69</sup> Cf. Costa, *op. cit.*, p. 114, 2014.

### 3 REVOLTAS ESCRAVAS, ERA REVOLUCIONÁRIA E O BRASIL (1789-1850)

No caso brasileiro, aliás, também existem leituras nesse sentido. Não sobre o recorte temporal aqui proposto, mas sim a partir principalmente dos anos 1850. É o caso de Emília Viotti e Maria Helena Machado. Se não foram a Revolução Haitiana ou a Francesa a informarem esse quadro de mudança, na segunda metade do XIX brasileiro, foram outros processos. Mais detidamente no cenário paulista, Machado aponta a existência de uma “evolução da consciência escrava”<sup>70</sup>.

Certa nova “consciência escrava” formava-se a partir de impulsos externos ao mundo estritamente das fazendas de café, posto que “suas possibilidades de evolução condicionaram-se à conjuntura externa que a envolvia”. Nesse caso, principalmente decorrente da crescente “fragilidade do sistema escravista”. Ou noutros termos mais concretos, a percepção do trabalho que faziam e da escravidão enquanto sistema pautado em *trocas* e *contrapartidas* permitiu que “os escravos, concomitantemente à luta pelo estabelecimento de um compasso de trabalho, desenvolve[ssem], no século XIX, uma apurada consciência relativa ao valor de sua produção”, de modo que “incentivos econômicos, direitos e autonomia de ação tornaram-se, cada vez mais, reivindicações dessa mão de obra, que as percebia, com crescente clareza, como contrapartidas legítimas pelo sobretrabalho”<sup>71</sup>. Em Joaquim Nabuco, destacada figura do abolicionismo e da política brasileira, também há menção a esse ponto. Segundo Eduardo Silva, analisando as falas de Nabuco, “‘consciência nova’, escreve ele, ‘que, depois dos horrores do tráfico e da indiferença pela condição social de uma raça humana, se ia formando entre nós’, prossegue Nabuco, ‘e pouco a pouco fazendo cada uma das altas muralhas de interesses seculares abater-se nos corações brasileiros para que pudessem passar por eles, livres, regulares, e vivificantes os ventos gerais da civilização’”<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> Nas palavras de Machado, via-se a “evolução de uma consciência escrava que se beneficiou da crescente fragilidade do sistema escravista, do decréscimo da viabilidade econômica da utilização do trabalho escravo nas lavouras paulistas e da quebra da hegemonia senhorial. Pois, se as potencialidades de conformar uma consciência escrava encontravam-se subjacentes ao próprio sistema, suas possibilidades de evolução condicionaram-se à complexa conjuntura externa que a envolvia. A desintegração do sistema escravista e a transição para o trabalho livre, fornecendo aos escravos das lavouras paulistas uma nova gama de possibilidades, enriqueceram as oportunidades do grupo escravo de se opor à opressão escravista. A análise da gestação de uma consciência escrava ao longo do século XIX paulista exige a inserção da questão no interior do complexo quadro da mentalidade escrava, relacionando-a, principalmente, à percepção da escravidão como sistema de contrapartidas e trocas entre seres desiguais”. Cf. Machado, op. cit., p. 97, 2018.

<sup>71</sup> Idem, ibid., p. 100.

<sup>72</sup> Cf. Silva, op. cit., p. 73, 1989.



Em resumo, Emília Viotti oferece excelente síntese, ainda que longa, dessa “nova consciência” que os escravos no Brasil viriam a desenvolver a partir do abolicionismo, portanto, no mínimo, mais para lá dos anos 1850:

O protesto do escravo não foi uma invenção do século XIX. [...] Negros fugidos, quilombos, levantes de escravos eram episódios constantes nos anais da sociedade colonial desde o século XVI. A despeito de todos os mecanismos de controle social cuidadosamente concebidos pelas classes dominantes, elas nunca conseguiram eliminar aquelas formas de protesto. Mas, no século XIX, a rebelião dos escravos adquiriu um significado novo, porque ocorreu num contexto novo. Na história humana, frequentemente velhos gestos assumem novos significados e novos significados se manifestam por meio de gestos tradicionais; por isso, o sentido dos gestos só pode ser entendido quando referido ao contexto em que eles ocorrem. O protesto do escravo é um gesto antigo que assume um novo significado, porque a situação global se transformou. No passado, a rebelião dos escravos esbarrara na reprovação coletiva dos brancos. A ética das classes dominantes a condenava. As instituições a reprimiam. As cortes de justiça puniam com severidade o escravo fugido e a força policial reprimiu com violência as rebeliões dos escravos. Na segunda metade do século XIX, no entanto, a situação era outra. Os escravos encontravam apoio na justiça e contavam com a simpatia de amplos setores da população. A escravidão, que no passado fora vista como uma instituição natural, produto dos desígnios da Divina Providência, passara a ser encarada como uma instituição condenável e ilegítima a serviço dos interesses de uma minoria. Nessas condições, apoiados pelos abolicionistas, os escravos foram incorporados à ação abolicionista e seus atos de protesto adquiriram um significado político que não tinham anteriormente. A agitação abolicionista reforçou a convicção que os escravos possuíam, de que eram vítimas de uma instituição iníqua e condenável, forneceu-lhes uma ideologia e deu apoio às suas ações insurrecionais. Instigados pelos agentes abolicionistas, os escravos passaram a denunciar com mais frequência às autoridades policiais e jurídicas os abusos cometidos pelos seus senhores. Tais denúncias forneciam argumentos novos aos abolicionistas, que não perdiam ocasião de divulgar pela imprensa os horrores da escravidão. A agitação abolicionista criava, assim, condições para que os escravos se manifestassem e fossem ouvidos. A insurreição dos escravos, por sua vez, dava novo alento à agitação abolicionista, acelerando o processo de desintegração do sistema escravista.<sup>73</sup>

Portanto, a historiografia brasileira também já tratou de algo próximo como uma “nova consciência escrava” no século XIX. Seja na percepção da ação dos escravos nas lavouras de café paulistas, na fala de políticos e abolicionistas como Joaquim Nabuco ou na análise mais ampla de Viotti da Costa (embora seu tema no livro em que extraímos as informações seja também as lavouras paulistas). No entanto e decisivamente: os recortes propostos são bem diferentes. Vale pensar para o começo do XIX e não apenas o seu fim se

---

<sup>73</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 53, 2010.

existia algo como “uma consciência nova”? Trata-se de uma questão complexa, mas que ao meu ver é válida e vale colocá-la em discussão.

A minha hipótese para o cenário brasileiro da primeira metade do Oitocentos é que, também aqui, surgiria algo parecido entre os escravos de Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro e de outros lugares. No entanto, e como destaquei acima, trata-se de uma hipótese, mais sugerida e ensaiada do que afirmada e conclusiva. Afinal, o cenário do *Greater Caribbean* é outro. Para testar a validade dessa tese para a América Portuguesa primeiro e, depois, o Império do Brasil, irei percorrer o caminho proposto abaixo.

O primeiro, consiste em refletir sobre o impacto da Era das Revoluções no horizonte de expectativas dos escravos. A ideia é discutir a Revolução do Haiti, a dimensão atlântica e diferentes formas de sociabilidade, a circulação de informações, rumores e boatos, o debate público e as discussões nas ruas, portos, tavernas e praças das cidades brasileiras (sobretudo, em função da bibliografia utilizada) dos grandes centros urbanos brasileiros. Investigar todos os impactos vindos daquele “Atlântico revolucionário” que unia em suas várias margens, a *jihad* na África Ocidental, a Revolução Francesa, a Revolução de São Domingos, os efeitos da Revolução Industrial e o processo de descolonização inaugurado pela Revolução Americana. Não que a globalização ali tenha conhecido seu ápice, não se trata de propor isso. Mas sim de reconhecer que no começo do século XIX possivelmente uma nova forma de ver, viver e experienciar o mundo estava em desenvolvimento. Essa é uma das hipóteses que nos propomos a investigar. Aqui a ideia é colocar o Brasil no circuito da Era das Revoluções.

A partir dessas balizas, é que me proponho a responder a pergunta feita pela presente monografia. Por que a concentração das revoltas escravas, ao longo da história do Brasil, nessa primeira metade do XIX? O que havia de novo? O que a Era das Revoluções pode nos dizer sobre isso? São hipóteses a serem seguidas, perguntas a serem (re)pensadas.

### 3. 1 NOVAS SOCIABILIDADES, NOVAS FORMAS DE SER E ESTAR NO MUNDO

A virada do século XVIII para o XIX pode ser entendida, segundo Eric Hobsbawm, como a “Era das Revoluções”. Tendo em vista a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, o historiador marxista afirmou que uma profunda mudança atingiu o mundo naquele período<sup>74</sup>. Inovações políticas, expansão e consolidação do capitalismo projetava novas formas de ver e vivenciar a vida cotidiana. Mais do que “transformações estruturais”

---

<sup>74</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Europa: 1789-1848. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

políticas e econômicas, em si mesmas, entendendo que abriram-se novos horizontes aos homens e mulheres que viveram naquela agitada época. Esses processos deram-se em paralelo (e em conflito) com as arraigadas formas de ver e viver no mundo. O quadro histórico se apresenta do seguinte modo:

O que remete diretamente a uma unidade de análise marcada pela formação do Estado e da nação brasileiros; pela gênese de formas de sociabilidade e de uma opinião pública de tipo moderno no Brasil; pela instalação de regimes representativos e pela criação da política moderna na América e na Europa; pelo reordenamento da economia-mundo e da escravidão atlântica; pela intensificação e reconfiguração política das revoltas escravas; pela constituição de articulações antiescravistas e de movimentos abolicionistas; e pelo início da pressão britânica sobre o governo brasileiro. Tudo isso, num período fortemente marcado por uma aceleração do tempo histórico e por uma progressiva acumulação de experiências que atingiram a maioria - senão a totalidade - dos agentes sociais e políticos do espaço atlântico. Eventos como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, as independências na América do Norte, em São Domingos e na América espanhola, as experiências constitucionais norte-americana, francesa e espanhola, as revoltas escravas em diferentes quadrantes do hemisfério e os próprios processos de abolição do tráfico e da escravidão ao redor do espaço atlântico reverberaram intensamente no Brasil, sendo lidos, interpretados e ressignificados de modo que o passado sofresse uma presentificação que munisse de ensinamentos o futuro. Dizer isso significa, em última instância, afirmar que, juntamente com as condições locais do espaço nacional, os eventos e processos desencadeados no espaço atlântico terminaram por formar um campo de possibilidades aos agentes históricos brasileiros, que passaram a vivenciar inúmeros “espaços de experiência” fornecedores de lições e reflexões para a projeção de “horizontes de expectativa” no seu próprio tempo presente.<sup>75</sup>

Lançando mão de duas categorias propostas por Reinhart Koselleck<sup>76</sup>, Youssef traça um quadro em que diferentes eventos e processos históricos, como as Revoluções Americana (1776), Francesa (1789), Haitiana (1791), a descolonização na América Espanhola, no Brasil, e tantos outros compõem um tempo histórico compartilhado, único, cujos desdobramentos são recíprocos e sentidos em diferentes lugares. João Paulo Pimenta debruça-se sobre essa questão e propõe a noção de “espaço de experiência revolucionário moderno”<sup>77</sup>, dando ênfase aos processos de independência realizados na América Espanhola e no Brasil - aqui, a forma de fazer política que estaria mudando. Ainda nessa direção, e como vimos antes, autores como Dale Tomich, Robin Blackburn, Rafael Marquese, Ricardo Salles, entre outros,

<sup>75</sup> Cf. YOUSSEF, Alain El. **Imprensa e Escravidão**: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). São Paulo: FAPESP e Intermeios, 2016. p. 29-30.

<sup>76</sup> Cf. KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: \_\_\_\_\_. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-RIO, 2006.

<sup>77</sup> Ver: PIMENTA, João Paulo. **Tempos e espaços das independências**: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830). São Paulo: Intermeios e PPG - História Social USP, 2017.

apontam significativas mudanças econômicas decorrentes também dessa conjuntura histórica. Nesse caso a própria escravidão teria sido modificada substancialmente. Ademais, mudanças também foram sentidas nas formas de comunicar, circular informações e debater ideias. O desenvolvimento da imprensa visto no começo do século XIX, em diferentes partes do globo, teria papel decisivo nas novas formas de sociabilidade. Autores como François-Xavier Guerra e Marco Morel defendem que *novas sociabilidades* calcadas na formação de espaços públicos foram inovações sociais significativas daquele momento histórico<sup>78</sup>.

Em resumo, pode-se de fato concordar com Hobsbawm e considerar que as últimas décadas do XVIII até meados do XIX foram, de fato, décadas revolucionárias<sup>79</sup>. Em que medida, porém, esse quadro chegou na vida dos escravos aqui no Brasil? A nossa primeira hipótese é que a circulação de informações (via imprensa, manuscritos ou pela oralidade), os rumores e boatos, as novas condições políticas e econômicas postas e as redes de sociabilidade que então se formavam, conformaram um novo quadro histórico, o qual os escravizados (e toda a sociedade) encontraram e nele desempenharam suas ações.

Para tentar ilustrar essa proposição, vale sugerir que todas essas transformações deram-se em não mais do que o tempo de uma vida humana mais ou menos longa. No caso do Brasil, tomo a Inconfidência Mineira de 1789 como um marco inicial dos desdobramentos concretos de princípios novos - como a tentativa de emancipação (ainda que regional) face à Coroa. Sendo assim, um sujeito nascido nesse ano, teria em 1793 (abolição da escravidão em Portugal) 4 anos, em 1798 (Inconfidência Baiana) chegaria aos seus 9 anos. Em 1808, com a Corte no Brasil, completaria apenas 19 anos. Em 1822, chegaria aos 33 anos. Com a queda de D. Pedro I, marcaria 42 anos. Veria todas as “revoltas regenciais”, além das insurreições escravas de Campinas (1832), Carrancas (1833) e a dos Malês em Salvador (1835), recém chegado na casa dos 50. Quer-se dizer com isso que um curto intervalo de tempo viu diferentes eventos e processos históricos se desdobrando.

Como Emília Viotti demonstrou em *Coroas de glória, lágrimas de sangue* - discutido acima - na vida dos sujeitos pulsam diferentes temporalidades e heranças do passado. O

---

<sup>78</sup> Cf. GUERRA, François-Xavier. “Voces del pueblo”: redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispánico (1808-1814). *Revista de Indias*, vol. LXII, núm. 225, p. 357-384, 2002; MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). Jundiá: Paco Editorial, 2016.

<sup>79</sup> A questão da periodização, ainda que importante, deve ser vista com certa flexibilidade. A depender do objeto, as marcações mudam. Hobsbawm propõe o intervalo entre 1789-1848, Morel e Youssef tratando da imprensa e dos espaços públicos no Brasil recortam, respectivamente, os anos 1820 - 1840 e 1822 - 1850. Já F. Guerra no caso do mundo hispânico vai de 1808 - 1814. João Paulo Pimenta com ênfase no processo de independência abrange um intervalo de 50 anos: 1780 - 1830. O fato é que o recorte maior se mantém, precisamente entre o último quartel do XVIII e a metade do XIX. Esse é o recorte aqui utilizado.

espaço da agência humana não é ilimitado, não se dá no vácuo, antes em situações históricas condicionantes. Nesse mundo em transformação, em que a virada dos séculos XVIII para o XIX formaram uma “era revolucionária”, diferentes inovações na forma de encarar os problemas do cotidiano surgiram. Cabe ver, finalmente, quais foram essas mudanças significativas que despontaram decisivamente em novas formas de ver e viver no mundo.

### 3.1.1 A politização do cotidiano

É importante buscar situar historicamente a ação e a agência dos escravos. No início do século XIX, no Brasil mas também no mundo Atlântico, via-se manifestações políticas de caráter até inédito. Evidentemente questões como localização e tempo vão ser fundamentais para mediar essas transformações mais amplas e estruturantes e o próprio cotidiano do cativo, nesse ponto o nível de comunicação com o sistema atlântico, as redes comerciais estabelecidas, o governo local, a característica da propriedade, a posição rural ou urbana, a composição étnica e outros fatores vão mediar essa relação. Todavia, é razoável supor que os desdobramentos dos ventos revolucionários atingiram a quase totalidade da população da América Portuguesa e depois do Império do Brasil. Nossa tese é que a primeira metade do século XIX viu especialmente um intenso momento de “politização do cotidiano”<sup>80</sup>. A própria alteração no caráter de algumas (parte significativa, na verdade) revoltas e rebeliões políticas ilustra o conteúdo dessas mudanças. Exemplarmente: a autoridade real passa a ser contestada e questionada.<sup>81</sup> E foi nesse cenário que muitos escravos buscaram conquistar suas próprias liberdades.

Efetivamente no início do século XIX via-se uma mudança profunda. Não se quer dizer com isso que a monarquia estaria automática e naturalmente condenada ao fim, por simples obra das “forças históricas”. O que estava em jogo, na verdade, é a possibilidade de imaginar um mundo no qual a monarquia cedia lugar ao governo republicano. A dominação

---

<sup>80</sup> Não é a intenção sugerir que apenas no começo do XIX havia um cotidiano politizado. Na verdade, a intenção é mostrar que naquele momento histórico, talvez mais do que nos precedentes, o cotidiano estava mais politizado, as discussões sobre como “as coisas” deveriam ser, ocupavam mais os setores populares. Aquela geração de cativos vivia um mundo diferente do que a precedente, em que a política secular e dos “grandes homens” se difundia e se misturava com a política miúda, dos problemas do dia a dia. Agradeço a Jaime Rodrigues por ter chamado atenção para esse aspecto.

<sup>81</sup> Cf. JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: MELLO E SOUZA, Laura. (org.). **História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 304-5. SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: \_\_\_\_\_. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 89. FURTADO, Júnia. Sedições de Olinda (1710) e Vila Rica (1721). In: SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. (orgs.). **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 376. NOVAIS, Fernando. As dimensões da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 26.

metropolitana à independência colonial. Novos horizontes eram possíveis, para além da ordem estabelecida, até então, por séculos.

Disso tudo, o fundamental, ainda com Jancsó, é perceber a “erosão de um modo de vida” e conseqüentemente que “a crise geral do Antigo Regime desdobra-se nas áreas periféricas do sistema atlântico [...] apontando para a emergência de novas alternativas de ordenamento da vida social”<sup>82</sup>. Aqui, não apenas os conteúdos da contestação política pareciam cada vez mais estar ganhando caráter novo, a própria forma de exercer a política.<sup>83</sup>

Com efeito, a contestação do absolutismo na Europa, a independência das Treze Colônias e o surgimento dos Estados Unidos, pareciam dar novas cores às imaginações políticas dos homens de então. Para Luiz Geraldo Silva, nessa esteira, “embora a estrutura social da América portuguesa ainda comportasse uma sociedade de tipo antigo ou oligárquico [...] sua transformação, sua crise e sua transição para outro tipo de sociedade estavam, então, em curso”, o que, segundo o autor, dava-se “não apenas no âmbito específico do império português, mas em todo o mundo atlântico”<sup>84</sup>. Essas mesmas discussões detectadas no final do século XVIII por Jancsó ou a afirmação de Geraldo Silva para a dimensão do “mundo atlântico”, encontram eco noutras margens do oceano. Afinal, se assemelham em alguma medida com aquelas encontradas por Emília Viotti para a Inglaterra no mesmo período. Segundo a historiadora:

Poucas pessoas que vivessem na Inglaterra entre 1780 e 1830 poderiam ter permanecido indiferentes ao debate político. Por todos os recantos da nação discutiam-se temas como igualdade, representação, liberdade, tirania, monopólios, privilégios corporativos e corrupção. As novas idéias desafiavam uma ordem baseada na deferência, na hierarquia e no patronato. Agravos e ressentimentos de longa data encontravam expressão numa grande quantidade de livros, panfletos e volantes [...] Por toda a Inglaterra homens e mulheres do povo reuniam-se para discutir questões políticas e sociais e fazer ouvir suas vozes. Entre as questões proeminentes estava a abolição do tráfico de escravos.<sup>85</sup>

<sup>82</sup> Cf. Jancsó, op. cit., p. 305, 2018.

<sup>83</sup> A política ganhava cada vez mais os espaços comuns da vida dos homens: “no Rio de Janeiro, apenas dois anos passados da comoção gerada pela execução do alferes Joaquim José da Silva Xavier, discutia-se acaloradamente”, nos mais variados espaços, como “em boticas, praças, portas de igrejas e até junto à banca de peixes do cais da cidade, lugar dos mais públicos, acerca dos acontecimentos revolucionários da França”, prossegue Jancsó, “e não temiam alguns, entre os quais João da Silva Antunes, defender publicamente e em altas vozes a sacrílega” e ousada ideia, “de que os franceses ‘havam feito muito bem em matar o rei, pois como os povos eram os mesmos que os faziam e levantavam, os podiam também matar’”. Idem, *ibid*, p. 315.

<sup>84</sup> SILVA, Luiz Geraldo. Um “levante, e sedição”? poder, figuração social, e mudança de status entre escravos, livres e libertos na América portuguesa (Pernambuco, 1750, 1815). In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 143.

<sup>85</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 24-25, 1998.

As manifestações políticas encontradas tanto por Jancsó quanto por Viotti da Costa no começo do século XIX são sugestivas quanto a participação - sempre por falta de termo melhor - do “povo” nesse cenário. Ainda que Jancsó trate do caso da América Portuguesa, convém ver mais de perto esse cenário, sobretudo tendo em vista que a escravidão era, à diferença de Londres, visível nas mesmas boticas, portas de igrejas, banca de peixes no cais e outros. Nesse sentido, vale perguntar como mais concretamente esses embates e inovações na forma de ver e fazer política davam-se para os “de baixo”.<sup>86</sup>

Tomando de empréstimo algumas noções próprias da sociologia, Geraldo Silva aponta que no cenário onde as formas de sociabilidade do Antigo Regime entravam em crise no cotidiano das pessoas, os pertencentes ao “nível de baixo” faziam uso de termos como “igualdade política” e “cidadania” para reivindicar maior espaço na arena política e social - deixando de lado, provavelmente quando lhes convinha, noções como “honra” e “nascimento”. É dizer que naquela conjuntura, a manifestação “popular”, hoje tão naturalizada, estava efetivamente nascendo, pelo menos na forma em que viria a possuir ao longo do século XIX. Ali vivia-se um momento histórico muito particular. E as autoridades coloniais e depois imperiais demonstraram isso. Ainda com Luiz Geraldo Silva, os exemplos da repressão à Inconfidência Mineira de 1789 e os idos de Pernambuco entre 1817 e 1824 ilustram muito bem essa nova percepção dos atores históricos da época. É na pena da repressão que encontramos essas mudanças:

Um aspecto marcante dos movimentos políticos verificados na província de Pernambuco entre 1817 e 1823 diz respeito ao grande número de pessoas comuns que neles tomou parte. Com efeito, Carlos Guilherme Mota observa que houve mudança capital entre a inconfidência mineira de 1789 e a revolução pernambucana de 1817 do ponto de vista das defesas de seus implicados. Enquanto na primeira atribuíram-se aos indivíduos e aos rigores do sistema colonial os motivos da conjura, em Pernambuco não se

---

<sup>86</sup> “El nuevo equilibrio inestable de poder entre los dos niveles se vuelve más flexible, más elástico y mucho más complejo, ya que la presión ejercida desde el más bajo se vuelve continua, estable y consciente. En esta nueva etapa, las crecientes demandas de igualdad de derechos civiles y políticos por parte de grupos e individuos del nivel más bajo, verificadas en todos los imperios coloniales de la era moderna a lo largo de la fase de transición, llevan a la disminución de la distancia entre aquellos niveles. Al mismo tiempo, las presiones ejercidas en el nivel más bajo se entrelazan con tensiones y rupturas desencadenadas en el más alto, cuyo equilibrio de poder se debilita como consecuencia de la crisis de soberanía manifestada tanto en figuraciones sociales vastas como las de los imperios coloniales, así como en figuraciones sociales específicas, a ejemplo de las colonias. Y gracias a la disminución del diferencial de retención de poder del nivel más alto, las luchas y tensiones entre los dos niveles se vuelven más abiertas y más directas, puesto que se basan en conceptos modernos como los de igualdad política y ciudadanía, y no en las antiguas nociones de honor y nacimiento. Las distancias entre los niveles disminuyen, lo que abre la posibilidad de crear un modelo más horizontal, más representativo, con los individuos del nivel más alto hablando en nombre de individuos y grupos sociales del nivel más bajo”. Cf. SILVA, Geraldo Luiz. El impacto de la revolución de Saint-Domingue y los afrodescendientes libres de Brasil. Esclavitud, libertad, configuración social y perspectiva atlántica (1780-1825). *Historia*, Santiago, v. 1., n. 49, p. 209-233, enero-junio, 2016. p. 222.

apresentava culpado, mas insistia-se que o movimento resultara do “poder irresistível” da “massa dos povos”, da “massa enorme”, do “furor da plebe”, dos “povos desordenados”. Por um lado, os “povos” a quem tanto se referiam os observadores coevos da revolução não encontravam equivalência na categoria homônima e típica do Antigo Regime. Definitivamente, não eram a esses “povos desordenados” que se reportavam, por certo, às atas de Lamego. Por outro lado, um informante a serviço da Corte de Dom João VI escrevera em 15 de janeiro de 1818 que a “populaça” de Pernambuco constituía uma “canalha que se compõe geralmente de mulatos, negros, etc.”, a qual se revelava “entusiasmada da palavra ‘liberdade’ que se espalhou no tempo da revolução”.<sup>87</sup>

A “populaça” que “se compõe geralmente de mulatos, negros, etc.” passava mais decisivamente para o campo dos atores que envolviam-se efetivamente nas revoltas políticas. Aqui provavelmente despontava uma novidade importante do século XIX. Muitas vezes, viria-se a converter na união entre pretos livres ou escravos, mulatos e os demais segmentos pobres da população. A política, nessa esteira, difundia-se aos poucos para o cotidiano comum das pessoas, adentrando os mais diferentes lugares das cidades e dos ambientes rurais. Segundo Alain El Youssef, no começo do Oitocentos:

Tal qual na Europa, o forçado reordenamento político do Império português abriu um campo de possibilidades para o exercício de um novo tipo de política nesse lado do Atlântico. [...] São vários os indícios que mostram como, a partir de 1808, a nova sede do Império passou por um movimento de criação de novos espaços públicos de sociabilidade e de ressignificação daqueles preexistentes, todos em consonância com a escravidão. Além das tradicionais igrejas e tavernas, as livrarias da cidade tornaram-se locais bastante frequentados, onde as pessoas costumavam discutir temas políticos, econômicos e sociais envoltos por livros, panfletos e gravuras publicados na Europa. Sua crescente importância para a vida urbana do Rio de Janeiro pode ser notada pela sua proliferação: em 1794, havia apenas um livreiro atuando na cidade, número que dobrou em 1799, saltando para 21 em 1821.<sup>88</sup>

Novos espaços de sociabilidade, “espaços públicos” no dizer de Youssef, surgiam. Com efeito, desde que o caráter da contestação política passou a mudar ainda no último quartel do século XVIII e antigas e estáveis perspectivas de ver e viver o mundo passaram a ser questionadas, é sugestivo compreender como efetivamente surgiam espaços de discussão política, econômica e social. Não à toa Emília Viotti descreve o caso da Inglaterra entre 1780 e 1830 da maneira vista acima. Essas discussões se fizeram mais frequentes, provavelmente

<sup>87</sup> Cf. SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1825). In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005. p. 915.

<sup>88</sup> Cf. Youssef, op. cit., p. 64-65, 2016.



não da mesma forma dos círculos letrados e das autoridades coloniais, mas estavam, para usar uma expressão contemporânea, “na boca do povo”.

Nesse contexto, segundo Luiz Geraldo da Silva concretamente instituições coloniais inspiradas nos valores do Antigo Regime começaram a entrar em crise. Ainda que não se desse do dia para a noite, podendo até sobreviver (como defende o próprio G. Silva) por longos anos, esses eventos são indicativos das novidades políticas e das formas de sociabilidade que então surgiam entre “os de baixo”. Para o caso de Pernambuco, uma suspeita de sublevação - que gerou uma devassa - indica justamente essa dimensão em que velhas e novas formas de socialização e liberdade se encontravam. Nas palavras do autor:

Em suma, conforme se depreende da leitura da devassa, não existia nenhum “levante, e sedição dos negros [...] contra os brancos”, mas um “levante” que governadores e capatazes angicos e cabundás “querem por esse meio fazer contra o Suplicante”, isto é, contra Domingos do Carmo, “Rei do Congo e Juiz Perpétuo de Nossa Senhora do Rosário”. Em vão, Domingos do Carmo procurou conter as tensões internas ao nível mais baixo e à sua subfiguração, impedindo, assim, que elas vazassem para o nível mais alto da sociedade. Tentava, desse modo, manter a respeitabilidade de sua função, do reinado e dos governos de “nações” e de ofícios que, ao longo de séculos, os “homens pretos” do Rosário haviam ajudado a construir. No entanto, naqueles primeiros anos do século XIX, tais instituições, originadas no campo religioso da América portuguesa ainda nos primeiros anos da colonização, pareciam estar desmoronando. A estrutura social que as suportava entrava em crise, tal como o pacto entre controladores e controlados.<sup>89</sup>

Assim, antigas formas de sociabilidade parecem ruir face à nova conjuntura do momento. Noutro texto, Silva aponta que essas formas, na verdade, não deixaram de existir, antes deram lugar à outros espaços, “ao passo que as agremiações religiosas jamais se converteram em conventículos e conciliábulos de caráter político”, mais próximas dos quadros do Antigo Regime, “os corpos militares, ao contrário, representaram importantes meios de socialização e politização dos homens de cor. Ademais, as sociabilidades aí engendradas chegaram, em muitos momentos, a transcender as herméticas fronteiras das capitâncias”<sup>90</sup>. Eram questões como essa que informaram o quadro político do começo do século XIX e aqui também informam nossa hipótese acerca da “politização do cotidiano”.

Para João Paulo Pimenta, inclusive, seria possível falar em algo como uma “linguagem de fundamentos revolucionários”, uma espécie de vocabulário próprio daquela época que ao mesmo tempo que era produto histórico das contradições que o engendraram,

---

<sup>89</sup> Cf. Silva, op. cit., p. 145, 2021.

<sup>90</sup> Cf. Silva, op. cit., p. 917, 2005.

também ao ser mobilizado e literalmente falado fazia a história. Essa dimensão estava presente no cotidiano dos escravos que, como veremos, sabiam, ouviam e, por vezes, dela fazia uso.

Doravante, os espaços públicos de discussão política, em alargamento e adensamento na América portuguesa, passarão a dispor de elementos de uma linguagem de fundamentos revolucionários. Não se trata, claro, de pretender a preponderância dessa linguagem em relação a outras (o que seria absurdo), tampouco a existência de uma ligação direta entre emprego dessa linguagem e prática revolucionária; mas, simplesmente, de destacar a importância da utilização da mesma na elaboração de parâmetros de análise, estigmas e depreciações e, de todo modo, como ferramentas de apreensão e representação de um mundo que continuava a mudar. Para onde, exatamente, ninguém poderia saber, e poucos eram os que se aventuravam a elaborar prognósticos taxativos e seguros. Palavras como república, liberdade, afrancesado, francesa, jacobino e jacobinismo tornaram-se frequentes, úteis e efetivamente utilizadas, fortemente politizadas e com cargas conceituais cada vez mais densas.<sup>91</sup>

Essas discussões acabaram por gerar, conscientemente ou não, outros tantos efeitos para além do que originalmente se propunha. Afinal, tal “linguagem” ou “vocabulário” não poderia ser estritamente controlado, antes parecia seguir caminho contrário: encontrava novos circuitos e meios de circular, sendo (re)apropriada em diferentes contextos. Para Emília Viotti, “os instrumentos teóricos forjados na luta contra o Antigo Regime”, parte dessa linguagem a que se refere Pimenta, como “a filosofia da Ilustração, afirmando os direitos do homem, a economia liberal clássica, condenando as práticas mercantilistas e afirmando a superioridade do trabalho livre - trouxeram consigo os argumentos que levaram à condenação da escravidão”<sup>92</sup>.

Neste momento cabe uma ressalva importante. Enfatizar as novidades políticas do século XIX, que viriam a compor o campo histórico mais amplo a qual escravos viriam a empreender suas ações em busca da liberdade na primeira metade do Oitocentos, não pode nos deixar perceber que, ao mesmo tempo, a escravidão no Brasil recrudescia. Sendo o tráfico de gente prova significativo disso. Não à toa, dado tal revigoração da escravidão nesse quadro aparentemente desfavorável a ela, surge a noção de “segunda escravidão” para dar conta da especificidade do escravismo no século XIX. Isto é, adaptando-se ao seu momento histórico, a instituição escravista encontrou novas bases para sobreviver, sobretudo em Cuba com a *plantation* de Cana, nos Sul dos Estados Unidos com a plantação de algodão e no Brasil, sobretudo no sudeste, com as fazendas de café. Ao mesmo tempo que era

---

<sup>91</sup> Cf. Pimenta, op. cit., p. 28-29, 2017.

<sup>92</sup> Cf. Costa, op. cit., p. 30, 2010.

enfraquecida, por um lado, fortalecia-se, por outro. Enfatizando as disputas no próprio campo das justificativas ou dos ataques à escravidão, Luiz Geraldo Silva aponta que:

Ora, o pensamento ilustrado de fins do século XVIII e inícios do século XIX - tanto em sua versão européia como na ibero-americana - revelava uma posição ambígua em face dos negros, fossem estes livres ou cativos: tanto podia oferecer argumentos aos que defendiam o tráfico de escravos - a exemplo do bispo Azeredo Coutinho - como tornava possível fundamentar o discurso de abolicionistas, mitigadores da escravidão e pensadores antiescravistas, estes menos preocupados com a sorte dos cativos que com a integridade de Estados e nações marcados pela escravidão. Não se pense, porém, que estas posições díspares se produziam isoladamente, sem conhecimento umas das outras. [...] Exemplo disso é que na sua famosa análise *Sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa da África* (1798), Azeredo Coutinho escarnece os “novos filósofos do século XVIII” autoproclamados defensores da “humanidade oprimida”, e afirma que sua intenção era “atacá-los pela mesma estrada que eles seguiam”, isto é, no campo intelectual das Luzes. Por outro lado, noções como a de pacto social e de liberdade individual, as quais fundamentavam a crítica à escravidão por alguns desses “novos filósofos”, estavam amplamente difundidas entre todas as camadas sociais européias em inícios do século XVIII, e não apenas entre uma elite letrada. David Eltis sugere a esse respeito que muito antes da emergência dos movimentos abolicionistas ingleses e franceses, na segunda metade daquele século, marinheiros e religiosos protestantes - gente de baixa extração e em contato com o mundo - defendiam idéias que, mais tarde, tornar-se-iam quase um monopólio dos letrados.<sup>93</sup>

Ou seja, as “Luzes” não necessariamente serviam para “iluminar”. Ainda muito precisava ser feito. Tampouco os exemplos revolucionários estrangeiros aqui iriam gerar espontaneamente revoltas e revoluções. O que vimos foi um gradual processo de politização do cotidiano, o surgimento de novos espaços de sociabilidade, a difusão da palavra pública, a participação como *agente histórico* do povo nos conflitos políticos, a contestação de noções tradicionais e hierárquicas e a difusão de certo “vocabulário revolucionário” potencialmente subversivo. É portanto, considerando e indagando “as percepções que tinham desta conjuntura colonos, soldados, índios, negros, escravos e libertos? Reconstruíam episódios, contextos e temores com lógicas próprias e expectativas. O cotidiano e a leitura deste eram essencialmente politizados”, que insistimos na ideia de uma “cotidiano politizado”<sup>94</sup>.

Essa é uma parte importante e característica da primeira metade do século XIX que iria informar, como veremos abaixo, a vida política brasileira durante toda a primeira metade

<sup>93</sup> Cf. Silva, op. cit., p. 921, 2005.

<sup>94</sup> Cf. GOMES, Flávio. Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p.209-246, jul. 2002. p. 217.

do Oitocentos, especialmente na conjuntura da descolonização e da regência. Tendências históricas que alimentavam e eram alimentadas pela ação dos homens daquele tempo.

A história, contudo, não se esgota aqui. Como David Eltis sugere no final da citação anterior, muito antes de toda essa transformação nas noções tradicionais e próprias do Antigo Regime que viriam a ganhar concretude explícita no final do século XVIII, os marinheiros e os mares já eram espaços de circulação dessas informações. É essa dimensão que bem expressa Flávio Gomes:

Como os escravos podiam entrar em contato com tais idéias, produzir as suas próprias e interpretá-las, lendo a conjuntura em seu proveito? Já no final do século XVIII, uma perspectiva revolucionária internacionalista se espalhou - e foi também reinterpretada com lógicas próprias - no Caribe e nas Américas. É bom destacar que nem todo vento atlântico soprava liberdade. A defesa da escravidão estava pautada e ainda com muita força. Já os vetores desta perspectiva revolucionária internacionalista podiam ser soldados europeus estacionados nas colônias, marinheiros e homens-do-mar. Talvez trazidas por marinheiros, as notícias da Revolução Americana chegaram aos escravos na Jamaica e inspiraram uma revolta em 1776. [...] as cidades envolvidas no comércio atlântico, que podiam alcançar até a Ásia, produziam “comunidades atlânticas” através de seus próprios personagens, com linguagens e interesses próprios.<sup>95</sup>

É seguindo os caminhos indicados por David Eltis e Flávio Gomes, portanto, que podemos compreender como a “era revolucionária” pode ter chegado nos escravos em diferentes partes da América, mas especialmente no caso do Brasil. Vejamos agora mais de perto esse processo.

### 3.1.2 “Comunidade Atlântica”, fronteiras e os caminhos de rumores e notícias

Se a intenção aqui é investigar o peso da era revolucionária e toda a “politização do cotidiano”, como venho apresentando até aqui, na maior incidência de revoltas escravas durante a primeira metade do século XIX, a circulação de pessoas, notícias e ideias no Atlântico parece fundamental para compreender esses desdobramentos<sup>96</sup>. Afinal, a “politização do cotidiano” não surgiu desprovida de bases materiais que a sustentasse. Um primeiro passo para testar a hipótese das novas sociabilidades a influenciar a rebeldia escrava, é investigar como a era revolucionária desembarcou no Brasil<sup>97</sup>.

<sup>95</sup> Cf. Gomes, op.cit., p. 235-36, 2002.

<sup>96</sup> Tal como David Geggus apontou: “the focus on abolitionism or foreign revolutions as a major influence on slave resistance elevates external over internal causes and shifts attention to the circulation of people, news, and ideas that is central to the growing popularity of the Atlantic approach”. Cf. Geggus, op. cit., p. 27, 2011.

<sup>97</sup> Ainda que tal processo seja de difícil apreensão. Concordamos com Klooster, quando aponta que: “Outside Saint-Domingue, it is hard to detect the impact of the *Declaration of the Rights of Man*, in part because it cannot easily be separated from the very influence of the Haitian Revolution. This is particularly true for the aftermath

A abordagem Atlântica permite perceber como davam-se os “mecanismos de transmissão ideológica”, obscuros para Genovese quando da publicação de *Da rebelião à revolução*<sup>98</sup>, dando, assim, concretude aos movimentos que mútua e reciprocamente se tocavam e se transformavam ao mesmo tempo. Trabalhos como o de Peter Linebaugh são esclarecedores quanto a isso. Nos diz o historiador:

Os porões dos navios levavam o trabalho cristalizado das fazendas, das manufaturas e das oficinas para seus novos destinos. O convés balouçante e arfante era o palco instável sobre o qual o proletariado navegante e internacional contava suas estórias e procurava para si o seu papel histórico. Não pensem na forma de cooperação entre estas comunidades atlânticas em termos do rígido “comércio triangular”, como se fossem mercadorias que estavam cooperando ou como se a “demanda” na África pedisse à Inglaterra tecido de lá penteado, bonés vermelhos e bugigangas de Birmingham, e as Índias Ocidentais bradassem por “trabalho mais dócil” enquanto na Inglaterra a “demanda” dizia “mais açúcar, por favor”. Pensar desta maneira significa esconder “nosso movimento operário” no fetichismo das mercadorias. [...] O navio carregava trabalho cristalizado; e também levava trabalho vivo: navios de criminosos desterrados, de *indentured servanis* e sobretudo de escravos africanos. O navio não era apenas o meio de comunicação entre os continentes, era o primeiro lugar onde os trabalhadores dos continentes se comunicavam. Todas as contradições do antagonismo social concentravam-se no seu bojo. O imperialismo era o principal. [...] Forçado pela magnitude de seus negócios a juntar grandes e heterogêneas massas de homens e mulheres a bordo dos navios para uma viagem de morte a um destino cruel, o imperialismo europeu também criou as condições para a circulação de experiências no interior das grandes multidões de trabalhadores que pusera em movimento. As pessoas conversam, afinal.<sup>99</sup>

Aqui o oceano adquire toda a dimensão de um espaço vivo, preenchido pela ação humana, que nele vai muito além da troca de mercadorias (muitas vezes vista pela lente pouco nítida do fetichismo da mercadoria). Ali *as pessoas conversavam*, problemas, experiências, expectativas e ideias estavam em trânsito. Em certo sentido, os navios e portos

Ou seja, “não se trata de pensar apenas nas conexões econômicas, que abrangem índices comerciais e exploração colonial. Circulavam ainda saberes, conhecimentos, culturas e fundamentalmente experiências”, tudo isso “ideias, notícias, rumores, expectativas, se difundiam em ambientes letrados, nobres, científicos, por meio de viajantes, mas também

---

of the French abolition of slavery in February 1794. New World slave revolts in the 1790s were often blamed on French revolutionary concepts, but it would be too simplistic to assume that the *Declaration* propelled slaves into action. For all the influence that the enlightened notion of freedom had in slave societies, its impact was often invisible”. Voltarei nesse ponto adiante ao lembrar o “impacto invisível” da Era das Revoluções nesse cenário. Cf. Klooster, op. cit., p. 62, 2011.

<sup>98</sup> Basta ver a citação anterior feita nesta monografia da obra de Genovese.

<sup>99</sup> Cf. LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeçeram. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 03, n. 06, p. 07-46, set. 1983. p. 32.

entre marinheiros, e assim alcançaram as populações coloniais e de escravizados”<sup>100</sup>. No cenário revolucionário do final do século XVIII e começo do XIX, portanto, não é difícil imaginar que o Haiti, as Treze Colônias, a França, entre outros, devem ter sido assunto de muitas e muitas conversas. Todos esses eventos circulavam pelos diferentes lugares do Atlântico, para os mais diferentes grupos e camadas sociais. Os escravos incluídos aí. Afinal, muitos escravos eram marinheiros, estivadores, carregadores, circulavam pelos portos; enfim, mantinham variadas formas de contato com a gente do mar. Segundo Flávio Gomes e Carlos Soares, é importante perceber isso para também compreender que os escravos não estavam alheios aos eventos atlânticos:

Durante a escravidão no Brasil e em outras partes da América, africanos e seus descendentes não viviam isolados do mundo das idéias políticas. Em vários contextos deram provas de conhecer e avaliar a conjuntura à sua volta, usando-a em seu proveito. É possível rastrear pistas e seguir indícios sobre a circulação de idéias, os contatos pontuais e as percepções próprias dessas personagens em torno do que acontecia no cenário internacional — na África ou na América, em conflitos e motins em cidades européias ou em rebeliões escravas no Caribe —, atravessando o Atlântico nos dois sentidos.<sup>101</sup>

Ao aceitar as proposições de Linebaugh em um primeiro momento, e Gomes e Soares em seguida, abre-se um horizonte para perceber o Atlântico como um espaço de circulação de pessoas, experiências, ideias e perspectivas de mundo. O que, por sua vez, não deve ser confundido com um “centro irradiador” de inovações em contraste com uma “periferia recebedora” dessas informações.

Entendo que, mais do que uma “influência” - difícil de captar - vinda de determinado lugar “mais revolucionário”, aquela conjuntura Atlântica, costurada por navios e marinheiros, unia diferentes lugares, pessoas e organizações sociais a um mesmo processo histórico. E aqui há diferença, por exemplo, com o século XVII abordado por Luiz Felipe de Alencastro. Ainda que Portugal, Angola e Bahia (e o Brasil de modo mais genérico) estivessem intimamente imbricados, aquelas teias e redes comerciais que uniam esses territórios não se traduziam significativamente na intensa circulação de informações, boatos, rumores, jornais, panfletos, canções ou experiências. Pelo menos não na qualidade e na forma com que encontramos para o Oitocentos<sup>102</sup>.

<sup>100</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. Por uma cronologia atlântica. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 427.

<sup>101</sup> Cf. GOMES, Flávio; SOARES, Carlos. E. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do Atlântico Negro. **Novos Estudos**, n. 63, p. 131-144, jul. 2002. p. 132.

<sup>102</sup> Cf. Alencastro, op. cit., 2000.

É ao longo do XVIII mas sobretudo no alvorecer do século XIX que, em articulação com outros processos (como o desenvolvimento do espaço público, da imprensa, do Iluminismo, entre outros), o Atlântico ganha esse sentido, enquanto espaço capaz de unir diferentes territórios e seus problemas. Segundo Flávio Gomes e Carlos Soares:

Julius Scott destaca a mobilidade das culturas orais caribenhas por meio de marinheiros que cruzavam os mundos atlânticos. Além da cultura oral, espalhavam-se livros, jornais e cartas oficiais e privadas. No Caribe inglês da década de 1830 as autoridades manifestavam preocupação sobre como escravos conseguiam ter acesso a informações de documentos oficiais que falavam dos debates parlamentares na Europa, fazendo uso político dessas notícias e rumores conforme os seus interesses. [...] os mundos atlânticos produziram complexas redes de relações entre americanos, africanos e europeus, ressaltando o papel histórico dos “homens do mar” nas sociedades dos séculos XVII a XIX. Navios que cruzavam o Atlântico carregavam não só mercadorias e produtos diversos — “trabalho cristalizado” —, mas experiências de marinheiros das mais variadas origens, livres ou escravos — “trabalho vivo” —, constituindo espaços sociais de comunicações, de gestação de culturas étnicas, de criação de linguagem e percepções políticas originais. A partir dos navios e dos portos seriam criados outros espaços para o surgimento de mais personagens e ideias transatlânticas.<sup>103</sup>

Ou seja, mais do que mercadorias, o Atlântico naquele momento foi o cenário pelo qual passavam diferentes pessoas, ideias e experiências que encontravam terreno favorável para se internacionalizarem. Pensemos, por exemplo, na vinda da Coroa em 1808 ao Rio de Janeiro. Desde ali, medidas importantes foram tomadas nesse sentido. Lembremos algumas. A “Abertura dos Portos” em 1808 foi uma dessas medidas significativas. Para além da quebra do monopólio metropolitano, a medida possibilitou que estrangeiros circulassem mais intensamente mais livremente pelo país. Soma-se a esse quadro a instalação oficial da imprensa no Brasil, que em 1822 iria dar demonstrativos de sua vitalidade. A partir dali, espaços relativamente isolados do circuito atlântico, longe dos polos mais dinâmicos das redes comerciais, passaram a integrar mais significativamente essa economia cada vez mais internacionalizada<sup>104</sup>.

<sup>103</sup> Cf. Gomes e Soares, op. cit., p. 136, 2002.

<sup>104</sup> O caso do Grão-Pará é exemplar: “Para se ter a dimensão desse comércio, um exemplo: os naturalistas Spix e Martius conseguiram os dados de exportação do Pará de 1817 com o cônsul britânico no Pará. Segundo eles, o comércio entre o Pará e Portugal aumentou significativamente nos últimos decênios do século XVIII” mas ainda mais significativamente “depois da tomada de Caiena e da vinda de d. João VI para o Brasil e da abertura dos portos, passou grande parte do comércio do Grão-Pará para as mãos dos comerciantes ingleses, existindo trocas diretas com Liverpool, com as ilhas inglesas do Caribe e com Gibraltar. O cônsul britânico ainda lembrava aos naturalistas que o Grão-Pará de 1817 mantinha intensos negócios com os Estados Unidos, a França, a Holanda e suas respectivas colônias”. Cf. RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil Imperial - 1831-1870**. Volume II. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 194.

No Rio de Janeiro, o Arsenal da Marinha foi um dos lugares privilegiados por esse tipo de contato atlântico. Ali passavam, necessariamente, todos os “homens do mar” que, de algum modo, tivessem desviado de suas condutas esperadas. Marinheiros que precisavam de punição. E não só do Rio de Janeiro, também não apenas do Brasil. Na avaliação de Flávio Gomes e Carlos Soares ali o cosmopolitismo era grande. Como argumentam os autores:

Havia contatos, conexões, circulação de idéias e relações forjadas entre cativos, libertos, homens livres pobres e a vasta e turbulenta marinhagem estrangeira que aportava o Rio de Janeiro. O fato de servir, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, como local de triagem para todos os marinheiros, desertores e cativos fugitivos apanhados em alto-mar ou pela baía da Guanabara permite vislumbrar, por sua documentação, a vasta teia de rotas de fugas e contatos que se lançava pela baía, chegando, algumas vezes, a distantes pontos do mundo atlântico.<sup>105</sup>

Neste caso, o Arsenal da Marinha ilustra e sintetiza todo um processo que lhe transcende. Como anotam Gomes e Soares, diversas rebeliões - inclusive de escravos - ali eclodiram no intervalo entre 1820 e 1840. Não bastasse s revoltas, o estudo do Arsenal empreendido pelos autores também permitiu descobrir que diferentes escravos empreenderam “fugas atlânticas”, já sabendo que noutros espaços a escravidão era coisa do passado, motivados “pelas trocas sociais e culturais intensas entre escravos e marinheiros, de diversas nacionalidades, que pululavam pela estiva do Rio de Janeiro”<sup>106</sup>.

Exemplar nesse sentido é o ocorrido em dezembro de 1826. Naquela ocasião, contam Gomes e Soares, “o ministro da Marinha solicitava ao inspetor do Arsenal que agilizasse a entrega de um escravo fugido e ali detido, um crioulo de nome Bento, ao seu senhor, que o reclamava”, prosseguem os autores: “esse despacho seria absolutamente rotineiro se o escravo não tivesse sido capturado nas agitadas ruas de Londres do início do século XIX”. Também a partir da documentação disponível acerca do Arsenal, lembram de outro caso exemplar: “do cabra forro Manoel dos Santos Leal, marinheiro de Pernambuco, condenado à prisão ‘perpétua por achada de armas, resistência e mortes’. Curiosamente falava francês e inglês, sinais de uma vida intensa de viagens internacionais”. A partir de outras fontes, Gomes e Valéria Costa analisam a trajetória de vida de Duarte José Martins da Costa

---

<sup>105</sup> Ademais, o próprio oceano poderia ser o caminho para a liberdade: “as autoridades eram céticas quanto à possibilidade de dar um paradeiro nessas fugas e temiam tais contatos. As fugas pelo mar não eram novidade para os senhores e as autoridades policiais dos princípios do século XIX. Volta e meia os anúncios de fuga avisavam para não serem recebidos os escravos fugitivos como marinheiros ou embarcados, mas a reiteração desses apelos indica que os mestres dos navios não eram muito sensíveis a esses reclamos”. Cf. GOMES, Flávio; SOARES, Carlos. Revoltas, marinheiros e sistema prisional no Arsenal da Marinha: notas sobre o trabalho compulsório e cultura política num Rio de Janeiro Atlântico (1820-1840). *História Social*, Campinas, n.12, p. 11-33, 2006. p. 24.

<sup>106</sup> Idem, *ibid.*, p. 25.



(1799-1854), ex-escravo que quando livre envolveu-se com o “infame comércio”, lembrando que “como vários outros marinheiros, Duarte teve experiências, deixou pedaços de vida, parentes, filhos, amigos e negócios espalhados em diferentes margens atlânticas”<sup>107</sup>. Ainda nesse sentido, é interessante abordar o dado oferecido por Luiz Geraldo Silva ao analisar a Lei de 1773 - que emancipava os cativos em Portugal - quanto a presença de inúmeros marinheiros escravizados que cruzavam o Atlântico saindo do Brasil para Portugal. Silva afirmou que os escravos viajavam “com espantosa regularidade”<sup>108</sup>.

Mas abordar trajetórias individuais não é o ponto principal que pretendo discutir. O que interessa é destacar que havia, para além das configurações nacionais, um peso importante de eventos e processos históricos desenvolvidos noutros lugares do Atlântico que aqui chegavam, sobretudo por meio das redes comerciais, de forma muito concreta. Como disse Linebaugh “as pessoas conversam”. O conteúdo dessas conversas estava sintonizado com os eventos revolucionários que marcaram a época, bem como o incipiente abolicionismo britânico. De muitas formas por aqui chegavam essas informações<sup>109</sup>, as quais encontrariam leituras variadas e próprias a depender do local e do tempo. Jaime Rodrigues bem dimensiona esse aspecto ao afirmar que:

Durante a década de 1790, antes e depois da Revolução de Saint-Domingue, sujeitos envolvidos no mundo do trabalho marítimo – marinheiros da navegação de longa distância, de pequenos navios de cabotagem no comércio intercolonial, escravos fugidos, marujos desertores brancos e negros – assumiram o centro do palco. No mar ou em terra, homens e mulheres sem senhores desempenharam um papel vital, espalhando rumores, reportando notícias e atuando como correia de transmissão de movimentos antiescravistas e, finalmente, da revolução republicana em curso na Europa.<sup>110</sup>

Disso tudo, o fundamental para compreendermos o maior número de revoltas escravas na primeira metade do XIX é perceber que a América Portuguesa e o Império do Brasil

<sup>107</sup> Cf. Gomes e Soares, op. cit., p. 141, 2002; idem, op. cit., p. 18, 2006; Cf. Gomes, Laureano, Schwarcz, op. cit., p. 167, 2021; COSTA, Valéria; GOMES, Flávio. Dos tripulantes da história: o africano Duarte José Martins da Costa entre a “rede miúda” do tráfico atlântico (Rio de Janeiro — Angola — Recife — Benim, séc. XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 65, p. 203–245, 2022. Para além desses escravos brasileiros, há tantos outros casos no Caribe e nos Estados Unidos, para alguns exemplos: LINEBAUGH, Peter. Réplica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 221-231, mar.-ago., 1988; e Linebaugh, op. cit., p. 43, 1983.

<sup>108</sup> Cf. SILVA, Luiz G. “Esperança de liberdade”: Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). **Revista de História**, São Paulo, n. 144, p. 107-149, 2001. p. 137.

<sup>109</sup> Afinal, “fontes diversas e narrativas fragmentadas possibilitam perscrutar as conexões e circulações de idéias e experiências no complexo processo histórico atlântico. Os vetores do ideário abolicionista podiam ser marinheiros, quilombolas em áreas de fronteiras, fugitivos embarcações e mesmo rumores de revoltas e insurreições escravas, como ‘bumerangues afro-americanos’ alcançando várias margens atlânticas e configurando um ‘Atlântico negro’”. Cf. Gomes e Soares, op. cit., p. 143-44, 2002.

<sup>110</sup> Cf. RODRIGUES, Jaime. Uma encruzilhada do Ocidente: o Caribe setecentista como espaço histórico. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 268-274, jan.abr. 2021. p. 273.

estavam cada vez mais integrados à dinâmica Atlântica revolucionária. É a partir dessa conjuntura que noções como “cultura política atlântica” e “comunidade atlântica” foram desenvolvidas por Flávio Gomes, Carlos Soares e Valéria Costa.

Mais detidamente, segundo Gomes e Soares, “a longo prazo, a troca de experiências entre homens do mar e cativos pode ter contribuído para o processo maior de formação de uma cultura política atlântica, caracterizada pela presença de marinheiros estrangeiros, trabalho compulsório, escravos e africanos”, lembrando que, com efeito, “em 1817, foram os marinheiros negros em navios espanhóis que trouxeram para vários portos exemplares do jornal haitiano *Le Telegraph*”<sup>111</sup>. Quanto a noção de “comunidade atlântica”, os nexos que a sustentam seriam mais estritamente comerciais - que inclusive fortaleceriam o escravismo brasileiro, nessa condição curiosa da escravidão ao longo do século XIX de apogeu e declínio simultâneos. Para Valéria Costa e Flávio Gomes, toda uma rede se estabelecia para além dos grandes traficantes de gente ou comerciantes dos bens exportáveis. Noutras palavras:

A comunidade atlântica, conceito que insistimos em elencar para aproximarmos-nos das experiências e dos trânsitos de Duarte, nunca horizontal para os sujeitos sociais, gestava as disputas e as competições em torno do comércio entre mares. Todavia, pequenos, médios e grandes negociantes – em águas e em terra – mantinham o compromisso de manter a exportação e a importação de cativos e mercadorias diversas: açúcar, tabaco, cacau, têxteis, bebidas alcoólicas, objetos religiosos. Se do lado de lá do Atlântico, como frisou Mariana Candido, a demanda por armas de fogo e por tecidos luxuosos incentivava os conflitos bélicos para o abastecimento dos negreiros, do lado de cá do Atlântico era o mercadejo miúdo de porta em porta, o boca a boca e até as pequenas e médias casas do ramo de venda de cativos, que sustentavam e estruturavam a cultura e o sistema escravistas.<sup>112</sup>

Aliás, com Linebaugh, lembramos que as mercadorias não se transportavam sozinhas, isto é, dependiam da ação humana. Desenvolvia-se assim toda uma rede de comércio e de circulação de informações. Embora, por um lado, seja ingênuo supor que as conversas diárias estivessem sempre pautadas pelos acontecimentos da política secular, também é equivocado desprezar esses canais que implicavam, de fato, em uma sociabilidade atlântica<sup>113</sup>.

Os contatos que se davam nessa rede Atlântica, irradiavam-se. As trocas nos navios e nos portos (verdadeiras portas para os oceanos) não se esgotaram nesse espaço. Ou seja: “os espaços de conexões e idéias transformar-se-iam nos diversos portos. Dos navios, marujos e grumetes logo alcançavam vielas, tabernas e depois áreas rurais circunvizinhas”, de tal modo que, citando Linebaugh, Gomes e Soares afirmam que “os espaços de trocas sociais podiam

<sup>111</sup> Cf. Gomes e Soares, op. cit., p. 30, 2006.

<sup>112</sup> Cf. Costa e Gomes, op. cit., p. 243, 2022.

<sup>113</sup> Cf. Linebaugh, op. cit., 1983; 1988.

ser tanto o ‘convés oscilante dos navios’ como o ‘terreno pouco firme dos armazéns, tabernas, bordéis, adegas, poças d’água e ruas das comunidades marítimas”<sup>114</sup>.

Ademais, as áreas de fronteira também eram particularmente sensíveis a esse problema. No caso da região Norte principalmente entre 1790 e 1820, por exemplo, “na Amazônia temeu-se igualmente o ‘contágio revolucionário’ vindo da França, o que suscitou uma militarização acelerada em áreas de fronteira, visto haver litígios territoriais com a Guiana Francesa”<sup>115</sup>. Essa área foi especialmente sensível, em função do contato direto, aos perigos das “ideias francesas” e das turbulências do Caribe<sup>116</sup>.

No Sul do país, sobretudo na região platina da Banda Oriental, drama semelhante acontecia. Há até mesmo o caso de Alexandre de Queirós Vasconcelos que, segundo Mário Maestri, ainda em 1803 teria arrolado escravos para uma sublevação abolicionista, republicana e separatista “contra a guarda da província de São Pedro do Rio Grande”. Anos depois, em 1816-1820 teria tomado armas ao lado das tropas de José Artigas<sup>117</sup>. Por outro lado, não propriamente “revolucionários” como Alexandre, escravos engajados no transporte de mercadorias na zona de fronteira - alguns mesmo residindo por certo tempo no outro lado da linha - viveram experiências próprias daquele cenário, e dela aproveitaram-se como melhor lhes parecia. Paulo Staudt Moreira, por exemplo, menciona os casos do escravo pardo Francisco que escapou da sua condição de cativo e tinha por característica “falar muito bem o

<sup>114</sup> Cf. Gomes e Soares, op. cit., p. 26-27, 2006.

<sup>115</sup> Cf. Gomes e Soares, op. cit., p. 135, 2002.

<sup>116</sup> Como apontou Flávio Gomes: “Também os roteiros de sua circulação podiam ser diversos. Nas fronteiras orientais do Grão-Pará, talvez tenham sido os quilombolas e os fugitivos os responsáveis por sua difusão. Em Belém, surgiria, em 1815, o franciscano Luiz Zagallo, ‘apóstata e pedreiro livre, fanático da Revolução Francesa, instruído na praça de Caiena’. Antes de ser expulso dois anos depois, foi acusado de ‘pregação revolucionária e absolutamente incômoda’, causando agitação junto aos escravos de Belém e Cameté, dizendo que, ‘na época da liberdade’, não havia por que ‘haver homens submetidos a outros’. Mobilização escrava e temores de rebeliões retornariam com força na década de 20, com a efervescência do debate em torno da emancipação política. Era tema frequente na imprensa local”. Cf. Gomes, op. cit. p. 228-29, 2002.

<sup>117</sup> Sobre interessante personagem, vale a longa citação, na medida em que indica a circulação de informações e experiências, como o Haiti e Inconfidência Baiana, no Rio Grande do Sul por meio da região do Prata (vale lembrar que segundo Alencastro, a região do Prata também fazia parte, através de redes comerciais, do que chama de “Atlântico Sul”). Segundo Maestri: “Em 1798, reprimiu-se a Inconfidência Baiana, movimento republicano de raízes sociais. Naqueles anos, agonizava a França revolucionária. Em 1804, os cativos sublevados fundavam o Haiti, a primeira nação americana livre da escravidão. Alexandre Luís estava, portanto, sintonizado com os ventos revolucionários da época, em boa parte devido ao seu contato e relações com o Prata. Quando dos fatos, foi apresentado como louco, ‘ato de loucura, próprio somente do acusado’, certamente para ser desacreditado e livrado da prisão, como vimos. Essas e as subsequentes ações de Alexandre Luís foram definidas, por boa parte da historiografia sulina, como ato ‘quixotesco’, ‘insano’, ‘inconsequente’, ‘idealista puro’ etc. Seu cognome, *Quebra*, foi traduzido com o sentido de ‘desordeiro’, ao contrário de ‘valente’, ‘forte’, ‘respeitável’, como seria correto. Alexandre Luís jamais foi resgatado como prócer do movimento republicano e abolicionista radical no Sul e no Brasil. O fato de registrar vertente social da luta republicana sulina, estranha ao movimento farroupilha, que jamais propôs a abolição do cativo, teria também contribuído para a falta de investigação sobre ele e sobre as raízes de sua ação pela historiografia regional”. Cf. MAESTRI, Mário. *Insurreições escravas no Rio Grande do Sul (século XIX)*. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 467-68.

espanhol”, lembra também do senhor Antônio Diehl que reclamava a fuga de um mulato de sua propriedade, “muito conversador” e versado no castelhano e, por fim, a fuga do crioulo fula chamado João Barbosa, que residindo no Estado Oriental durante a Revolta Farroupilha havia aprendido o castelhano. Em comum, todos escravos que aproveitaram-se da proximidade com a fronteira e do conhecimento da Abolição ainda na década de 1840 no Uruguai<sup>118</sup>.

Ademais, mais do que vantagens individuais advindas das condições fronteiriças, esses espaços foram fundamentais, em hipótese, para a rebeldia escrava mais pelas novidades e inovações políticas que faziam circular e difundir pelo resto do país. Na verdade, também essa era uma preocupação do dia a dia das autoridades sulinas. Em períodos tão conturbados e agitados politicamente, como foi a década de 1830, o medo visto em diferentes lugares do país, por parte das autoridades, pode ser tomada como indicação da existência significativa de uma sensível politização do cotidiano, de modo que quaisquer “faíscas” ou agudizações de conflitos fossem enormemente evitadas. Nessa ótica, agentes estrangeiros e “subversivos” eram de fato um perigo. Como relata a Câmara Municipal da vila de São Francisco de Paula para o presidente da província em 06 de agosto de 1832:

[...] seria perigoso a marcha dos guardas nacionais deste município para a fronteira na presente crise em que os do Estado vizinho [Uruguai] apenas fazendo a guerra entre si, enviam emissários disfarçados para revoltarem a escravatura, com a qual - sendo notícias verídicas - esperam reforçar suas débeis fileiras, sendo bem constante que o distrito desta vila tem para mais de 4 mil escravos, quase unidos segundo a posição das charqueadas, e a única força para os conter são os guardas nacionais.<sup>119</sup>

O medo era de que a escravaria pudesse ser “contagiada” por agentes estrangeiros (preocupação também comum na fronteira norte do país).

Em suma, o esforço de investigar as revoltas escravas no Brasil, sobretudo durante a primeira metade do século XIX, tendo em vista toda a dimensão atlântica que a perpassava configura um campo ainda aberto. Nesse sentido, as considerações feitas neste sub-capítulo apontam para um processo, ao meu ver, muito real e significativo. O que não significa, porém, que esteja esgotado. É nesta esteira que Gomes e Soares fazem a seguinte análise:

---

<sup>118</sup> Cf. MOREIRA, Paulo Staudt. “Porque os brancos eram uns pelos outros, os negros também deviam fazer o mesmo”: revoltas escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade do Oitocentos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 455.

<sup>119</sup> Cf. MAESTRI, Mário. Pampa negro - quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 303.

outras tantas narrativas históricas, sempre fragmentadas, poderão ser conectadas, contribuindo para identificar percepções e formas de agenciamento micropolítico elaboradas em torno das experiências transatlânticas. Mais indícios serão revelados quanto à circulação de idéias, aos contatos pontuais e às percepções sobre conflitos e motins em cidades europeias ou no Caribe. Personagens readaptaram-se, idéias foram reinterpretadas e mundos reinventados, num movimento incessante. As fronteiras, os portos, os conveses dos navios e vários pontos do Atlântico foram palco desses diálogos sem ensaios. Novas investigações e abordagens que procurem reconhecer o universo multifacetado das trocas e produções culturais poderão revelar ainda mais as complexas redes que envolveram saberes e idéias de escravos, quilombolas, marinheiros e outros setores sociais do mundo atlântico.<sup>120</sup>

De fato, nos parece que ainda há o que se compreender quanto a dimensão atlântica e seus desdobramentos no Brasil, buscando também ir além do Rio de Janeiro. Uma agenda de pesquisa mais propositiva sugere que, complementarmente a citação anterior, aprofundamos nossos estudos nessas relações, sobretudo atentos ao próprio cenário nacional. Segundo Valéria Costa e Flávio Gomes:

São significativos os estudos sobre a participação de africanos escravizados e libertos como parte da tripulação dos negreiros atlânticos, mas ainda são poucas as pesquisas que se debruçaram sobre as investigações acerca da atuação dos marinheiros que atuavam na região costeira do continente americano, inclusive, no interior das provinciais, responsáveis pelo escoamento de mercadorias, pelo transporte de pessoas e pela circulação de notícias.<sup>121</sup>

A navegação de cabotagem ou no interior das próprias províncias também pode ser indicativa de como as informações do cenário internacional desembarcaram no Brasil. Além de indicar quais os eventuais papéis políticos que esse setor e seus trabalhadores, de circulação e transporte de mercadorias, representava para a vida social e política do Brasil.

Apenas a título de exemplo, nos conflitos pela Independência na Bahia em 1822-1823, a navegação no interior da província, do Recôncavo para o litoral teve papel decisivo nos desdobramentos do conflito, sobretudo em função de sua importância no transporte de gêneros alimentares, como as sacas de farinha vindas do interior. Segundo Richard Graham, os barqueiros responsáveis por tal atividade poderiam, se quisessem, boicotar o sítio feito pelos brasileiros aos portugueses confinados em Salvador<sup>122</sup>. Também é possível indicar como as redes comerciais e de comunicação no interior da província do Grão-Pará desenvolvidas

<sup>120</sup> Cf. Gomes e Soares, op. cit., p. 144, 2002.

<sup>121</sup> Cf. Costa e Gomes, op. cit., p. 219, 2022.

<sup>122</sup> Cf. GRAHAM, Richard. “Ao mesmo tempo sitiados e sitiados”. A luta pela subsistência em Salvador (1822-1823). In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

desde os planos do Marquês de Pombal para a região contribuíram para forjar as conexões que, uma vez contaminadas pelas “ideias francesas” e pelo medo do Haiti ou servindo de caminhos e percursos à época da Cabanagem, estiverem presentes nos desdobramentos e nas lutas políticas da região<sup>123</sup>. Ainda nesse cenário, Stuart Schwartz cita uma revolta de escravos ocorrida em 20 de março de 1814 em Cachoeira, ao que tudo indica, gestada por estivadores e planejada no porto: “a câmara de Cachoeira já havia expressado em 1813 seu temor de tal levante e tinha avisado o governo de que estivadores haussás andavam planejando algo”, o então governador conde dos Arcos - bem diferentemente do seu sucessor, conde da Ponte, pouco fez. Já em 27 de maio de 1814, apenas dois meses depois, outra denúncia surgia no mesmo espaço: “José Ferreira da Silva denunciou que seu escravo haussá Germano e um escravo *guriman* (gurma) chamado Jerônimo tinham ouvido outros haussás no porto que falavam entre si de uma ‘guerra contra os brancos’”. Entre as lideranças do levante que estouraria no dia de São João, 24 de junho, estavam carregadores, ganhadores e os estivadores. Provavelmente com a predominância destes últimos, mas amplamente disseminado, afinal “embora dirigido das docas, escravos de toda a cidade estavam envolvidos no plano”. A liderança desses não é aleatória, os escravos de ganho, organizados em cantos, com “seu trabalho no ou perto do cais os mantinha[m] também contato com escravos que traziam produtos do Recôncavo”. O que interessa aqui é destacar estivadores, marinheiros e o porto enquanto espaço potencialmente favorável a esse tipo de rebeldia<sup>124</sup>.

Ainda assim, sugiro, podemos avançar na compreensão do papel dos tropeiros na disseminação de ideias de sedição ao longo da primeira metade do século XIX, posto que “a atividade de tropeiro não estava restrita a pessoas livres e muito menos só aos proprietários. Vários escravos a exerciam”, nas palavras de Marcos Andrade<sup>125</sup>.

Na revolta de Carrancas, em 1833, esses tiveram papel importante na avaliação de Andrade. Afinal, naquele momento pós Abdicação, no politicamente aberto contexto regencial, disputas partidárias e políticas se intensificaram. E como à essa altura já deve estar suficientemente dito, os escravos não ficavam completamente alheios a esse processo.

---

<sup>123</sup> Segundo Magda Ricci, “no início do século XIX intensificaram-se as comunicações entre os moradores da capitania do Pará e os povos e capitanias vizinhas ou mesmo outras nações que a circundavam. Aprimorou-se o contato com Mato Grosso e Goiás pelos rios Madeira Tocantins, onde foram construídas estações para ‘socorro e abastecimento das monções’. Detalhava-se uma enorme rede formada pela associação de várias ‘economias’: desde a familiar, a militar, até a de negócios e gêneros”. Cf. Ricci, op. cit., p. 191-92, 2020.

<sup>124</sup> Cf. SCHWARTZ, Stuart. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás: Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 380-84.

<sup>125</sup> Cf. ANDRADE, Marcos. “Nós somos os caramurus e vamos arrasar tudo”: a história da Revolta dos escravos de Carrancas, Minas Gerais (1833). In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 294.

Contribuiu para isso, sem dúvida, a circulação de informações que, em interpretações próprias e conforme seus interesses, alimenta suas “esperanças de liberdade”. Alguns, inclusive, tomaram lados e escolheram partidos. Foi o caso de Carrancas:

O fato de alguns escravos se autodenominarem caramurus é de grande relevância. Os anos iniciais da década de 1830 foram particularmente tensos em todo o Império. As notícias acerca das disputas políticas e dos protestos de rua, em especial na cidade do Rio de Janeiro, circulavam na imprensa e na correspondência entre as autoridades administrativas e judiciárias, mas mormente através do vaivém de tropeiros que se deslocavam entre as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>126</sup>

O contato entre tropeiros e escravos, no dia a dia das fazendas e vilas, deve ter proporcionado a interação entre esses homens e conseqüentemente a troca de informações e experiências do que ocorria na capital e noutros centros urbanos. Mais adiante, Andrade argumenta que: “outro aspecto a salientar é que Roque e Jerônimo, ambos crioulos, cativos de Ana Luiza Gonçalves, dona da fazenda da Prata, no curato de São Bento de Campo Belo, eram escravos tropeiros”, acusados de serem cabeças do levante, concluindo que “não é difícil supor que Roque e Jerônimo pudessem captar o clima de perturbação política reinante na Corte e dar notícias aos escravos da fazenda da Prata e de outras com as quais porventura tivessem contato”.

Em Campinas, apenas um ano antes da Revolta de Carrancas e um ano depois da Abdicação, um plano de insurreição foi descoberto também envolvendo escravos tropeiros e negros livres em posição de liderança. É o que diz Ricardo Pirola:

Os contatos entre as duas localidades eram feitos por um cativo tropeiro de nome Marcelino, morador na mesma fazenda onde vivia Diogo Rebolo. De acordo com as investigações, Marcelino Tropeiro levava o dinheiro para João Barbeiro investir na compra de pólvora e zagaias, em São Paulo. Apontado por vários escravos como um dos principais comandantes do plano, o liberto já era um velho conhecido dos campineiros. No ano de 1830, por exemplo, ele fora acusado de liderar outra tentativa de rebelião escrava, sendo então preso e transferido para a cadeia em São Paulo.<sup>127</sup>

Novamente, tropeiros parecem ter desempenhado papel importante na conspiração e na revolta escrava. Afinal, Diogo Rebolo, liderança política e religiosa e cabeça do levante, Rebolo “solicitava ajuda de tropeiros para se comunicar com cativos de diferentes fazendas e ainda encomendava armas”<sup>128</sup>. Para além de Carrancas e Campinas, pode-se igualmente supor que tropeiros - ou homens em funções semelhantes, como na navegação de cabotagem -

<sup>126</sup> Idem, *ibid.*, p. 293.

<sup>127</sup> Cf. PIROLA, Ricardo. Laços da rebelião: revolta, etnicidade e família escrava em Campinas (1832). In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 233-33.

<sup>128</sup> Cf. Gomes, Laureano, Schwarcz, *op. cit.*, p. 157, 2021.

podem ter desempenhado papel importante no nordeste, por exemplo. Entre Salvador e as localidades do Recôncavo. O que importa destacar aqui é a centralidade que a circulação de informações alcançou no século XIX - por diferentes meios, marítimos ou aquáticos - na vida e perspectiva dos escravos. Evidentemente essas sugestões se beneficiarão de investigações mais aprofundadas e detidas, o que não nos impede de sugerir essas hipóteses.

Em suma, os “mecanismos de transmissão ideológica” que para Genovese estavam obscuros, podem ser iluminados, aos poucos, ao analisarmos os caminhos concretos por onde pessoas e mercadorias circulavam. No caso do Atlântico, os navios e portos foram os espaços privilegiados de circulação de informações sobre a era revolucionária, do Haiti ao abolicionismo britânico. Já para o cenário nacional, onde as notícias e rumores sobre as disputas políticas do Império circulavam para além dos setores letrados, tropeiros (não raras vezes escravos), marinheiros engajados na navegação do próprio litoral e aqueles que cruzavam fronteiras, como no Sul, para fazer comércio, podem ter contribuído para a disseminação de informações - nem sempre verdadeiras - que alimentavam a rebeldia escrava. Às vezes de modo mais direto, fugindo pelas fronteiras ou organizando revoltas assentadas nessas possibilidades de circulação, às vezes de modo mais indireto, na circulação de informações e ideários que, aos poucos, se sedimentam e encorajam atos de revolta explícita. Todos esses fatores, ao nosso ver, deitam raízes na expansão das comunicações e nas redes entre diferentes lugares que se intensificam no século XIX<sup>129</sup>. Eis aqui um fator para compreendermos a maior quantidade de revoltas escravas na primeira metade do Oitocentos.

Ainda nesse sentido, resta uma questão em aberto. Qual o teor da circulação de informações, boatos, rumores e notícias, cujas raízes remontam ao Atlântico revolucionário da primeira metade do século XIX, que informaram esses escravos? Podemos buscar questionar quais eram os conteúdos que percorriam essas redes atlânticas e nacionais.

### 3.1.3 “Rede negra de informações”: rumores, boatos, notícias e informações

Se aceitarmos a existência de algo como uma “cultura política atlântica” ou de uma “comunidade atlântica”, cujas raízes deitam nos eventos revolucionários e na politização do cotidiano de além e aquém mar, resta questionar quais tipos de informações, boatos e rumores circulavam por esses caminhos. E aqui o desafio é captar o que muitas vezes era dito, mas não

---

<sup>129</sup> O próprio Estado, nessa conjuntura, procurou nacionalizar e expandir Brasil adentro os Correios, por vias fluviais ou terrestres. De fato, à diferença de momentos anteriores, o território cada vez mais se integrava, se nacionalizou - o que não quer dizer, é óbvio, que todas as distâncias tenham sido superadas. Cf. KANTOR, Irís; CASTRO, Pérola. No rastro das cartas e dos mapas: a economia política das comunicações postais e a informação geográfica na conjuntura da Independência (1798-1831). In: MAZZEO, Antonio; PERICÁS, Luiz. (orgs.). **Independência do Brasil: a história que não terminou**. São Paulo: Boitempo, 2022.



registrado. Uma vez que “as ideias circulavam não só na categoria escrita: a forma oral talvez fosse a que permitiu maior propagação da palavra em uma população de maioria analfabeta”<sup>130</sup>. Além disso, há também a delicada questão de questionar as comunicações existentes no mundo escravo, ainda mais alheio ao controle dos registros escritos e formais, mais vigiado e controlado quanto a manifestações dessa natureza e deliberadamente enfraquecido nas tentativas de se organizar coletivamente (por razões evidentes)<sup>131</sup>. Contudo, ainda assim o escravo não era um sujeito apartado das comunicações que vinham do Atlântico ou até mesmo de outras províncias. É o que defende Luiz Mott

Um dos mitos de nossa historiografia é a questão da falta de comunicação a que estariam condenados os negros no Brasil Colonial e Imperial. Isoladamente devido à dificuldade de comunicação entre etnias pertencentes a famílias lingüísticas completamente estranhas, isolamento programado pelos donos do poder a fim de obstaculizar a temida coesão dos oprimidos. Supôs-se que os negros viviam completamente circunscritos aos estreitos limites das propriedades de seus amos, alheios e alienados do que acontecia no “mundo exterior”. Nossas pesquisas revelam exatamente o contrário: há provas incontestes de que houve sistemática comunicação entre os escravos residentes em diferentes fazendas, entre os negros de uma capitania com os de outra, dos libertos e ingênuos do Brasil com os negros da África e de outras regiões do mundo escravocrata. O caso das revoltas negras ocorridas no Nordeste brasileiro na primeira metade do século XIX ilustra perfeitamente o elevado índice de comunicação existente no seio da população negra.<sup>132</sup>

Se de fato hoje o mito indicado por Mott há 40 anos atrás deixou de existir, ainda é interessante questionar quais eram essas comunicações? De que forma informaram a perspectiva sobre liberdade e rebeldia dos escravos? Quais os seus limites e possibilidades?

Os rumores decorrentes da abolição da escravidão em Portugal em 1773 podem indicar algumas respostas à essas questões. Segundo Gomes e Soares, citando S. Schwartz:

Quando da abolição da escravidão em Portugal, decretada por Pombal em setembro de 1761 [sic], os escravos no Brasil ficaram agitados, acreditando que a lei poderia ser estendida às colônias. Segundo Stuart Schwartz, as “reformas portuguesas e os eventos europeus não passavam despercebidos a escravos e forros”. Na verdade, tanto eles distinguiam “claramente a conexão lógica entre sua situação e as mudanças em curso na Europa” como senhores e autoridades coloniais e metropolitanas “não foram menos

<sup>130</sup> Cf. FREITAS, Soraya. “Qual silêncio?”. O Haiti nas páginas dos primeiros periódicos brasileiros. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, p. 1-11, jul., 2011. p. 1

<sup>131</sup> Na primeira metade do XIX, parece ter fugido à regra os escravos baianos, sobretudo de Salvador, que envolveram-se em diferentes embates com a ordem escravista, muitas das vezes sendo encontradas com eles manuscritos e textos redigidos ao próprio punho. Cf. Reis, op. cit., p. 194-195, 2012.

<sup>132</sup> Cf. MOTT, Luiz. A revolução dos negros do Haiti e o Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 55-63, jun. 1982. p. 55-56.

perceptivos, conscientizando-se das implicações e calamitosas conseqüências implícitas na difusão das notícias”<sup>133</sup>.

Se concordarmos com o trecho acima, os escravos, portanto, possuíam notável conhecimento dos eventos que ocorriam além mar. Não bastando, além de conhecer, também interpretavam aquela conjuntura face às suas próprias situações particulares. O processo-crime de 1773-1774 instaurado na capitania da Paraíba nos esclarece boa parte dessas questões<sup>134</sup>. Em 21 de setembro de 1773, Luiz de Furtado, então ouvidor da cidade, escreveu as seguintes linhas:

participo a Vossa Excelência que havendo-se espalhado na Cidade da Paraíba, a Lei porque Sua Majestade foi servido Libertar os mulatos e pretos de Portugal, tem sido tão mal entendida pelos mulatos, e negros daquela Cidade, que tem chegado a fazer entre eles conciliábulos e conventículos, de sorte que a interpretaram, e publicam a seu favor, tirando inúmeras cópias, vendendo-as a preço de uma pataca, e faltando sobre a inteligência da mesma Lei (...) haja Vossa Excelência de atalhar toda a ruína em que pode degenerar aquele abuso, e contínuo imaginar de umas gentes incultas sobre a dominante paixão de sua liberdade.<sup>135</sup>

Dessa carta, podemos sugerir alguns caminhos da circulação de informações no Atlântico e suas formas de transmissão interna. A primeira delas é a relativa velocidade com que o Alvará chegou na capitania da Paraíba, em 8 meses já se falava dele, localidade menos integrada ao circuito atlântico do que cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro (nesses locais o Alvará chegou ainda antes). Em segundo lugar, o ouvidor permite perceber explicitamente que os negros e mulatos interpretavam ela à sua maneira, isto é, de modo que os beneficiasse. Em penúltimo e terceiro lugar, possuíam recursos para fazer circular impressos, difundido assim o Alvará para além do campo da oralidade. Por último, o medo das autoridades coloniais face o “imaginar de umas gentes incultas sobre a dominante paixão de sua liberdade”, podendo na perspectiva dos senhores e administradores chegar mesmo a “ruína em que pode degenerar aquele abuso”, ou seja, “temia-se, a rigor, que entre os cativos e negros livres que discutiam abertamente acerca do Alvará de 1773 houvesse ‘alguns de gênios violentos’” uma vez que “de escravos podia-se tudo esperar, sobretudo quando estes se achavam ‘movidos da ambição de liberdade’”<sup>136</sup>.

Ademais, outro depoimento também ilustra esses caminhos internos de circulação das informações. Nesse caso, o depoimento de Manuel de Jesus Maria revela a dimensão oral

<sup>133</sup> Cf. Gomes e Soares, op. cit., p. 134, 2002.

<sup>134</sup> O processo-crime de 1773-1774 foi analisado por Luiz Geraldo Silva, ademais também transcreveu o Alvará de 16 de janeiro de 1773 referente à Abolição em Portugal. Ver: Silva, op. cit., 2001.

<sup>135</sup> Cf. Silva, op. cit., 2001, p. 128.

<sup>136</sup> Idem, *ibid.*, p. 129.

dessa comunicação, indicando inclusive onde os mulatos e negros se “ajuntaram” para tomarem conhecimento do Alvará:

a uma Romaria à Praia do Tambaú, e vendo um ajuntamento de negros e mulatos chagara ao pé deles junto dos quais estava um pardo forro chamado Luís Leitão com uma cópia da Lei (...), persuadindo ao dito ajuntamento de negros que em virtude daquela Lei todos eram forros os escravos do Brasil nascidos de crioulos e mulatos, dizendo a ele testemunha que visse e lesse, e que em virtude dela havia de forrar a todos os cativos do Brasil.<sup>137</sup>

Aqui, a informação foi passada à testemunha por meio do avistamento de um grupo, na rua, aglomerado e provavelmente agitado com papéis em mãos. Nossa testemunha foi convidada a ler o Alvará (como visto, copiado, reproduzido e ainda comercializado livremente na cidade), mas se não fosse alfabetizada, certamente alguém lhe contaria a novidade. Nesse caso, estar andando na rua naquele momento já seria suficiente para se inteirar acerca de tal novidade.

Um outro depoimento, por fim, indica a circulação interprovincial das informações e boatos a partir da própria circulação dos sujeitos entre as capitanias. Ou seja, como sugerido acima, as redes comerciais serviam também no interior da colônia, como espaço privilegiado de divulgação de notícias e boatos. Nesse caso, além da Paraíba, os boatos concretamente tocaram a Bahia e o Recife. Ao menos é o que deixa entrever a fala do Sargento Mor do Terço dos Homens Pardos da Capitania da Paraíba, Pedro de Alcântara Bulhões.<sup>138</sup>

Outros sugestivos indícios dos meios de comunicação entre os setores livres e pobres da sociedade: viajantes e cartas. Nesse depoimento, menciona-se duas vezes o uso de cartas como forma de circulação da notícia. A primeira vinda da Bahia e a segunda de Recife. A primeira chegou pelas mãos do crioulo Luiz Gomes de Brito, a segunda recebida provavelmente por vias convencionais.

Essas notícias foram suficientes para a instauração de uma investigação conduzida pelas autoridades coloniais na Paraíba entre 1773 e 1774. Aqui, os rumores e boatos - como veremos em tantas outras partes das Américas - conseguiam mobilizar escravos para a

---

<sup>137</sup> Idem, p. 132.

<sup>138</sup> “Disse que chegando da Bahia um crioulo por nome Luiz Gomes de Brito assistente na Cidade da Paraíba, ele Alferes do Terço dos Henriques, e trazendo por notícia que na Cidade da Bahia adonde o mesmo tinha vindo se publicara uma Lei em que Sua Majestade fazia grandes mercês aos pretos e divulgando-se pela dita Cidade esta notícia, e por carta que também veio da Bahia do Padre Mathias Mendes Vianna escrita ao Doutor José Gonçalves de Medeiros, trazida pelo dito crioulo segundo disse o mesmo a ele respondente, indo o dito crioulo a casa dele respondente entre outras novidades lhe deu da Bahia lhe deferiu a de que se trata queixando-se de que lhe não davam crédito, sendo certo haver-se publicado a dita Lei, por cuja razão entrou ele respondente na curiosidade de querer saber, o que continha a dita Lei, recebendo uma carta do Mestre de Campo José Ribeiro assistente nesta Vila do Recife encomendando-lhe umas madeiras, respondendo sobre sua condução, na mesma carta mandara ele respondente pedir ao dito Mestre de Campo a referida lei a qual lhe enviou o mesmo de manuscrito uma cópia”. Idem, p. 138-39.

revolta. A investigação, decerto, não surgiu ao acaso. Uma das testemunhas confirma a existência de um motim entre os escravos da localidade, provavelmente informados por seus pares de cor ou mesmo descobriram por conta o Alvará. Assim conta Luiz Geraldo Silva:

A primeira testemunha arrolada na devassa foi Francisco de Seixas Machado, [...] este, à primeira indagação, disse ser “público, e notório o sussurro que havia entre os negros, e mulatos desta Cidade, sobre a inteligência da Lei que em Portugal Libertou todos os escravos”. Numa conversa com o mestre de campo José Rodrigues Alves, “lhe dissera este que era tanto verdade o motim que entre eles andavam fazendo os pretos e mulatos cativos desta Cidade”. Segundo ainda Francisco de Seixas Machado, este mestre de campo obtivera uma cópia da lei “escrita por um mulato que as costumava vender a preço de uma pataca”. Mais curioso era que o Alvará já havia ganho então uma versão “africanizada”, ainda segundo esta testemunha: a “cópia estava muito mal escrita, e por termos concebidos na Língua de preto aporuguesada, porém nela se não lia substancialmente cousa contrária ao Espírito da Lei original”.<sup>139</sup>

Além do motim, a partir da fala de Francisco de Seixas Machado é possível vislumbrar também a existência de uma versão “africanizada” do Alvará, isto é, uma cópia escrita em um português criouliizado, que provavelmente incorporava elementos da origem étnica de seu copiadador. Cópias, aliás, produzidas para fins comerciais. Os rumores nesse caso também foram, até a intervenção policial, lucrativos.

O mais interessante desse episódio é perceber nele as sutilezas e as sementes de movimentos e processos que iriam intensificar-se cada vez mais na era revolucionária vindoura. Aliás, a própria Abolição em Portugal e Algarves naquele ano de 1773 pode ser interpretada nesse sentido, posto que o reformismo português encabeçado por Pombal esforçava-se por situar Portugal ao lado de outras nações ilustradas que já haviam abolido a escravidão de seus territórios. De qualquer modo, naqueles anos de 1773 e 1774 ocorreu o primeiro movimento - que eu conheço - de uma forma de sociabilidade que viria a marcar a rebeldia negra, às vezes escrava, no começo do século XIX: a circulação de notícias e boatos a animar “esperanças de liberdade”. Esse mesmo movimento, como veremos, se repetirá outras tantas vezes nas primeiras décadas do Oitocentos. Esses mesmos circuitos (notícias vindas do Atlântico, disseminadas entre as províncias, viajantes levando nas suas bagagens rumores e boatos, cartas, interpretações próprias das leis...) viriam a se repetir. O notável, portanto, é perceber esses mecanismos de transmissão, em certo sentido, ideológica, de ideias que viriam a informar a perspectiva dos sujeitos:

---

<sup>139</sup> Idem, p. 130.

O que se revela neste episódio, pois, é a notável mobilidade desses homens e sua capacidade de construir redes de sociabilidade que se estendiam para além de suas vilas, cidades e até capitânicas de origem. Não eram apenas membros das elites letradas ou políticas, como notou Evaldo Cabral de Mello, que perambulavam colônia afora: homens de cor, que muitas vezes sabiam ler e escrever, também se deslocavam com frequência entre espaços distintos, carregando consigo idéias, textos, notícias sobre o que se passava pelo mundo. Muitas vezes transitavam de uma a outra capitania não com o objetivo de se estabelecer em definitivo, mas com propósitos mais comezinhos e relativos às sociabilidades.<sup>140</sup>

Nesse momento importa perceber como o problema das informações e da circulação de notícias e boatos - em complementaridade ao dito nas seções anteriores - dava-se no mundo dos escravos. Afinal, como destaca Luiz Geraldo na citação acima citando Evaldo Cabral de Mello, “não eram apenas membros das elites letradas ou políticas” “que perambulavam colônia afora”. Outros tantos sujeitos também percorriam esses espaços.

Na verdade, essa era uma realidade típica das sociedades escravistas nas diferentes Américas durante a Era das Revoluções. O Brasil, portanto, não era exceção nesse cenário mais amplo. Evidentemente, cada local a depender de suas mediações internas, lidava de modos particulares com as notícias e os rumores potencialmente perigosos quando chegavam às senzalas e aos ouvidos dos escravos. Mas, em geral, era uma realidade compartilhada desde o Sul dos Estados Unidos até o pampa gaúcho<sup>141</sup>.

No caso do Caribe, rumores sobre supostas abolições ou melhores condições no interior da escravidão era uma realidade muito concreta. Segundo David Geggus, para o cenário do Caribe, “from 1789 to the early 1830s, there were more than twenty such rebellions and conspiracies in which slaves argued that they had already been freed by law (or that their workload had been reduced to three days a week)”<sup>142</sup>.

No Sul dos Estados Unidos, Robin Blackburn nos oferece um excelente exemplo de como a classe dominante sabia dos riscos da circulação de informações em um período marcado por agitações revolucionárias. Afinal, “havia também a preocupação de excluir os

<sup>140</sup> Cf. Silva, op. cit., p. 917-918, 2005.

<sup>141</sup> O perigo das informações para a revolta escrava já foi detectado por E. Genovese há muitos anos atrás: “Por mais que alguém queira considerar essas colocações como um exagero romântico, é preciso lembrar que os senhores de escravos estavam bem informados. Os federalistas sulistas, por exemplo, censuravam os jeffersonianos por divulgar um ideário francês de liberdade, igualdade e fraternidade, que os escravos poderiam ouvir e interpretar ao pé da letra, agrupando-se em torno dele”. Cf. Genovese, op. cit., p. 68, 1983.

<sup>142</sup> Prosegue o autor: “Such rumours also surfaced in several places without provoking resistance [...] Rumours of an official liberation that was being covertly sabotaged suggested to slaves that they had potential allies and obviously exacerbated the sense of injustice that Barrington Moore isolated as a crucial stimulant to rebellion [...] Such rumours perhaps resonated more strongly with the enslaved than the concept of abstract rights emanating from revolutionary France, where abolitionism made little progress until 1793. Cf. Geggus, op. cit., p. 35, 2011. Em Barbados (1816), Demerara (1823) e Jamaica (1831) os rumores de emancipação metropolitana teriam tido papel central. Cf. Geggus, op. cit., p. 121, 1989; Costa, op. cit., 1998.

escravos de ocupações delicadas ou estratégicas”, é o que revela uma carta enviada pelo chefe geral dos Correios a um senador da Geórgia, membro de um comitê que investigava o trabalho de seu departamento, nela “pode-se ver o estado de espírito do gabinete de Jefferson”. Embora Blackburn não date a carta, certamente foi escrita entre 1801 e 1809, muito provavelmente em 1803. Ainda que extensa, é muito eloquente quanto ao argumento que pretendo desenvolver aqui. Nos diz Gideon Granger, Chefe Geral dos Correios:

Senhor, existe uma objeção ao uso de negros, ou pessoas de cor, no transporte do correio público, de natureza delicada demais para que seja inserida num relatório que pode tornar-se público, mas ainda assim importante demais para ser omitida ou ignorada sem ser levada em conta. Portanto, tomo a liberdade de apresentar ao comitê, através do senhor, uma descrição particular do assunto. Depois das cenas que São Domingos exibiu ao mundo, não podemos ser cautelosos em excesso na tentativa de impedir males semelhantes nos quatro estados do Sul, onde há, principalmente em sua região leste, proporção tão grande de negros a ponto de pôr em risco a tranquilidade e a felicidade dos cidadãos livres. Na verdade, na Virgínia e na Carolina do Sul (segundo fui informado) - planos e conspirações já têm sido tramados por eles mais de uma vez para rebelar-se e subjugar seus senhores. Tudo o que tenda a aumentar seu conhecimento de direitos naturais, dos homens e das coisas, ou que lhes forneça a oportunidade de associar-se, adquirir e comunicar sentimentos e de criar uma sequência e uma linha de inteligência virá a aumentar o risco, porque aumenta-lhes os meios de realizar seu objetivo. Os mais ativos e inteligentes são empregados como carteiros. São estes os mais dispostos a aprender e os mais capazes de executar. Viajando dia após dia e misturando-se a cada hora com outras pessoas, eles podem e conseguem adquirir informações. Aprenderão que os direitos de um homem não dependem de sua cor. Com o tempo tornar-se-ão professores de seus irmãos. Tornam-se conhecidos uns dos outros no trabalho. Sempre que o todo, ou parte dele, quiser agir, eles serão um corpo organizado, que faz circular abertamente nossas idéias e veladamente as suas próprias. Suas viagens não despertam suspeitas, não causam alarme. Um homem capaz entre eles, ao perceber o valor desta engrenagem, pode criar um plano que será transmitido por vossos carteiros de cidade em cidade e produzirá opinião geral e unida contra vós. É mais fácil evitar este mal do que curá-lo. O risco pode ser pequeno, e a perspectiva remota, mas daí não se conclui que algum dia o evento não possa vir a ocorrer.

Com respeito e estima, Gideon Granger. Chefe Geral dos Correios.<sup>143</sup>

A conclusão é óbvia: por mais que o risco seja pequeno e a perspectiva remota, escravos ou até mesmo negros livres devem ser isolados de quaisquer informações que possam vir a animar atos de rebeldia escrava. Não se tratava de paranóia ou recurso teórico para intensificar a repressão aos escravos. Mas sim de conclusão tomada a partir de reflexão pragmática frente à situação<sup>144</sup>.

<sup>143</sup> Cf. Blackburn, op. cit., p. 300-01, 2002.

<sup>144</sup> Afinal, “os rumores têm chão histórico: são formulados, propagados e recebidos pela ação humana”. Cf. MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista**: o que não deve ser dito. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 301.

No Brasil, tensões semelhantes foram encontradas. Mesmo que tentativas de censura face os acontecimentos revolucionários, potencialmente perigosos à ordem local, do outro lado do Atlântico fossem empreendidas, raras vezes davam certo. É o que veremos adiante quanto ao Haiti, mas também face a processos como a Revolução do Porto de 1820.<sup>145</sup>

Ainda em 1821, segundo Ricardo Pirola, são conhecidos dois projetos de insurreição escrava na província de São Paulo, uma na vila de Porto Feliz e outro em Itu, motivados pelas discussões a respeito da Independência e acreditando que, naquele cenário, a escravidão já havia sido abolida, com seus senhores mantendo-os em cativeiro ilegalmente.<sup>146</sup>

Um ano depois, agora na Bahia, João José Reis menciona o seguinte episódio: “em março, o próprio Madeira de Mello fez imprimir e circular uma proclamação, na qual acusava ‘alguns inimigos da Ordem’ de divulgar entre os escravos ‘as ideias as mais Luciferinas para se sublevarem’”, quais seriam as ideias que os “inimigos da ordem” segundo Madeira de Mello estariam proclamando aos cativos: “entre essas ideias a de que o rei os libertara, mas os senhores se recusavam a acatá-lo”. Mesmo que, talvez, fosse exagero do português, esse episódio indica que efetivamente esse rumor estava no repertório daqueles que buscavam agitar a escravaria.<sup>147</sup>

Em 1827, foi a vez do Maranhão. Segundo Matthias Assunção, “o escravo Martinho, administrador de uma fazenda de gado, tinha, se acreditarmos nas testemunhas, estabelecido contatos com escravos de várias fazendas das redondezas” espalhando determinados boatos. Contudo, prossegue Assunção, “um fazendeiro ficou sabendo das ‘inteligências subversivas’ e interrogou seus escravos; tendo um deles admitido”:

[. ..] que havendo conversado com o Escravo Martinho da Fazenda da Cruz este lhe dissera que breve estava a chegar o tempo de se libertarem visto que os Ingleses a instâncias do Rei de Congo protegia a Causa de suas liberdades, e que havendo as forças em seu favor já destroçado Bahia, e Pernambuco ficavam a partir para Maranhão por Mar e terra devendo eles unirem-se a estas a fim de extinguirem os brancos que se lhe opusessem para o que já estavam de Inteligência com as Fazendas de São Benedito, e Santa Maria pertencentes ao Tenente-Coronel Raposo, assim mais com as

---

<sup>145</sup> Segundo Denis Bernardes: “Em 1820 governava o Ceará o capitão-de-mar-e-guerra Francisco Alberto Rubim, quando, em novembro do mesmo ano, chegaram as primeiras notícias da revolução do Porto. A atitude do governador foi proibir os ajuntamentos e buscar interceptar todos os impressos e correspondências favoráveis ao movimento. Mas, ao contrário de 1817, quando tais atitudes oficiais puderam ser eficazes, agora era impossível controlar o fluxo de informações, tanto proveniente da Europa e, em especial, de Portugal, quanto o que passara a circular entre as diversas províncias”. No correr do século XIX, nos parece, as informações e notícias políticas circulavam cada vez mais livremente, sinal da politização do cotidiano? Cf. BERNARDES, Denis. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, István. (org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005. p. 392.

<sup>146</sup> Cf. Pirola, op. cit., p. 238, 2021.

<sup>147</sup> Cf. Reis, op. cit., p. 95, 2012.

Fazendas de Tenente Aniceto de Sousa, e do lecido Isidoro Rodrigues Pereira, o que de tudo eram igualmente cien-s os Escravos Bernardo, e Hilário da Fazenda da Onça.<sup>148</sup>

Ainda que a revolta tenha fracassado, posto que descoberta e logo suprimida, o interessante nesse caso foi a ação dos escravos que, demonstrando o potencial perigo dos rumores, “combinavam os ecos que ouviam das revoluções atlânticas com a notícia da abolição do tráfico pelos ingleses e com as suas próprias tradições políticas, no caso o Rei do Congo, que desde tempos imemoriais protegia a causa de suas liberdades”<sup>149</sup>. Construíram visões e utopias próprias a partir desses boatos.

Na década seguinte, outros tantos exemplos podem ser arrolados. O estopim comum a todas elas foi a Lei de 1831 do fim do tráfico transatlântico. Em 1831, na vila de Itapemirim no Espírito Santo, a lei foi entendida como abolicionista. Já em 1832, no município cafeeiro de Campinas, os escravos do mesmo modo interpretaram a medida. Nesse caso, sobreviveu um relato muito eloquente desse cenário: o cativo Francisco Crioulo relatou em seu depoimento no processo-crime de 1832 que perguntara a Joaquim Ferreiro sobre o fim do tráfico atlântico, dizendo, “ora tio Joaquim, o Imperador [decretou que] os negros já não vêm para o Brasil, não seria justo que nos dessem também a liberdade? Ao que respondera o Joaquim, que alguma coisa disso há de acontecer”. Para João José Reis, a mesma Lei teria impacto em Carrancas, em Minas Gerais, em 1831, “os escravos do distrito de Carrancas, em Minas Gerais, chegaram a igual conclusão, e dois anos depois, insatisfeitos porque a abolição não vinha, se levantaram num dos mais violentos episódios de rebeldia escrava no Brasil”. Em Carrancas, mais decisivamente do que o episódio de 1831, foi o boato, motivado pela Sedição Militar de 1833, que os caramurus (partidários de D. Pedro I) haviam abolido a escravidão<sup>150</sup>.

Segundo João José Reis, outros casos ainda seriam registrados nas décadas seguintes. 1849 ocorreria a insurreição de Queimado no Espírito Santo, em 1850, em ocasião da lei que efetivamente acabaria com o tráfico, escravos na vila de São Mateus também no Espírito Santo e em Campos, no Rio de Janeiro, “se inquietaram porque interpretaram as discussões

<sup>148</sup> Cf. ASSUNÇÃO, Matthias. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005. p. 362-63.

<sup>149</sup> O trecho completo: “Quanto aos escravos, não resta dúvida que muitos estavam inteirados de alguma forma das revoluções no mundo atlântico [...] os escravos do Maranhão também tentavam tirar as próprias conclusões dos rumores que ouviam. Elaboraram suas utopias, construídas com base em sua ânsia de liberdade e das informações às quais tinham acesso e efetuaram passos concretos para realizá-las. Combinavam os ecos que ouviam das revoluções atlânticas com a notícia da abolição do tráfico pelos ingleses e com as suas próprias tradições políticas”. Idem, *ibid.*, p. 364.

<sup>150</sup> Sobre a vila de Itapemirim em 1831, ver: Reis, *op. cit.*, p. 390, 2018; idem, *op. cit.*, p. 398, 2000. Sobre Campinas: Pirola, *op. cit.*, p. 235, 2021. Para Carrancas: Reis, *op. cit.*, p. 390, 2018; Andrade, *op. cit.*, 2021.



em torno daquela lei como sinal de abolição definitiva da escravidão”. No caso de São Mateus, em especial, “correu o boato entre eles de que ‘a novíssima Lei de Repressão ao Tráfico os há libertado da escravidão que eles, supondo lhes ser ocultada pelos senhores, procuram obter a liberdade por meios violentos e criminosos’, conforme descrito pelo presidente da província. Em 1864, embora já fora do nosso recorte, nas localidades de Serro e Diamantina em Minas Gerais, novamente rumores teriam incentivado a rebeldia escrava: “os conspiradores acreditaram ter chegada a hora da liberdade” a partir de um entendimento próprio e comum em situações anteriores “de que as discussões sobre o ‘elemento servil’ no Parlamento brasileiro e as notícias sobre a emancipação dos escravos nos Estados Unidos, no ano anterior, anunciariam o fim do regime escravista também no Brasil”<sup>151</sup>.

Ainda sobre os rumores e boatos, há um caso muito interessante de “rumores” espalhados intencionalmente por autoridades no ímpeto de contrabalancear boatos de emancipação. Flávio Gomes descreve com precisão esse cenário:

Definitivamente, as águas junto a esta margem atlântica estavam agitadas. Subestimar as percepções que os escravos podiam ter desta (e de outras) situação foi mais uma opção da historiografia do que a feita por setores de colonos e colonizadores. Ao mesmo tempo que diziam que os cativos podiam ser “contagiados” pelas “idéias de liberdade”, advindas da Europa, via comunicações com as colônias estrangeiras, as autoridades temiam que os mesmos articulassem uma grande revolta. Assim argumentou, em 1794, um Comandante Militar de Araguari, próximo de Macapá: “pelo que respeita a alforria dos escravos em Caiena, já eu tinha espalhado ser engano que os franceses fazem o mesmo aos pretos”. Deste modo, “para que lhes não fujam e os tenham por esta forma mais seguros para o serviço de suas lavouras, ou outros quaisquer a que os queiram aplicar, e por esta forma, ou por esta ironia eu conservo dúvidas da dita liberdade”<sup>152</sup>.

Ou seja: boatos verdadeiros referentes às alforrias de escravo em Caiena (Guiana Francesa) foram combatidos a partir de boatos falsos, difundidos pelo Comandante Militar de Araguari em 1794, pondo em dúvida a veracidade das informações que circulavam sobre as ditas alforrias de Caiena. Esse episódio é muito elucidativo quanto ao papel desempenhado por rumores naquela sociedade escravista. O Comandante parece ter entrado no “jogo” dos próprios escravos, combatendo eventual foco de rebelião na mesma linha do que parecia ser sua motivação: boatos de liberdade. Contra boatos, fez uso de boatos. Assim, ao que tudo indica, os rumores de fato exerciam um peso importante na perspectiva dos cativos. Planejavam suas ações - inclusive suas resistências - a partir deles.

<sup>151</sup> Cf. Reis, op. cit., op. cit., p. 389-91, 2018. Sobre São Mateus: Reis, op. cit., p. 398, 2000. Sobre Serro e Diamantina: Reis e Gomes, op. cit., p. 19, 2021.

<sup>152</sup> Cf. Gomes, op. cit., p. 220, 2002.

Os rumores, entretanto, eram também parte de uma rede mais ampla de circulação de informações e notícias. E nesse caso a primeira metade do século XIX foi especialmente inovadora quanto aos jornais e a circulação da palavra impressa (que, nas ruas, ganharia não raras vezes a dimensão oral). Conforme Morel, consideramos a difusão da imprensa como um fator interessante a ser pensado na formação dos espaços históricos o qual atuaram os cativos:

é instigante compreendê-la como um dos mecanismos de participação política, com sua própria especificidade e ritmos, mas interligada a outros destes mecanismos que transcendiam a palavra impressa, como: pertencimento às sociabilidades (institucionalizadas ou não), lutas eleitorais e parlamentares, exercício da coerção governamental, movimentações nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada (por meio de motins, rebeliões, etc.) e, sobretudo, formas de transmissão oral e manuscrita tão marcantes nas sociedades daquela época. A compreensão da imprensa do início dos Oitocentos sob essa ótica indica, portanto, um circuito no qual a palavra impressa estava inserida e não uma espécie de papel sagrado ou exclusivamente “elitista”, já que seus conteúdos podiam relacionar-se de forma dinâmica com a sociedade, apesar dos diferentes públicos a que cada periódico podia pretender alcançar, o que se verifica por certa variedade de linguagem, estilo e preço. A fronteira entre manifestações letradas e orais pode, em alguns casos, ser relativizada.<sup>153</sup>

Neste sentido, a imprensa é tomada como não restritamente pertencente ao mundo dos letrados e das autoridades, mas antes compreendendo tal como se dava no início do Oitocentos, segundo Morel, de forma a se confundir e adentrar outros espaços, informando, por exemplo, parte das discussões e conversas - orais, claro - que se via naquele tempo e, infelizmente, que poucos vestígios deixaram. Alain El Youssef argumenta em posição semelhante a de Morel, segundo Youssef:

O aumento do material impresso e a afirmação da legitimidade da opinião pública foram acompanhados de perto pela ampliação dos espaços públicos e do público que debatia temas políticos. Embora os exemplares de jornais e opúsculos fossem vendidos em tipografias ou por meio de assinaturas, seu alcance era muito mais amplo do que o pequeno círculo de assinantes da época. Graças ao caráter híbrido da opinião pública brasileira, as práticas individuais de leitura tardaram a excluir por completo a tradição colonial da leitura oral (coletiva, portanto) de textos, tanto no âmbito privado (nas residências) como no âmbito público (nas igrejas, sociedades, tavernas, cafés, ruas etc.). Tal prática facilitava a vida daqueles que, desejosos de saber o conteúdo das notícias, estariam impedidos de ter acesso a elas por serem analfabetos. Isso significa dizer que, muito provavelmente, as leituras coletivas permitiam a essa enorme parte da população do Rio de Janeiro - inclusive os escravos - inteirar-se de boa parte das notícias, artigos e debates publicados nas gazetas de todo o Império português.<sup>154</sup>

<sup>153</sup> Cf. MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005. p. 617-618.

<sup>154</sup> Cf. Youssef, op. cit., p. 68, 2016.

Assim, não deve surpreender que diversos segmentos da população, “inclusive os escravos”, tivessem contato, caso quisessem, com as novidades não só do Império Português, mas também de todo o mundo atlântico<sup>155</sup>. Ao concordamos com alguns dados para diferentes regiões do país nas primeiras décadas do XIX, podemos sugerir uma presença importante dos jornais na “politização do cotidiano” e, portanto, no circuito de informações que informaram os diferentes agentes históricos.

No caso do Recife entre 1821 e 1822, segundo Denis Bernardes, foram criados 9 jornais, no biênio seguinte (1824-24) outros 13 jornais. Ainda que dados sobre a tiragem e a circulação deles, “vários dos quais decididamente antiabsolutistas”, sejam difíceis de encontrar, para o autor “não é possível passar ao largo da existência de uma imprensa assumidamente política, cuja influência não pode ser minimizada”<sup>156</sup>.

Já no norte do país, na região da Amazônia, já tumultuada por sua condição de fronteira com justamente uma colônia francesa, em 1821 a imprensa por lá chegava. Magda Ricci em um trecho bem objetivo conta como se deu essa chegada, se atentando também para o “problema” que aquilo representava para as autoridades locais. Nos diz a historiadora:

Em 1821 as autoridades do Grão-Pará, mal acabando de conter um levante político e miliciano que pretendia alcançar a separação de Portugal e a união com o Brasil, já estavam com novo problema, constituído pela chegada de um incendiário cidadão: Felipe Alberto Patroni Maciel Parente, que trazia, de Lisboa e do Porto a imprensa e muitas ideias perigosas. Começou espalhando pelas ruas da cidade uma circular que tinha como divisa na frente “duas mãos dadas, uma branca e outra preta”. Depois teceu um plano de eleições publicado no jornal *Indagador Constitucional*. Por ele, cada deputado deveria representar 30 mil almas, entrando neste número os escravos. Acrescentava Patroni que esses africanos, mais do que ninguém, deveriam ter “quem se compadecesse deles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhe restituam seus direitos”<sup>157</sup>.

A imprensa começava a surgir nos mais diferentes lugares do país e, não raro, com tons que pareciam ameaçar a ordem vigente. Nem toda a imprensa era revolucionária, é verdade, mas talvez seja possível pensar, como hipótese, de que para os homens e mulheres daquela época, o próprio surgimento de uma imprensa relativamente livre, tratando de temas sensíveis para a ordem estabelecida, pudesse ser por si só algo *revolucionário*. Tal sugestão

---

<sup>155</sup> Segundo Flávio Gomes, “no contexto de apreensões nas áreas de fronteiras, entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa, as autoridades portuguesas admitiram que na região chegavam, fácil e rapidamente, notícias a respeito de conflitos, envolvendo metrópoles na Europa, o que era ‘sabido, pelas gazetas que chegam da Europa, e até mesmos os escravos as não ignoram’”. Cf. Gomes, op.cit., p. 236-37, 2002.

<sup>156</sup> Cf. BERNARDES, Denis. *A gente ínfima do povo e outras gentes* na Confederação do Equador. In: DANTAS, Monica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 150

<sup>157</sup> Cf. Ricci, op. cit., p. 198, 2020.

nos levaria, novamente, a sublinhar as novidades e inovações de ser e estar no mundo no alvorecer do século XIX<sup>158</sup>. Nesse sentido, os Correios também tiveram papel importante:

Outro espaço público que ganhou notoriedade durante o período joanino foram os correios: como notou um contemporâneo, “o povo de todas as classes” amontoava-se nesse estabelecimento à espera de “notícias políticas, militares, e rurais” do Velho Mundo. Boa parte delas provinha de correspondências de parentes e amigos, mas também de jornais redigidos em Portugal, na Inglaterra e na França que eram enviados pelos mesmos. Facilmente esses periódicos - caso *d'O Investigador* Português na Inglaterra, *d'O Espelho*, *d'O Campeão Português* ou *O Amigo do Rei e do Povo*, *d'O Correio Braziliense* e de outros - eram comercializados em lugares públicos onde, muitas vezes lidos em voz alta, propiciavam conversas e debates.<sup>159</sup>

Disso podemos ensaiar algumas considerações. A primeira é a proximidade entre os jornais e outros espaços públicos de discussão, dado a manutenção de práticas consideradas típicas do Antigo Regime, como as leituras orais. Em segundo lugar, a existência de certo “internacionalismo” nesses jornais, de modo mais direto, lendo os jornais estrangeiros, ou de modo mais sutil, a partir da tradução de notícias estrangeiras e nos informes sobre o Velho Mundo e as Américas nos jornais aqui publicados. Tudo isso, deve-se acrescentar também o preço<sup>160</sup>, parecem aproximar os jornais do “povo”. Esse cenário, aliás, não passou despercebido pelos próprios contemporâneos dos acontecimentos.<sup>161</sup>

Parece razoável sugerir, portanto, que os jornais contribuíram, certamente de modo mais sutil, para que a consciência e as mentalidades dos diferentes sujeitos e atores sociais,

<sup>158</sup> Segundo, novamente, Alain El Youssef, citando Armitage, de fato parecia uma novidade face o período colonial. Ou seja: “a partir da eclosão do movimento constitucionalista português, vários jornais e folhetos vieram à luz no mundo luso-brasileiro, [...] Armitage asseverou que, enquanto perdurou o período colonial, ‘tal era a ausência de todos os dados de sociabilidade, que podia se afirmar a não existência de uma opinião pública’. No entanto, com o advento das Cortes de Lisboa, a situação teria se alterado por completo: ‘com a abolição da censura, desenvolveu-se uma energia até então desconhecida’, que teria levado, segundo o autor, ao ‘progresso do bem público’”. A título de exemplo: “Em Portugal, na esteira da Revolução do Porto em 1820 e das Cortes, 39 jornais foram publicados em 1821. Na América portuguesa, no mesmo período, o número de opúsculos publicados pela imprensa régia passou de 8 em 1819 e 1820 para 143 em 1821, chegando a 179 no ano seguinte (crescimento também observável noutras tipografias). Ainda segundo Alain El Youssef, o número de jornais criados em 1820, apenas 3, subiu para 26 em 1821, 38 no ano seguinte e 35 em 1823, estimando que 70% desses fossem publicados no Rio de Janeiro”. Cf. Youssef, op. cit., p. 15 e p. 67 2016.

<sup>159</sup> Cf. Youssef, op. cit., p. 63, 2016.

<sup>160</sup> Para Morel: “os jornais periódicos também vendidos na Livraria Plancher custavam entre 40 e 80 réis o exemplar, de acordo com o número de páginas - o que os tornava muito mais acessíveis que os livros. Sabe-se que um escravo de ganho recebia cerca de 80 réis como pagamento diário de trabalho. Sendo assim, não era impossível, hipoteticamente, a um escravo de ganho ou mesmo um alforriado eventualmente comprar um jornal periódico. E era comum, na época, impressos desse tipo transcreverem (e traduzirem, quando era o caso) longos trechos de livros, tornando-se assim veículos de disseminação”. Ademais, noutro texto, reforça a associação entre jornais e livros: “o jornal realizava divulgação (e reinterpretção também) dos livros. Ou seja, mesmo quem não tinha acesso a tais livros poderia eventualmente lê-los em extratos na imprensa [...] Além desta veiculação de livros, a imprensa periódica constituía-se, com frequência no século XIX, em substituta do livro, às vezes mais viável justamente pelo barateamento do custo de impressão e de venda.” Cf. Morel, op. cit., p. 63, 2016; idem, op. cit., p. 623, 2005.

<sup>161</sup> Cf. Youssef, op. cit., p. 69, 2016.

estivessem sintonizadas com acontecimentos políticos em diferentes pontas do Atlântico. Ainda assim, poderíamos questionar: qual a abrangência desse processo para além do Rio de Janeiro? De fato, estiveram presentes na eclosão de revoltas? Há notícias sobre escravos leitores de jornais?

São questões importantes e difíceis. Encontramos algumas pistas que nos indicam algumas respostas - e encorajam nossas afirmações feitas anteriormente. No caso da Cabanagem, por exemplo, Magda Ricci confere lugar de destaque no desenrolar dos acontecimentos aos conflitos travados nas páginas dos jornais, ao mesmo tempo que indica a difusão dos pasquins na cena pública paraense.<sup>162</sup>

Noutros cenários, também durante a Regência, os jornais informaram a ação dos revoltosos. É o caso da Farroupilha, no Rio Grande do Sul, segundo Sandra Pesavento. A inspiração filosófica dos revoltosos, ao menos aquelas proclamadas pelos próprios, como o exemplo federalista dos Estados Unidos ou a justiça de remover governos tiranos em Rousseau, entrava no Sul do país de modo muito concreto e ajudou a fomentar a perspectiva dos atores - nesse caso provavelmente das lideranças - envolvidos na Farroupilha. Segundo Pesavento, “tais ideias circulavam via sociedades secretas, como a maçonaria, entrada na província de São Pedro em 1831, ou imprensa, como o jornal *O Continentino*, ou ainda o Gabinete de Leitura Continentino, onde se reuniam os sediciosos”<sup>163</sup>. Todas formas de sociabilidade características desse momento histórico.

Durante a Balaiada, segundo Matthias Assunção, temos cenário semelhante. “Apesar de sua pequena tiragem, jornais como o *Bem-te-vi* podiam ter influência no interior, pois é muito provável que fossem lidos em voz alta para audiências maiores e analfabetas”, portanto, prossegue o autor, “mesmo que o *Bem-te-vi* não fosse diretamente responsável pela deflagração da Balaiada, acredito que contribuiu para divulgar os pontos programáticos centrais do liberalismo, como a defesa da Constituição e da monarquia”<sup>164</sup>, ou seja: contribuiu

---

<sup>162</sup> “Os pasquins se multiplicavam, e com eles circulavam pelas ruas da capital e do interior as histórias mais diversas sobre o que seria o anticlericalismo e a má postura pública e moral de Lobo de Sousa e Santiago [então presidente da província]. Um jornal como *A Sentinela Maranhense* na Guarita do Pará chegou a publicar vivas à República norte-americana brasileira. Essas publicações precipitaram atitudes mais severas de Lobo de Sousa, que mandou prender Batista Campos e outros panfletários. A fuga do arcebispo dá início a um plano que pretendia destituir o presidente Lobo de Sousa e que culminou em 7 de janeiro de 1835, data da eclosão do movimento cabano”. Cf. Ricci, op. cit., p. 208, 2020.

<sup>163</sup> Cf. PESAVENTO, Sandra. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil Imperial - 1831-1870**. Volume II. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 242. Consultar ainda: GUAZZELLI, César. Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos. In: DANTAS, Monica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>164</sup> Cf. ASSUNÇÃO, Matthias. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Monica Duarte. (org.).

para a politização daquele cotidiano e para a circulação de informações que estiveram presentes nos caminhos que levaram à revolta.

Além desses locais, Magda Ricci nos informa que na região norte, os jornais também influíram na difusão de notícias e informações que, potencialmente, poderiam ser perigosas para os poderosos locais. Não apenas em Belém, mas também no interior, tal novidade política poderia vir a informar a ação de escravos.<sup>165</sup>

Evidentemente mais estudos sobre a tiragem, recepção e circulação desses impressos poderiam iluminar a verdadeira influência da letra escrita no cotidiano do “povo”, dos setores não dominantes da população. Isso não apenas no caso do Pará e do Norte, mas do Brasil como um todo. O que nos parece seguro afirmar que é de fato os “nada discretos ouvidos de escravos” eram uma realidade concreta e percebida pelos contemporâneos.

Ouvidos nada discretos não apenas para notícias lidas em jornais - que poderiam, por exemplo mas não somente, indicar a divisão dos homens brancos - mas também para rumores e boatos falados por escravos tropeiros, por marinheiros, atlânticos ou de cabotagem. Até para a própria circulação de cativos em região de fronteira, tocando territórios onde a escravidão inexistia, como a Banda Oriental no Sul ou a Guiana Francesa no Norte, e por lá vendo e ouvindo informações e fatos que alimentaria suas próprias esperanças de liberdade. Como bem resume Paulo Staudt Moreira, citando Genovese:

Segundo Eugene Genovese, “os brancos falavam demais e os escravos ouviam tudo”. Leituras em voz alta dos jornais diários nas tabernas, conversas dos senhores durante as refeições, escutadas discretamente e atentamente pelos cativos domésticos, e informações que vinham do outro lado da fronteira através de cativos que de lá vinham - todas formas de circulação de notícias de outros mundos onde a escravidão já inexistia. Quando dizemos que a fronteira não é uma linha que divide radicalmente as culturas, mas um local de circulação, de trânsito, de pessoas, de mercadorias, de ideias, pensamos em uma via dupla: escravos iam, fugidos ou não, e voltavam, clandestina ou legalmente.<sup>166</sup>

Ao mesmo tempo que “escravos iam” levando suas experiências, “escravos voltavam” trazendo outros tantos. E aqui, as experiências postas em circulação pelos mais diferentes

---

**Revoltas, motins, revoluções:** homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 304.

<sup>165</sup> “Os jornais e panfletos locais, de Portugal e de outras localidades no Brasil, circulavam pela Amazônia, trazendo as novidades liberais do momento. Entre outros aspectos esses artigos esclareciam uma população muito diversa sobre as opressões sociais a que ela estava submetida e que, até então, eram consideradas normais e comuns: artigos denunciando a opressão do rei ou do imperador sobre os cidadãos brasileiros; outros debatendo o problema de se pensar em uma nação brasileira, que seria constituída e sustentada pelas mãos e pés de escravos e índios. Cada autoridade local tinha que interpretar um volume crescente de notícias, boatos e leis em meio a um universo cheio de nada discretos ouvidos de escravos, índios e homens livres pobres. Isso ocorria em Belém e no interior”. Cf. Ricci, op. cit., p. 196, 2020.

<sup>166</sup> Cf. Moreira, op. cit., p. 454-55, 2021.

agentes sociais, não apenas escravos, contribuíram também para informar o mundo em que estes viviam. Como Linebaugh sugeriu, podemos falar em “bumerangues” atlânticos para dar conta dessa circulação de informações, boatos e notícias que como procurei demonstrar efetivamente circularam nos mais diferentes lugares nas primeiras décadas do Oitocentos.

Em resumo, o que pretendo sugerir aqui para compreendermos o maior número de revoltas escravas nesse período, é o argumento de que a intensa circulação de informações muito característica desse período, lastreada em bases bem concretas como a Abertura dos Portos em 1808, ao decreto de liberdade de imprensa e fim da censura pelas Cortes em 1821 e até mesmo a maior integração do território vista durante e após a Independência, permitiram que uma nova forma de ser e estar no mundo, muito mais influenciada por questões que fugissem da esfera estritamente local ou regional<sup>167</sup>, passaram a informar a ação dos sujeitos. Robin Blackburn, para o caso de Demerara em 1823, chega a falar em “rede negra de comunicações”, em suas palavras: “enquanto os ‘cabeças’ tinham conhecimento das controvérsias a respeito da escravidão, os mercados locais [de Demerara] e o crescimento das congregações de negros encorajavam uma rede negra de informações”<sup>168</sup>.

Quem sabe a noção de “rede negra de informações” possa ser útil para sintetizar em uma expressão uma realidade também existente, ao seu modo, no Brasil. Para o caso de 1773 na província da Paraíba, nas revoltas de 1832 em Campinas e 1833 em Carrancas envolvendo escravos tropeiros em posições de destaque, “cabeças” como diria Blackburn, essa perspectiva pode ajudar a compreender aqueles eventos, atentando para as novidades históricas que, os agentes daquele processo sabendo ou não, marcaram suas vidas e estiveram presente nas escolhas que levaram à revolta.

Trata-se de uma hipótese em aberto, que aprofundada em pesquisas futuras pode vir a dar mais peso à essa dimensão na formação de certa “perspectiva” ou “mentalidade” escrava mais propensa a revoltas e rebeldias coletivas (insurreições, fugas generalizadas, quilombos) na primeira metade do século XIX.

---

<sup>167</sup> Não desprezando as mediações regionais, na verdade ressignificando a própria dimensão local. Isto é, lendo os eventos externos a partir da situação particular interna, e ao mesmo tempo, lendo os eventos internos a partir de notícias “do mundo externo” (atlântico, de outra província, da Capital...).

<sup>168</sup> Cf. Blackburn, op. cit., p. 455, 2002. Flávio Gomes oferece um ponto complementar ao de Blackburn, também se referindo a Demerara: “Quantos aos temores, lembravam - quase que ironicamente - que os cativos em Demerara não precisavam saber ler para se comunicarem e estavam bem informados dos debates sobre escravidão e abolição, fosse através de escravos domésticos, que ouviam conversas de seus senhores, e mesmo de escravos e libertos, que tinham servido algum tempo na Inglaterra”. As fontes de informações eram variadas, sem dúvidas, pesquisas futuras podem testar a validade dessa noção na compreensão de outras tantas revoltas e conspirações no Brasil. Cf. Gomes, op. cit., p. 241, 2002.

Nessa esteira, é seguro afirmar que uma das “notícias” que potencialmente mais poderia informar uma consciência rebelde dos escravos no Brasil é aquela que vinha do lado francês da ilha de Hispaniola, a partir de 1791. A Revolução de São Domingos, nesse sentido, não é tomada isoladamente como único fator a povoar a imaginação dos escravos. Na verdade, faz parte de todo esse espaço de experiência revolucionário que se formava no alvorecer do século XIX. A Era das Revoluções chegou de variadas formas no cotidiano dos escravos, o Haiti sem dúvida foi uma delas.

### 3.1.4 Haiti e haitianismo no Brasil

Para Robin Blackburn: “é quase impossível exagerar o impacto da revolução haitiana sobre o destino da escravidão colonial”, já segundo Flávio Gomes e Carlos Soares: “entre fins do século XVIII e inícios do século XIX o Haiti ocupou para as Américas escravistas um espaço semelhante ao de Cuba após a Revolução de 1959 para a América Latina.”<sup>169</sup>. De fato, a Revolução de São Domingos foi um evento ímpar em toda a história colonial e escravista<sup>170</sup>. Seus desdobramentos são quase tão significativos quanto a Revolução em si.<sup>171</sup>

A primeira revolta escrava em larga escala bem sucedida, o primeiro Estado moderno nos trópicos, na América Latina, experiência jamais vista de abolição da escravidão por meio o da rebeldia direta... Em muitos sentidos, a revolução de São Domingos foi verdadeiramente extraordinária. Por essas razões que os eventos na parte francesa da ilha de Hispaniola obtiveram tanta repercussão.

Explorar a relação entre a Revolução do Haiti e as revoltas escravas no Brasil durante a primeira metade do século XIX é, entretanto, tarefa difícil. Por um lado, pela própria documentação da época, na medida em que, segundo Soraya Freitas, desde sua eclosão, em 1791, diferentes silenciamentos quanto à revolta foram produzidos. Porém, prossegue a autora, “silenciar as repercussões seria, talvez, o ideal, mas não era possível”<sup>172</sup>. A revolta dos

<sup>169</sup> Cf. Blackburn, op.cit., p. 43, 2002; Gomes e Soares, op. cit., p. 136, 2002.

<sup>170</sup> Sobre a Revolução do Haiti, consultar a primeira parte de Morel, op. cit., p. 39-131 2017; e JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>171</sup> Para Geggus: “the slave uprising that began in August 1791 and transformed the immensely wealthy colony was probably the largest and most dramatically successful one there has ever been. It produced the world’s first examples of wholesale emancipation in a major slaveowning society (1793), and of full racial equality in an American colony (1792). [...] Haiti became Latin America’s first independent country, the first modern state in the Tropics. [...] All this occurred in a world dominated by Europeans, where slavery and the slave trade were at their apogee, and where ideas about racial hierarchy were gaining in legitimacy”. Cf. Geggus, op. cit., p. IX, 2001.

<sup>172</sup> Suas palavras são esclarecedoras também ao se referir aos “acontecimentos” do final do XVIII, insisto: o Haiti é *parte* de uma época revolucionária. Para Freitas: “Os acontecimentos que tiveram lugar na segunda metade do século XVIII e no alvorecer do século XIX foram ao mesmo tempo, empolgantes e aterradores, surpreendentes e assustadores, inesperados e inevitáveis. Assim, mais do que dizer ou nomeá-los, tais fatos



escravos em São Domingos repercutiu nas terras brasileiras, porém sempre nessa condição de tema “sensível”, afinal tratar de uma insurreição escrava que logrou êxito em uma sociedade profundamente escravista como a brasileira era algo, potencialmente, perigoso (como veremos a seguir, em alguns casos falar do Haiti era até caso de polícia).

Além da dificuldade “política”, resta aquela pertencente ao próprio modo como as comunicações eram empreendidas na última década do XVIII e no começo do XIX, profundamente oralizadas. O muito citado caso dos milicianos no Rio de Janeiro, portando medalhinhas com a figura de Dessalines, oferece um exemplo claro quanto a isso. Segundo Marco Morel:

É interessante registrar que, antes mesmo dos primeiros jornais luso-brasileiros - Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro - as notícias da Revolução do Haiti chegavam, mais rapidamente, pela transmissão oral entre setores pobres e livres da população, negros e pardos. [...] Ou seja, tal episódio de exibição pública de adesão à figura de Jean-Jacques Dessalines [no Rio de Janeiro, em 1805, por milicianos de cor], que declarara a Independência do Haiti em janeiro de 1804 e se coroara imperador em setembro do mesmo ano - já circulava pela capital do território brasileiro e escravista poucos meses depois. E de forma iconográfica, extrapolava a palavra impressa. É plausível, pois, que tais informações tenham chegado pela transmissão oral, por via marítima, mas também baseada em papéis (manuscritos ou impressos) e símbolos visuais. E a rápida adesão dos milicianos no Rio de Janeiro mostra que eles já acompanhavam os acontecimentos e seus significados anteriormente. Evidencia-se a circulação das palavras faladas, manuscritas, impressas ou de símbolos desenhados.<sup>173</sup>

Portanto, já em 1805 havia conhecimento dos idos de São Domingos no Brasil, inclusive entre os setores intermediários da população - provavelmente também escravos. No entanto, muito desse conhecimento não ficou registrado. O episódio de 1805, a partir dessa perspectiva, é indicativo de toda um circuito maior de informações acerca do Haiti. Porém, e nessa mesma linha, argumenta ainda Marco Morel, autor do trabalho mais completo produzido no Brasil<sup>174</sup> sobre as dificuldades de dimensionar o impacto do Haiti no Brasil:

As repercussões dos eventos e personagens da ilha caribenha entre os trabalhadores escravizados no Brasil ocorreram, está claro, mas os registros, detectáveis em fragmentos, ainda não chegam a ser suficientes para consolidar um conjunto de conhecimentos históricos com tendências bem delineadas. Acredito mesmo que nunca saberemos com clareza as dimensões destas circulações de ideias e informações sobre as lutas na colônia de São Domingos e no Haiti independente, com seus efeitos variados entre os

---

causaram em quem os vivenciava a impressão de estar presenciando algo indiscutivelmente novo, por vezes, causando a suspensão da palavra sob a forma do silêncio”. Cf. Freitas, op. cit., p. 1, 2011.

<sup>173</sup> Cf. Morel, op. cit., p. 226-27, 2017.

<sup>174</sup> Aqui concordamos com João José Reis e Flávio Gomes, op. cit., 2021.

cativos brasileiros, pela escassez de fontes documentais que captassem tais fagulhas, fogueiras e queimadas em referência direta com a Revolução Haitiana.<sup>175</sup>

É a partir dessas condições que a seguinte reflexão segue. Ademais, importa dizer que, por isso mesmo, todas as menções ao Haiti aqui arroladas devem ser tomadas como *parte* do que de fato circulou à época. Provavelmente outras menções, conversas, discussões, inspirações e debates acerca dos negros de São Domingos ocorreram e não deixaram nenhum registro<sup>176</sup>. Apesar dessas limitações, particularmente próprias de acontecimentos como a Revolução Haitiana, sobreviveram registros e indícios de como o Haiti foi interpretado no Brasil. É neste chão que caminhamos. Aliás, na historiografia sobre a Revolução, comumente vemos três tipos de leitura dos significados que os eventos do Haiti tiveram no Brasil.

A primeira abordagem tende a destacar o impacto positivo do Haiti para a luta dos negros livres, reinventando maior igualdade racial e direitos iguais aos de qualquer homem livre, sem distinção de cor (mas ainda de posição social). Ademais, essa perspectiva também considera os setores intermediários da sociedade, nem senhores e nem escravos<sup>177</sup>. Já a segunda ressalta o impacto para as classes dominantes, indo em duas direções: a) os sempre temerosos senhores de escravos, com medo de que o “Haiti fosse aqui”, isto é, se repetisse em seus domínios; e b) enquanto recurso teórico a fim de legitimar maior controle e repressão sobre a escravaria, isto é, instrumentalização do medo que a revolta em uma sociedade escravista causara<sup>178</sup>. A terceira, por sua vez, tende a pensar o impacto do Haiti para a mentalidade dos escravos, bem como o papel da Revolução no desenvolvimento e eclosão de revoltas escravas<sup>179</sup>.

Nosso foco aqui está direcionado à terceira abordagem, buscando compreender a Revolução de São Domingos a partir da perspectiva dos escravizados. É nessa direção que retomamos as considerações de David Geggus. Para ele, tendo por objeto as revoltas no *Greater Caribbean*, existiram quatro formas de compreender os impactos do Haiti na eclosão

<sup>175</sup> Cf. Morel, op. cit., p. 305, 2017.

<sup>176</sup> Uma vez que, segundo mais uma vez Marco Morel, a tradição oral foi aqui especialmente marcante: “ainda mais numa sociedade como a brasileira, com marcante tradição oral, escassa experiência letrada e recente produção de imprensa. A letra saída da tipografia mergulhava num mar de oralidade (vozes, rumores e conversas), salpicado de manuscritos. E foi através de palavras que o exemplo da Revolução do Haiti chegou, se propagou e foi reinterpretado no Brasil”. Cf. idem, *ibid.*, p. 227.

<sup>177</sup> Cf. Silva, op. cit., 2016; SILVA, Luiz G. Negros de Cartagena y Pernambuco en la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840). *ACHSC*, Bogotá, v. 40, n. 2, p. 211-240, dec. 2013. Aqui também situa-se o trabalho de Marco Morel citado em nota acima, seu foco está nas “representações positivas” que o Haiti e a Revolução encontraram no Brasil.

<sup>178</sup> Cf. Marquese e Parron, op. cit., 2011; YOUSSEF, Alain El. Haitianismo em perspectiva comparada: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX). **4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, p. 1-29, mai. 2009.

<sup>179</sup> Cf. Geggus, op. cit., 1989, 2001, 2011; Reis, op. cit., 1996, 2000; e Reis e Gomes, op. cit., 2021.

das revoltas. A primeira seria aquela em que haitianos ou franceses estivessem, comprovadamente, imbricados na revolta, sendo, portanto, agente decisivo nos movimentos revoltosos (“in this group are the 1795 uprisings in Grenada, Dominica, and Saint Vincent [...] The 1800 rising on Curaçao [...] and the 1799 Maracaibo conspiracy [...]). A segunda consiste em conspirações e revoltas que eclodiram por acreditarem que receberiam apoio direto dos haitianos ou franceses simpáticos à Revolução de 1791 (“of these, the bloody Coro insurrection (1795) [...] As in other Spanish American rebellions of that year, [...] Gabriel Prosser's conspiracy in Richmond, Virginia (1800)”). Já a terceira e penúltima categoria proposta por Geggus, está nas revoltas que contaram com a participação ativa de “negros com nome francês”, à diferença da primeira categoria, os envolvidos aqui não estariam ligados necessariamente à intenção de “exportar a revolução”, mas apenas com alguma origem ou marca francesa (“francês” à época soava como algo subversivo, revolucionário...) <sup>180</sup>. Por fim, a quarta categoria proposta por Geggus é aquela mais flexível, em que estaria presente o exemplo, as leituras internas e o impacto do Haiti na eclosão dos movimentos.

Nesse sentido, a partir de Geggus, podemos vislumbrar diferentes caminhos que a Revolução de São Domingos poderia trilhar nos variados e diferentes lugares das Américas. Mais do que uma “única forma válida” de se verificar a presença do Haiti na América Portuguesa e o no Império, consideramos que os efeitos possíveis são variados (ao menos 4). Resta, portanto, compreender quais foram esses desdobramentos no Atlântico Sul.

Uma das presenças mais diretas do Haiti e das “ideias francesas” no Brasil deu-se no norte do país, sobretudo na região fronteiriça com a Guiana Francesa. Afinal, sob a ótica das autoridades coloniais de então, o Haiti era muito mais produto das influências francesas revolucionárias, do que da leitura e agência própria dos negros livres e escravos de São Domingos. É dizer que o temor em torno dos “franceses” é o mesmo do temor de que o “Haiti fosse aqui”. No Norte, como dito, esse foi um medo constante:

Nas últimas décadas do século XVIII, autoridades coloniais ficaram sobremaneira sobressaltadas. ‘Temiam que os cativos - principalmente os sob o domínio português - entrassem em contato com ‘idéias perigosas’ a respeito de revoluções, que chegavam da Europa e do Caribe através de Caiena. Os principais exemplos de ‘contágio’ eram a Revolução Francesa, a

---

<sup>180</sup> Aqui os exemplos são vários: “Negros franceses appear in several Cuban rebellions in the period 1795-98, in the Boca Nigua uprising (1796), in the failed Pointe Coupée and Cartagena revolts, and in one of the Puerto Rican conspiracies of 1822; (another was betrayed by French blacks). Charles Deslondes, leader of the 1811 uprising in Louisiana, was a free colored from Saint Domingue, as was one of the supposed instigators of the Ibo conspiracy in Jamaica (1815), and a participant in the 1795 Curaçao rising. French slaves also took part in one of the 1824 conspiracies in Jamaica”. Os trechos citados são, respectivamente: Geggus, op. cit., p. 113, 114 e 115, 1989.

Revolução de São Domingos e as insurreições escravas (guerras *maroons*) da Jamaica e das Guianas. A preocupação maior das autoridades coloniais portuguesas era com as regiões fronteiriças, devido ao impacto que poderiam causar aos escravos as notícias da Abolição nas colônias francesas e, mais tarde, na Venezuela, em função das lutas de independência na América Espanhola. Autoridades portuguesas declaravam-se apreensivas quanto ao que os ‘franceses têm praticado nas suas ilhas, a respeito dos escravos’. O então Governador do Grão-Pará, dois anos depois, detalharia ao Vice-Rei o pânico que rondava as fronteiras. Mesmo assim, pouco acreditava que poderia ocorrer uma invasão dos franceses em terras lusitanas. A seu favor avaliava a própria insubordinação escrava que ocorria naquela colônia vizinha. Por precaução, mandou vigiar os navios vindos de Caiena e os que navegavam o rio Cassipure.<sup>181</sup>

Outros tantos episódios foram registrados, conforme Flávio Gomes, naquele tempo e naquele espaço, animados pelo temor de que “franceses” - quaisquer sujeitos potencialmente subversivos - instauraram cenas como as vistas no Haiti no Norte do país. A chegada de duas embarcações vindas de Caiena em 1798, à cidade de Belém, com o objetivo de “recrutar” pretos refugiados “foi acompanhada de grande tensão”. O que mais provocava tais receios, era as possibilidades de propaganda revolucionária e rumores de insurreição. Francês próximos ao Oiapoque também causariam temor, o medo era de que viessem para “agitar os escravos”. Logo abateu-se o controle, uma das preocupações que motivaram investigações foi se os franceses “traziam livros, manuscritos ou folhetos”. Ainda mais, segundo Gomes, essas medidas de controle não eram opção estritamente provincial. Afinal, o Governador do Grão-Pará, por meio de ordens secretas, era instruído a proceder “grande vigilância sobre todos aqueles indivíduos que por palavras ou por conciliábulos e especialmente pela manifestação dos falsos e desastrosos princípios, que têm infestado toda a Europa”. Outros tantos exemplos, do mesmo teor, poderiam aqui ser arrolados<sup>182</sup>.

Com efeito, surge no período, de modo bem semelhante com o descrito para o caso do norte do país, o temor de que “o Haiti fosse aqui” em diferentes lugares do Brasil<sup>183</sup>. Isso se traduziu de modo concreto no surgimento da expressão “haitianismo” no Brasil do século XIX. Segundo Morel, o termo surgiria em 1831, no contexto da proibição do tráfico atlântico e da Abdicação de Pedro I. No entanto, não decorre apenas de “um conflito estritamente

<sup>181</sup> Cf. Gomes, op. cit., 2002, p. 217.

<sup>182</sup> Idem, ibid., p. 218.

<sup>183</sup> Como argumenta Flávio Gomes, os espaços “transnacionais” podem ser vários, as *plantations* eram, por sua posição intrinsecamente ligada à economia-mundo, um desses possíveis locais: “Significados locais (mesmo translocais, considerando as interconexões atlânticas) sobre São Domingos/Haiti cruzariam fronteiras. O exemplo de áreas coloniais com disputas internacionais é elucidativo deste movimento histórico de ressignificação. De início, podemos pensar - não só em áreas de fronteiras - as *plantations* como espaços transnacionais. Se isto valeu para as estruturas, via de regra enfatizadas somente as econômicas e/ou num movimento quase virtual de imaginários e mentalidades, valerá também para a agência humana”. Cf. Gomes, op. cit., p. 216, 2002.

político, mas significou o ponto de partida de uma verdadeira explosão da palavra pública como expressão de embates sociais que viriam a marcar os nove anos seguintes do período das Regências<sup>184</sup>. Qual seria significado?

Qual a definição de “haitianismo”? [...] cronologicamente, foi uma expressão de época. Haitianismo (e seus derivados) tinha sentido acusatório e fazia parte da lógica de medo e ocultação: a palavra passou a existir no Brasil no ano marcante de 1831, especialmente na Bahia e no Rio de Janeiro, e não era inocente. Antes do vocábulo, tais ocupações já existiam. Embora repetido à exaustão na imprensa, no Parlamento, em conversas particulares e até em processos judiciais, o termo não chegou a frequentar dicionários. Tinha característica pejorativa: indicava o incitamento à rebelião de escravos, apontava uma iminente ação destruidora e violenta da ordem social e política, de conotações raciais visando desqualificar adversários, em geral, inocentes de tais acusações. Associava automaticamente republicanismo, antirracismo, crítica da escravidão e abolicionismo, na intenção de enfraquecê-los. Ou seja, pode-se dizer que, nesta linha, haitianismo tinha uma acepção antihaitianista, paradoxalmente. Assumir explicitamente a condição de haitianista no Brasil da primeira metade do século XIX era um crime hediondo, pelas leis e pelos costumes predominantes. Ou seja: ainda que favoráveis a aspectos da Revolução do Haiti, os protagonistas não assumiam tal denominação derivativa, salvo exceções.<sup>185</sup>

Compreender o que significa “haitianismo” naquele contexto significa captar de quais modos a Revolução de São Domingos se traduziu na vida dos escravos no Brasil. Autores como Washington Nascimento, Flávio Gomes e Lilia Schwarcz ao discutir o significado do termo, concordam que significa o medo de que “o Haiti fosse aqui”<sup>186</sup>. Para Gomes:

Havia tanto uma circulação da experiência da sedição quanto uma avaliação temerosa de autoridades e dos fazendeiros quanto à possibilidade de articulação entre tal experiência e a subversão no contexto do final do século XVIII. É possível considerar diferentes interpretações nessas evocações e imagens do Haiti no Brasil escravista. Os temores de São Domingos do século XVIII foram transformados em “haitianismo” no século XIX, significando, além das possibilidades de revoltas de escravos, também a mobilização política incluindo libertos e a população negra letrada. Assim, o termo ainda foi utilizado para denunciar conspirações, ajuntamentos da população negra, e não apenas da população escrava. Vários significados surgiriam. Para escravizados, a experiência de São Domingos e depois do Haiti representava liberdade e o fim da escravidão. Para fazendeiros e autoridades, de uma forma geral, a imagem era estendida a massacres raciais

<sup>184</sup> Morel, op. cit., p. 258, 2017.

<sup>185</sup> Morel, op. cit., p. 22-23, 2017.

<sup>186</sup> Cf. NASCIMENTO, Washington. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). *Dimensões*, Vitória, v. 21, p. 125-142, 2008; SCHWARCZ, Lilia. *Matriz haitiana*. SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. (orgs.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

e conspirações de negros Além do mais, esses variados significados seriam constantemente redefinidos.<sup>187</sup>

No entanto, parece que mais do que esperança para os cativos, o Haiti parece ter assustado mais os senhores. Ao menos é o que diz boa parte da historiografia sobre o assunto. Segundo João José Reis, por haitianismo entende-se a expressão que “definiria a influência daquele movimento sobre a ação política de negros e mulatos, escravos e livres nos quatro cantos do continente americano”, no entanto, para o caso do Brasil, “talvez mais do que as senzalas e barracos, entretanto, o Haiti penetrou, como um pesadelo, as casas senhoriais, os palácios governamentais e mesmo os clubs rebeldes brancos”<sup>188</sup>. Alain El Youssef, em comparação com o caso cubano, onde segundo o autor o impacto foi muito mais sentido, no Brasil “o mesmo evento histórico pouco repercutiu, não se constituindo em um efetivo espaço de experiência que ajudasse a formar um horizonte de expectativas baseado em seu exemplo”<sup>189</sup>. Ou seja, segundo boa parte da historiografia, o “haitianismo” no Brasil foi, mais significativamente, sentido pelas classes dominantes do que pelos cativos<sup>190</sup>.

Ademais, muito se discute sobre o impacto do Haiti nos negros livres no Brasil. Se concordarmos com Luiz Geraldo Silva, Rafael Marquese e Tâmis Parron, a Revolução de São Domingos - para além das autoridades - se fez presente também significativamente entre os afrodescendentes libertos. Silva sustenta sua posição a partir do caso dos milicianos livres que, em diferentes ocasiões (1805 no Rio de Janeiro, 1817 e 1824 em Pernambuco), manifestaram aberta simpatia ao exemplo do Haiti e de seus governantes. Enfatiza que isso é diferente de enfatizar a revolta de São Domingos e seus escravos. Nesse caso, o Haiti seria tomado mais como instrumento de luta política na batalha por mais espaço na arena pública, igualdade de direitos e fim da discriminação<sup>191</sup>. Nesse cenário, “después de la era de las

<sup>187</sup> GOMES, Flávio. Haitianismo. In: SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. (orgs.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 137.

<sup>188</sup> Reis, op. cit., p. 248-49, 2000.

<sup>189</sup> Youssef, op. cit., p. 26, 2011.

<sup>190</sup> Marco Morel, novamente, capta muita bem esse dimensão: “Em poucos momentos da história do Brasil a sociedade rebelou-se e revelou-se com tal intensidade. Diante deste quadro - em geral taxado de confuso, caótico e tumultuado pela historiografia mais conservadora - não só os caminhos de efetivação da nação e do Estado ficaram abalados, como a própria escravidão foi questionada, seja pela presença mais visível dos escravos neste ambiente de tensões, como pelos embates políticos que resultaram na proibição formal, ainda em novembro de 1831, do tráfico atlântico de escravos. Deste modo, pode-se entender o surgimento e os usos da expressão haitianismo e seus derivados como reação dos setores que defendiam a manutenção do tráfico atlântico e da escravidão, diante dos que contestavam o ‘infame comércio’ e questionavam, ainda que de forma reformista ou moral, o trabalho escravo”. Morel, op. cit., p. 259, 2017.

<sup>191</sup> Segundo Geraldo Silva, “al principio del siglo XIX, cuando informaciones sobre la revolución de Saint-Domingue se volvieron más abundantes en la figuración englobante del mundo atlántico, así como cuando se concluyó el proceso revolucionario haitiano, se notan entre los afrodescendientes libres y libertos de Brasil manifestaciones más evidentes y más profundas de interés, aprecio y admiración por individuos y grupos sociales situados en la elite del nivel más bajo de la sociedad del Caribe francés.[...] Ciertamente es que fue sobre todo entre los

revoluciones ellos consideraban la igualdad como un derecho universal, accesible a todos los ciudadanos libres”, já livres da influência dos valores típicos do Antigo Regime, ou seja, “independientemente de su pasado, de sus vínculos con las máculas ancestrales determinadas por la nobleza y por las órdenes religiosas vinculadas a ella”. O Haiti e a Era das Revoluções havia provocado, segundo Silva, uma outra perspectiva no horizonte dos negros livres: “ahora era posible tener derechos: ser votante y ser elegido, asumir rangos en el ejército y en las milicias, y acceder a empleos públicos, hasta entonces prohibidos a los afrodescendientes”<sup>192</sup>. Sintetiza essa perspectiva Rafael Marquese e Tâmis Parron:

Não estamos afirmando que o ativismo escravo não teve impacto nos rumos políticos da América portuguesa entre 1791 e 1817, mas sim que ele foi de natureza distinta do que se verificou em Cuba, sem guardar relações diretas com a experiência imediata do Haiti. Sem sombra de dúvidas, tal experiência inovou profundamente o “repertório de contestação” negra no mundo atlântico, passando a fazer parte do horizonte de expectativas de todos seus atores após 1804, independentemente de posição civil, social ou étnica. No entanto, a sua lembrança sempre esteve bem mais presente, no Brasil, na boca das autoridades do que nas ações escravas. O grande problema a ser enfrentado pelos poderes escravistas da América portuguesa estava alhures, na politização do lugar social ocupado pelos grupos egressos do cativo. Esta talvez tenha sido a grande lição de 1817 para a aprendizagem da política da escravidão no período em tela: a participação dos estratos racialmente subalternos —porém livres— na contestação à ordem absolutista portuguesa, em uma atuação que se-guia lógica própria.<sup>193</sup>

Assim, o Haiti teria chegado e informado mais a autoridades e os afrodescendentes livres de cor no Brasil, do que propriamente os escravos. A historiografia é quase uníssona nesse sentido. Não estamos aqui em condições de contestar tais proposições - que também nos parece, face o material analisado, correta. Na verdade, pensar o Haiti nesse trabalho soma-se ao esforço de compreender o quadro que se formava, com diversas novidades, na primeira metade do século XIX. Por um lado, como vimos, há um processo de “politização do cotidiano”, alimentado pela “comunidade atlântica” que trazia e fazia circular, provavelmente por meio de “redes negras de informações”, rumores, notícias e boatos no país. O Haiti portanto, não é tomado isoladamente. Nessa perspectiva, é parte de um processo mais amplo de conformação de um quadro histórico particularmente favorável à revoltas escravas (nem sempre bem sucedidas, é verdade). Ajudava a informar o horizonte de expectativas dos escravos naquela quadra histórica.

---

afrodescendientes libres y libertos, mayoritariamente entre aquellos involucrados en las tensiones típicas de la fase de transición entre la sociedad de tipo antiguo y la sociedad de tipo democrático y representativo, donde se encuentran evidencias más directas acerca del interés, aprecio y admiración por la revolución de Saint-Domingue. Y los milicianos tenían un papel central entre ellos”. Silva, op. cit., p. 228-29, 2016.

<sup>192</sup> Silva, op. cit., p. 223, 2013.

<sup>193</sup> Marquese e Parron, op.cit., p. 36, 2011.

Talvez nesse ponto novas pesquisas possam colaborar para testar essa informação, não tanto procurando “influências diretas”, como Geggus apresenta no Caribe, mas sim as sutilezas que podem indicar que sementes de haitianismo eram plantadas na mentalidade escrava. Florescendo, quem sabe, em outros atos de rebeldia. Acompanhar alguns sujeitos que, efetivamente, “lançaram essas sementes de rebelião” pode ser um caminho interessante.

Joaquim José Ribeiro é um desses sujeitos. Nascido em 1755, talvez o padre tenha sido “o único brasileiro a testemunhar as rebeliões em São Domingos (1791-1804), a conhecer André Rigaud (1761-1811), Toussaint L'Ouverture (1743-1803) e ver a coroação de Jean-Jacques Dessalines (1758-1806) em 1804”. No Norte do país, deu trabalho às autoridades, posto que “em conversas, ‘deplorou muito a sorte deles [escravos]’, afirmando que ‘todos eram filhos de Deus, e nenhum motivo havia para serem escravos dos brancos. mostrando-lhes o exemplo dos de São Domingos, que até têm chegado a ser reis’”, uma vez que ele mesmo, quando de sua ida para o Haiti, “teria presenciado a coroação de um ex-escravizado”. Ou mesmo de Joaquim Cândido Meirelles (1797-1868), acusado diferentes vezes de “disseminação de propaganda para o ‘assassinato dos brancos, e a necessidade de cruzamento das raças’. Houve inclusive insinuações de que ele estaria sob a influência do abade Henri Grégoire (1750-1831), com quem tivera contatos na França”. Ou de Pedro Valentim, acusado de junto de dois haitianos estarem espalhando mensagens revolucionárias e contra os brancos na rua dos Latoeiros em 1831 no Rio de Janeiro<sup>194</sup>.

Portanto, uma outra leitura, complementar às duas mencionadas anteriormente, pode ser feita em torno do Haiti no Brasil. Nessa leitura, e na perspectiva aqui empregada de tomar o Haiti como parte da Era das Revoluções, os ventos de São Domingos conformariam o espaço histórico no qual os escravos atuavam. De tal modo que o simples temor por parte da classe dominante, já alterava a vivência dos escravos.

Segundo Flávio Gomes, uma rebelião de negros que pusera fim à escravidão e massacrara os brancos, era um dado inédito deveras assustador para os senhores de escravos<sup>195</sup>. A *possibilidade* de algo semelhante, devia estar presente (provavelmente levada

---

<sup>194</sup> Gomes, Laureano, Schwarcz, op. cit., p. 300-301 e 479-80, 2021.

<sup>195</sup> Segundo Carvalho, isso poderia se traduzir de modo muito concreto. Cita o exemplo do Recife, onde em 1823, a punição para um escravo preso com alguma arma na mão era de cinquenta chicotadas, dobrando para cem em 1826. Havia o medo de “haitinizar” o país. Cf. CARVALHO, Marcus. Os negros armados pelos brancos e suas independências no nordeste (1817-1848). In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.



por meio da “comunidade atlântica”)<sup>196</sup> conscientemente ou não, na vida da sociedade brasileira na primeira metade do XIX:

Fontes fragmentadas e dispersas pouco revelam sobre as formas de apropriação das ideias de liberdade envolvendo o Haiti. Há indícios, porém, de como os senhores e o poder público andavam atemorizados. Mais que planejar uma grande revolta, cativos, libertos, africanos, crioulos e mulheres e homens negros livres podiam compartilhar diferentes significados do que acontecera no Haiti, como um fenômeno que amedrontava os proprietários escravocratas. Além do mais, a partir do haitianismo se reconhecia a mobilização política negra e, fundamentalmente, a possibilidade de os protestos acabarem com a escravidão no Brasil. De Pedro Valentim, conhecemos apenas o nome. Mas ele, Moiro, Emiliano e outros tantos viraram símbolos da circulação de ideias e de experiências atlânticas, que aproximaram debates e percepções sobre liberdade e escravidão, em face do episódio ocorrido no Haiti e suas repercussões nas Américas. Para eles, “o Haiti era aqui”.<sup>197</sup>

Ainda que seja difícil compreender ao certo o impacto do Haiti entre a população cativa, nos parece seguro sugerir que, no contexto revolucionário que aqui venho esboçando, o Haiti era um dado importante, embora certamente não possa ser superestimado<sup>198</sup>, a informar a ação dos escravos. Ao mesmo tempo, ao informar a relação dos senhores com os escravos, ao que tudo indica suspeitosos quanto a qualquer indício de revolta. Em resumo, insisto que o Haiti tomado isoladamente pode dizer pouco sobre as condições para a maior eclosão de revoltas escravas na primeira metade do XIX, mas visto em perspectiva, no seio de toda uma era revolucionária, foi certamente um ingrediente a mais a conformar tempos especialmente perigosos para a classe dominante<sup>199</sup>.

---

<sup>196</sup> Há ainda informações referentes à propaganda revolucionária produzida no próprio Haiti, segundo Morel: “mesmo no Haiti, noticiava-se que várias cópias de documentos e decretos republicanos franceses foram traduzidas em espanhol, português, holandês e inglês e introduzidas clandestinamente em todas as partes do Caribe, influenciando, inclusive, guerrilhas de grupos de escravos fugidos”. Não encontrei informações, contudo, se essas cópias e documentos produzidas no Haiti chegaram no país. Mas não seria nenhum absurdo supor que sim. Morel, op. cit., p. 232-33, 2017.

<sup>197</sup> Gomes, Laureano, Schwarcz, op. cit., p. 480, 2021.

<sup>198</sup> “É difícil mensurar o quanto o exemplo do Haiti perpassou, de fato, as esperanças de africanos e crioulos escravizados no Brasil. O que se sabe, com certeza, é que o fantasma da insurreição povoou o imaginário dos senhores por todo o tempo em que perdurou a escravidão. Tal fantasma, entretanto, não foi o suficiente para impedir [...] que, na primeira metade do século XIX, se importasse uma quantidade nunca vista de cativos africanos para alimentar a expansão econômica, principalmente do café na região da bacia do rio Paraíba do Sul. Não por acaso, os efeitos de tantos temores foram mais intensos nas regiões de maior concentração de escravos”. Cf. Grinberg, Borges, Salles, op. cit., p. 241, 2011.

<sup>199</sup> Marco Morel cita outros “exemplos positivos” que o Haiti tomou na cena brasileira, sobretudo ligado à questão da independência nacional. Ver: Morel, op. cit., 2017.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As hipóteses acima apresentadas sugerem que, na primeira metade do século XIX, viu-se uma “politização do cotidiano”. A existência de uma “comunidade atlântica”, variadas “redes negras de comunicações” e do “haitianismo” conformaram esse quadro. Mas a presença da Era das revoluções não se esgota aqui. Seria preciso considerar também os momentos de politização explícita vista nesse período histórico, sobretudo a conjuntura da descolonização e da Independência do Brasil e os anos que seguiram a Abdicação até o fim da regência. Ali diferentes movimentos políticos eclodiram. Para Marcus Carvalho, a experiência militar (em uma definição ampla), a participação em questões políticas e as diferentes disputas políticas vistas naquele período, permitiram uma crescente “experiência política” entre os setores livres e marginalizados, inclusive os escravos<sup>200</sup>. O acúmulo de experiências combativas e políticas não era algo alheio à perspectiva escrava, segundo João José Reis, já que tal dimensão foi vista na Revolta dos Malês em 1835, posto que “eram esses líderes e outros escravos ladinos, experimentados em batalhas anteriores, que catalisavam experiência e memória coletivas na construção de uma tradição rebelde na Bahia” - e em outras<sup>201</sup>.

Mônica Dantas sugere, nessa esteira, que para esse mesmo período, sobretudo atenta às revoltas e movimentos de contestação política, havia no Brasil um processo de “aprendizado político” entre a população<sup>202</sup>. Sugiro que, adicionando as considerações aqui

---

<sup>200</sup> Cf. Carvalho, op. cit., 2005; CARVALHO, Marcus. O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Idem. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Monica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2018. Idem. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil Imperial - 1831-1870**. Volume II. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. Infelizmente, por questões de espaço, essa dimensão não pôde ser abordada nesta monografia, mesmo que importante à argumentação aqui ensaiada.

<sup>201</sup> Cf. Reis, op. cit., p. 120, 2012.

<sup>202</sup> “Ainda que essa passagem, de movimentos capitaneados pela elite (em que população agia sob as ordens de tais lideranças) para sedições eminentemente populares, não configure um percurso cronologicamente linear [...] há sem dúvida uma tendência visível que permite a compreensão da passagem das rebeliões para as sedições (como foram juridicamente enquadrados os movimentos que ocorreram na segunda metade do século XIX). Com isso, não se pretende construir uma linha do tempo dos movimentos, de tal forma que uma ocorrência se torne caudatária da anterior, mas questionar até que ponto um aprendizado político da população não se fez concomitantemente a própria formação do Estado brasileiro e, nesse sentido, levantar a hipótese de que as várias brigas intra-elite (regionais ou provinciais) - que contaram sempre com a população livre pobre e liberta nas frentes de batalha (senão mesmo na liderança do movimento após sua deflagração) - permitiram a formação de uma ideia própria da população de direitos, de “garantias do cidadão” (nos dizeres de Raimundo Gomes), e, portanto, de cidadania. Ainda que uma vivência de cidadania que, por não se enquadrar nas expectativas das elites políticas, era de difícil percepção (e compreensão), passando, por vezes, como demonstrações de apego a um mundo antigo (em que sequer se poderia colocar a questão de direitos)”. Cf. DANTAS, Mônica. Homens

feitas, tal hipótese pode ser útil para compreendermos as revoltas escravas e seu “pico” naquele momento histórico.

O argumento que pretendo mobilizar para compreender as revoltas escravas, vistas em dimensão inédita, na primeira metade do Oitocentos caminha na percepção de que naquele momento viu-se, de fato, uma verdadeira “politização do cotidiano”, o surgimento de um “espaço de experiência revolucionário” (como diria João Paulo Pimenta para os homens livres) ou o “acúmulo de experiências” de contestação e revolta. Essas categorias, apenas incipientemente ensaiadas, podem iluminar os modos mais sutis pelo qual a era revolucionária foi vivida no Brasil. Como sugeri em um trecho acima, mesmo que a imprensa que surgia naquele momento não fosse exatamente revolucionária, sua própria existência poderia ser considerada *revolucionária*. Eis um desdobramento sutil de todo um mundo que mudava. E os escravos não estavam alheios a esse processo.

A expansão da “comunidade atlântica” (seja via Abertura dos Portos ou pelo recrudescimento do tráfico até 1850), a existência de uma “rede negra de informações” (a disseminar boatos, rumores e notícias sempre passíveis de serem lidas interessada e parcialmente) bem como o “haitianismo” (a mostrar que *era possível*, negros vencerem os brancos) podem ter informado a decisão dos escravos e sua decisão, arriscada e calculada, de se rebelar.

Nesse quadro, todavia, pesquisas futuras sobre as conjunturas da Independência e da Regência e as revoltas de livres e escravos podem contribuir para o entendimento da politização miúda, do cotidiano, na qual os escravos e escravas viveram seu dia a dia e que, sugiro, contribuíram para a eclosão de revoltas e outros atos de resistência naquele tempo.

Em suma, como Emília Viotti da Costa demonstrou, as estruturas históricas, que escapam do controle e da escolha dos sujeitos, podem ser sentidas de diferentes maneiras nas vidas desses personagens. Se não há dúvidas de que são os homens e as mulheres que fazem a história, não podemos esquecer que não são nas condições por eles escolhidas. O desafio, para o historiador, é justamente captar essas mediações, entre a estrutura e a agência. Foi o que busquei ensaiar nesta monografia, atentando sobretudo para o peso de transformações históricas que estruturaram (mas jamais determinaram) a ação dos cativos que tanto se rebelavam nas primeiras décadas do século XIX.

---

livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 517.

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ANDRADE, Marcos. “Nós somos os caramurus e vamos arrasar tudo”: a história da Revolta dos escravos de Carrancas, Minas Gerais (1833). In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ASSUNÇÃO, Matthias. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.
- ASSUNÇÃO, Matthias. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Monica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2018.
- BERMAN, Diana. A produção do velho e do novo na historiografia brasileira. Debates sobre a escravidão. **Dissertação de Mestrado em História**. PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2003.
- BERNARDES, Denis. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.
- BERNARDES, Denis. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, Monica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2018.
- BLACKBURN, Robin. The force of example. In: GEGGUS, David. (org.). **The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.
- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial**: 1776-1848. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARVALHO, Marcus. O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO, Marcus. Os negros armados pelos brancos e suas independências no nordeste (1817-1848). In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

CARVALHO, Marcus. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Monica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2018.

CARVALHO, Marcus. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil Imperial - 1831-1870**. Volume II. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). **A construção nacional: 1830-1889**. Vol. II. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demarara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. Conversa com Emília Viotti da Costa. In: MORAES, J. G.; REGO, J. M. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

COSTA, Valéria; GOMES, Flávio. Dos tripulantes da história: o africano Duarte José Martins da Costa entre a “rede miúda” do tráfico atlântico (Rio de Janeiro — Angola — Recife — Benim, séc. XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 65, p. 203–245, 2022.

DAVIS, David. Impact of French and Haitian revolutions. In: GEGGUS, David. (org.). **The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.

DANTAS, Mônica. Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império. In: DANTAS, Mônica. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2018.

DRESCHER, Seymour. The limits of example. In: GEGGUS, David. (org.). **The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.

FREITAS, Soraya. “Qual silêncio?”. O Haiti nas páginas dos primeiros periódicos brasileiros. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, p. 1-11, jul., 2011.

FURTADO, Júnia. Sedições de Olinda (1710) e Vila Rica (1721). In: SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. (orgs.). **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GASPAR, David; GEGGUS, David. (orgs.). **A Turbulent Time: the French revolution and The Greater Caribbean**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1997.

GEARY, Dick. Accomodation and resistance: slaves in Brazil, 1780-1850. **Studia Historica - Historia Antigua**, Salamanca, v. 25, p. 577-594, 2007.

GEGGUS, David. The French and Haitian Revolutions, and resistance to slavery in the Americas: an overview. **Revue française d'histoire d'outre-mer**, Paris, v. 76, n. 282-283, p. 107-124, 1989.

GEGGUS, David. Preface. In: GEGGUS, David. (org.). **The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.

GEGGUS, David. Slave rebellion during the Age of Revolution. In: GEGGUS, David; KLOOSTER, Wim. (orgs.). **Curaçao in the Age of Revolutions, 1795-1800**. Leiden: Brill, 2011.

GENOVESE, Eugene. **Da Rebelião à Revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas**. São Paulo: Global, 1983.

GOMES, Flávio; SOARES, Carlos. E. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do Atlântico Negro. **Novos Estudos**, n. 63, p. 131-144, jul. 2002.

GOMES, Flávio; SOARES, Carlos. Revoltas, marinheiros e sistema prisional no Arsenal da Marinha: notas sobre o trabalho compulsório e cultura política num Rio de Janeiro Atlântico (1820-1840). **História Social**, Campinas, n.12, p. 11-33, 2006.

GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena. Revoltas em três tempos: Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo (século XIX). In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Flávio; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Flávio. Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p.209-246, jul. 2002.

GOMES, Flávio. Haitianismo. In: SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. (orgs.). **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GRAHAM, Richard. “Ao mesmo tempo sitiados e sitiados”. A luta pela subsistência em Salvador (1822-1823). In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

GRINBERG, Keila; BORGES, Magno; SALLES, Ricardo. Rebeliões escravas antes da extinção do tráfico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil Imperial - 1808-1831**. Volume I. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUAZZELLI, César. Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos. In: DANTAS, Monica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2018.

GUERRA, François-Xavier. “Voces del pueblo”: redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispánico (1808-1814). **Revista de Indias**, vol. LXII, núm. 225, p. 357-384, 2002

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Europa: 1789-1848. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: MELLO E SOUZA, Laura. (org.). **História da vida privada no Brasil I**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KANTOR, Iris; CASTRO, Pérola. No rastro das cartas e dos mapas: a economia política das comunicações postais e a informação geográfica na conjuntura da Independência (1798-1831). In: MAZZEO, Antonio; PERICÁS, Luiz. (orgs.). **Independência do Brasil**: a história que não terminou. São Paulo: Boitempo, 2022.

KLOOSTER, Wim. The rising expectations of free and enslaved blacks in the Greater Caribbean. In: GEGGUS, David; KLOOSTER, Wim. (orgs.). **Curaçao in the Age of Revolutions, 1795-1800**. Leiden: Brill, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-RIO, 2006.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 03, n. 06, p. 07-46, set. 1983.

LINEBAUGH, Peter. Réplica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 221-231, mar.-ago., 1988.

MAESTRI, Mário. Pampa negro - quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAESTRI, Mário. Insurreições escravas no Rio Grande do Sul (século XIX). In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MARQUESE, Rafael. Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, Antonio; BEZERRA, Holien; LUCA, Tania. (orgs.). **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: Ed. UNESP e ANPUH, 2008.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. (orgs.). **Escravidão e**

**capitalismo histórico no século XIX:** Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, Rafael. **Os tempos plurais da escravidão no Brasil:** ensaios de história e historiografia. São Paulo: Intermeios e PPG – História Social (USP), 2020.

MARK, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, Paulo Staudt. “Porque os brancos eram uns pelos outros, os negros também deviam fazer o mesmo”: revoltas escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade do Oitocentos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência:** história e historiografia. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista:** o que não deve ser dito. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MOTT, Luiz. A revolução dos negros do Haiti e o Brasil. **História: Questões & Debates,** Curitiba, v. 3, n. 4, p. 55-63, jun. 1982.

NASCIMENTO, Washington. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). **Dimensões,** Vitória, v. 21, p. 125-142, 2008

NOVAIS, Fernando. As dimensões da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **1822:** dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PESAVENTO, Sandra. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil Imperial - 1831-1870.** Volume II. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

PIMENTA, João Paulo. **Tempos e espaços das independências:** a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830). São Paulo: Intermeios e PPG - História Social USP, 2017.

PIROLA, Ricardo. Laços da rebelião: revolta, etnicidade e família escrava em Campinas (1832). In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. Introdução. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio. Introdução - Uma história de liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



REIS, João José. O levante dos malês: uma interpretação política. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, 1996.

REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. 2º ed. São Paulo: Ed. SENAC-SP, 2000.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. 3º ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS, João José. Revoltas escravas. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIS, João José; GOMES, Flávio. Introdução - um guia para a revolta escrava. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil Imperial - 1831-1870**. Volume II. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

RODRIGUES, Jaime. Uma encruzilhada do Ocidente: o Caribe setecentista como espaço histórico. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 268-274, jan.abr. 2021.

RODRIGUES, Pedro. Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão. **Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas**, Instituto de Economia. Unicamp, Campinas, 2018.

SALLES, Ricardo. Segunda escravidão. **Tempo**, Niterói, v. 19 n. 35, p. 249-254, dez. 2013.

SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. Por uma cronologia atlântica. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia. Matriz haitiana. SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. (orgs.). **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZ, Stuart. Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves' View of Slavery. **Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 57, n.1, p. 69-81, 1977.

SCHWARTZ, Stuart. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás: Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João. In: SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a.

SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de liberdade”: Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). **Revista de História**, São Paulo, n. 144, p. 107-149, 2001

SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1825). In: JANCSÓ, István. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros de Cartagena y Pernambuco en la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840). **ACHSC**, Bogotá, v. 40, n. 2, p. 211-240, dec. 2013.

SILVA, Luiz Geraldo. El impacto de la revolución de Saint-Domingue y los afrodescendientes libres de Brasil. Esclavitud, libertad, configuración social y perspectiva atlántica (1780-1825). **Historia**, Santiago, v. 1., n. 49, p. 209-233, enero-junio, 2016.

SILVA, Luiz Geraldo. Um “levante, e sedição”? poder, figuração social, e mudança de status entre escravos livres e libertos na América portuguesa (Pernambuco, 1750, 1815). In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito**: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

WISSENBACH, Cristina. “Nunca tive vocação para turista do passado nem para colecionadora de memórias” - um tributo à Emília Viotti da Costa e aos 40 anos de Da Senzala à Colônia. In: FERREIRA, Antonio; BEZERRA, Holien; LUCA, Tania. (orgs.). **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: Ed. UNESP e ANPUH, 2008.

YOUSSEF, Alain El. Haitianismo em perspectiva comparada: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX). **4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, p. 1-29, mai. 2009.

YOUSSEF, Alain El. **Imprensa e Escravidão**: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). São Paulo: FAPESP e Intermeios, 2016.